

2016: o Brasil esfacelado pelo golpe



Direção Executiva da CNTE (Gestão 2014/2017)

Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Joel de Almeida Santos (SE)

Secretário de Política Sindical (licenciado)

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação (licenciado)

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linhares Cunha (CE)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Francisco de Assis Silva (RN)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretário de Funcionários

Edmilson Ramos Camargos (DF)

Secretária de Combate ao Racismo

lêda Leal de Souza (GO)

Secretária Executiva

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretário Executivo

Marco Antonio Soares (SP)

Secretário Executivo

Cleiton Gomes da Silva (SP)

Secretária Executiva

Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

Secretária Executiva

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Secretário Executivo

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretária Executiva

Rosana Souza do Nascimento (AC)

Secretária Executiva

Candida Beatriz Rossetto (RS)

Secretário Executivo

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretária Executiva

Lirani Maria Franco (PR)

Secretária Executiva

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

Secretário Executivo (licenciado)

Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)

Coordenador do Despe

Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)

Suplentes

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)

Carlos Lima Furtado (TO)

Elson Simões de Paiva (RJ)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)

Marilene dos Santos Betros (BA)

Miguel Salustiano de Lima (RN)

Nelson Luis Gimeses Galvão (São Paulo/SP)

Rosilene Correa Lima SINPRO (DF)

Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)

Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)

Veroni Salete Del' Re (PR)

Conselho Fiscal - Titulares

José Teixeira da Silva (RN)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Flávio Bezerra da Silva (RR)

Antonia Benedita Pereira Costa (MA)

Gilberto Cruz Araújo (PB)

Conselho Fiscal - Suplentes

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Correia da Silva (PI)

João Marcos de Lima (SP)

2016: o Brasil esfacelado pelo golpe



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
® www.cnte.org.br

Brasil



© 2017 CNTE

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Coordenação Técnica

Eduardo Beurmann Ferreira

Haroldo Pereira Fernandes Filho

Apoio editorial

Neide Arruda

Cristina S. de Almeida

Revisão de texto

Pedra Rosetta Ltda

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação

Frisson Comunicação

Fotos

Renato Alves

C748o

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

2016: o Brasil esfacelado pelo golpe. – 1. ed. -- Brasília: CNTE, 2017.
184 p. : il.

1. Política, Brasil. 2. Golpe. Democracia. 3. Educação e Estado, Brasil.
I. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. II. Título.

CDU: 32(81)

CDD: 320.981

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
OPINIÕES	
Cai a máscara do golpe <i>Vagner Freitas</i>	11
A luta pela educação pública no governo golpista <i>Emir Sader</i>	15
Resistência ao Golpe de 2016: reflexos e reflexões sobre a educação pública e de qualidade no Brasil <i>Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia</i>	17
Ocupar e Resistir: A luta por uma educação de qualidade para todos e todas! <i>Tamires Gomes Sampaio</i>	22
O desmonte dos serviços públicos e do Estado de bem-estar social <i>Antônio Augusto de Queiroz</i>	25
Locomotivas do crescimento econômico travadas para 2017 <i>Clemente Ganz Lúcio</i>	30
Brasil: projeto de nação, impasses e perspectivas ¹ <i>Janira Sodrê Miranda</i>	34
ENTREVISTAS	
Osmar Prado	43
Cristina Pereira	46
Ana Júlia Ribeiro	49
DESDOBRAMENTOS IMEDIATOS DO GOLPE	
Perda de direitos em todas as áreas de governo	53
Emenda Constitucional nº 95/2016: 20 anos de retrocessos	66
E a educação? A quantas anda?	69
MP 746: retrocessos no ensino médio	73

A CONSTRUÇÃO FALACIOSA DO GOLPE, SUAS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E A RESISTÊNCIA SOCIAL	
Linha do tempo do golpe	77
Golpe gera golpe: a escalada autoritária no Brasil e os indícios da ampliação do estado de exceção	82
A reação ao golpe contra a Presidenta Dilma e suas inúmeras manifestações a favor da democracia	88
Repercussão internacional do golpe – ou de como só a grande mídia brasileira não o viu	96
COMPARATIVO ENTRE AS AGENDAS DOS GOVERNOS LULA E DILMA E A DO GOLPE	
Os avanços dos governos Lula e Dilma para o Brasil	99
ANEXO	107
GLOSSÁRIO	176

Apresentação

A oportunidade de divulgação deste valioso material não poderia se dar em um melhor momento: a realização do 33º Congresso Nacional da CNTE, que ocorre neste ano de 2017. Este espaço, que se constitui no maior foro de discussão e deliberação dos profissionais da educação básica pública brasileira, é a única instância que consegue reunir mais de 2.500 representantes de todas as entidades da base da CNTE e, acreditamos, ser o melhor instrumento replicador dessas informações nos Estados e nos municípios por todo o Brasil.

Aqui pretendemos mostrar, em especial, os avanços dos últimos anos obtidos no campo da educação. Mas também de todas as outras áreas que estão sendo duramente atingidas e atacadas por este atual governo. Também será demonstrada aqui a caçada inédita que se faz não só a um partido, mas a todo um projeto de esquerda do país, o qual, mesmo com contingências, alçou o Brasil a um novo patamar social e tornou-se vitorioso nas urnas até a consumação do golpe em 2016. A seletividade e a perseguição cada vez maiores deixam evidente o estado policialesco a que estamos submetidos desde a tomada do poder por este grupo de projeto sem voto, que destruiu o que uma democracia tem de mais precioso: a soberania do voto popular.

Pretendemos também demonstrar as várias razões desse golpe, que tem elementos internos e externos, explícitos ou velados. Em primeiro lugar, os acertos dos últimos anos incomodaram muita gente. E, substancialmente, o golpe aconteceu muito em função desses acertos. Por outro lado, fica claro o interesse das grandes potências internacionais no rearranjo da geopolítica mundial, jogo esse em que, mais uma vez, o petróleo, e aqui em especial o Pré-Sal, tem papel central. Todas essas razões não estão dissociadas do que se convencionou chamar de um complô parlamentar/midiático/judicial. Essa articulação de interesses, no plano interno, se constituiu em um importante instrumento para a derrubada de um governo legitimamente eleito.

Todas essas razões vieram acompanhadas de componentes de certa dose de misoginia – nunca se aceitou de forma plena a ascensão de uma mulher à Presidência da República. Em uma sociedade de origem patriarcal como a nossa, o machismo institucional ainda impera e, em grande medida, o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff deu-se muito por esse fato. No mais, também pretendemos demonstrar que o processo vivido pelo Brasil encontra paralelo, e por isso grandes similaridades,

com outras experiências recentes de países vizinhos aqui na América Latina. Golpes parlamentares em substituição àqueles de imposição militar, já conhecidos, porque vividos em nossa História recente.

Para cumprir tal intento, além dos apoios obtidos fora do país, sempre interessados em nossa maior riqueza natural (o petróleo), o golpe valeu-se de muitos atores internos avessos à consolidação de um projeto de nação democrático, popular e inclusivo. Esses atores, responsáveis e cúmplices dessa grande quebra da ordem constitucional brasileira a que estamos submetidos nos dias de hoje, serão também aqui expostos e devidamente identificados, de modo que possamos ter um instrumento valioso para levar aos muitos municípios brasileiros a informação de quem são esses que traíram a vontade popular expressa nas eleições de 2014. Estes não podem representar a população brasileira nos parlamentos e governos, sejam eles estaduais, municipais ou federal.

Para nós, educadores e educadoras, o impacto das medidas do golpe na área da educação pavimenta o caminho para a precarização e privatização da educação básica pública no país. As conquistas arduamente alcançadas no último período correm sério risco de, literalmente, virarem matéria do passado. O próprio Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, que representou um avanço estratégico para a valorização da educação no Brasil, em que pese ainda não estar sendo cumprido integralmente por vários Estados e municípios brasileiros, está prestes a virar letra morta em nosso ordenamento jurídico.

O receituário é restringir e limitar os gastos sociais para aumentar, ainda mais, os recursos destinados ao setor financeiro. E isso é explicitado por meio do anúncio das medidas recentes tomadas ou previstas por este atual Governo. A Emenda Constitucional nº 95/2016 congela pelos próximos 20 anos as despesas primárias constantes do Orçamento da União, medida que afeta, sobretudo, os investimentos na saúde e educação públicas brasileiras.

A imposição desse limite nos recursos para a educação do país, que segundo o texto da PEC serão reajustados somente pela variação da inflação (IPCA/IBGE) do ano anterior, afeta diretamente, por exemplo, o reajuste do Piso Nacional, além, é claro, do repasse dos recursos destinados a Estados e municípios, inscritos no Orçamento Geral da União, para a rubrica educação. Com a efetivação dessa medida, todos os níveis da educação básica sofrerão com a falta de recursos, da educação infantil ao ensino médio, passando pelo ensino fundamental.

A lógica perversa por detrás dessa medida é o seu diagnóstico: segundo os governistas, gasta-se muito com a estrutura que assegura os direitos sociais no país e a ideia, agora, é que todo o recurso orçamentário seja transferido para o pagamento das despesas financeiras: juros e amortização da dívida. Esse tipo de despesa no Brasil já representa hoje cerca de 53% do montante global do Orçamento Geral da União, e tende a aumentar.

O Plano Nacional de Educação (PNE), bandeira histórica de luta desta Entidade, virará uma peça de ficção. A ideia perseguida de, ao final de 10 anos, desde que passou a vigorar em lei em 2014, se fazer um esforço fiscal de todos os entes da Federação para atingir a meta de 10% do PIB para a educação está seriamente ameaçada com esse congelamento de gastos nas áreas sociais. Isso tudo repercutirá tanto na remuneração dos profissionais da educação quanto nos investimentos em estrutura da educação básica brasileira. E, desde sua formulação, a CNTE já alertava que a principal arena de disputa do PNE seria justamente a questão orçamentária. O setor financeiro nunca está satisfeito com o montante grandioso de recursos que já abocanha do Orçamento brasileiro.

A perda de direitos também passa pela Medida Provisória nº 746, já aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal que, de modo autoritário, altera toda a estrutura do ensino médio no país, sem debate nem com os educadores e educadoras nem com os estudantes e tampouco com a sociedade em geral. Os direitos sociais também estão sendo usurpados pela proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e à espera de avaliação de uma comissão especial a ser instalada neste ano de 2017, reforma essa que fará o trabalhador brasileiro trabalhar até morrer e que põe fim à aposentadoria especial do magistério.

Todo esse conjunto de maldades vem acompanhado de muita resistência. E, em decorrência disso, o que se verifica é uma tentativa crescente de criminalização dos movimentos sociais e sindicais no país. Mas, para nossa esperança, e nós educadores e educadoras do Brasil não estamos fora disso, em que pese essa crescente tentativa de criminalização das ações coletivas, a resistência ao golpe é visível a olho nu. Apesar da ausência de cobertura na mídia tradicional, aquela mesma que apoiou o golpe e é controlada por apenas cinco famílias poderosas, as manifestações de massa continuam a ocorrer por todo o Brasil, em todos os espaços. As ocupações de escolas, que em dezembro de 2016 ultrapassaram mais de 1000 estabelecimentos de educação, desde a básica até a universitária, e passando pelo ensino técnico, são a

evidência mais frutífera de que ainda há esperança de dias melhores. Pelas mãos de milhares de jovens, em todo o Brasil, estão depositados o presente e o futuro do país.

Paralelo a essas grandes e cada vez maiores manifestações de rua, o que se verifica também é o pronunciamento de grandes nomes e personalidades, de diversos setores sociais, contra o golpe e a perda de direitos. Reações internacionais denunciando o golpe e a solidariedade de personalidades do mundo inteiro dão força à nossa causa. O posicionamento do mundo acadêmico e da imprensa internacional, denunciando o que está a ocorrer aqui no país, fortalece a nossa luta.

Não estamos sós! A certeza de estarmos no lado certo da História nos coloca sempre em posição ativa diante de todas as adversidades que estamos a viver no Brasil dos dias de hoje. Mas não há mal que perdure para sempre. Estamos certos da vitória! Estes que aí estão não devem e tampouco podem prosperar! A CNTE, na certeza de estar contribuindo com o bom combate, se coloca como instrumento de todos os educadores e educadoras do Brasil para travar essa luta! E este documento pretende ser tão somente mais um meio para auxiliar nessa jornada de reconquista da democracia e respeito a um dos seus princípios mais caros, que é o poder soberano do voto.

Brasília, janeiro de 2017.

Diretoria Executiva da CNTE



NÃO VAI TER GOLPE

CNE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil

Filiada a **CUT**

CEA  **i** Associação Nacional de Educadores

OPINIÕES

Cai a máscara do golpe

*Vagner Freitas**

Contrariando as previsões da maioria dos analistas políticos e econômicos e do próprio governo, a destituição da presidenta Dilma Rousseff, vítima de um golpe parlamentar, midiático e jurídico, não pôs fim às crises política e econômica.

As denúncias de malfeitos, como dizia nossa presidenta, contra o golpista Temer e seus aliados, que vão de falcatruas, rapinagem a abuso de autoridade e uma infidelidade de crimes de corrupção, têm abalado Brasília praticamente toda semana. Nos primeiros seis meses, só a Lava Jato¹ já derrubou quatro ministros de Temer. Pelo menos outros nove são citados pelos delatores. As portas do Palácio do Planalto foram abertas para políticos com péssima reputação.

A recuperação econômica, dita como certa após a consumação do golpe de Estado, não passou de uma miragem. Após uns dias de euforia do mercado e da Bolsa de Valores, a realidade se impôs e os índices de confiança, que haviam melhorado um pouco, recuaram. As análises passaram a apontar que a retomada demorará muito mais do que o previsto.

O golpe, agora, está claro para toda a sociedade, nunca foi apenas contra Dilma ou contra a corrupção. O golpe foi contra a democracia, contra a classe trabalhadora, contra o Brasil. Na seara política, Temer segue no sentido contrário ao da moralidade e da ética. Quanto à economia, as primeiras medidas anunciadas comprovam que o golpe é contra os/as trabalhadores/as.

Assim que assumiu, Temer anunciou sua agenda para o retrocesso, sua pinguela para o passado, a começar pelo fim do Fundo Soberano e a mudança do regime do Pré-Sal, que tira da Petrobrás o papel de operadora única da exploração das jazidas que a própria companhia descobriu; as reformas da Previdência, com o aumento da idade mínima; e da Legislação trabalhista, com a ampliação da

1 Refere-se à Operação Lava Jato, considerada a maior investigação de corrupção da história do Brasil em andamento pela Polícia Federal e deflagrada sua fase ostensiva em março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras e políticos.

terceirização e fim da CLT; a PEC do Teto de Gastos, que congela investimentos na saúde e na educação por 20 anos; e a redução do programa Minha Casa, Minha Vida, entre outros.

As mudanças propostas na área da Educação, que merecem um capítulo à parte, são uma prova incontestável do desejo da elite golpista de levar o Brasil de volta ao passado, quando éramos apenas serviçais, produtores de bens que só eles tinham direito de consumir. São pelo menos quatro medidas autoritárias e anti-democráticas, a saber:

1. A Medida Provisória 746 foi enviada ao Congresso Nacional sem qualquer tipo de debate com a sociedade. A MP prevê a reforma do ensino médio e tem potencial para aprofundar problemas que já existem na formação educacional dos jovens brasileiros. Os golpistas estão propondo um modelo educacional que se limita a preparar os/as brasileiros/as para o mercado de trabalho e não para exercer a cidadania plena.
2. A ameaça diária de fechamento das universidades públicas, principalmente as que foram criadas nos governos de Lula e Dilma.
3. O fim das regalias e privilégios dos professores – que a categoria sequer sabia que existiam, mas foram citadas pelo ministro golpista. Resta saber se ele se referia ao Piso do Magistério que sequer foi implementado integralmente nos Estados e Municípios. Ou será que se referia ao fim da aposentadoria especial de professores que o governo propõe sem levar em consideração que 80% da categoria são formados por mulheres que, caso a proposta seja aprovada, terão de se aposentar com 65 anos?
4. A Lei da Mordada, também conhecida como Escola Sem partido, continua sendo uma prioridade do Congresso, das Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, onde setores da base do governo golpista insistem em aprovar um projeto que elimina a discussão ideológica no ambiente escolar e restringe os conteúdos de ensino a partir de uma falsa neutralidade do conhecimento.

Até agora, o golpista Temer não anunciou sequer uma medida progressista ou de incentivo ao crescimento, como geração de emprego e renda, ampliação do crédito a pessoa física e para o setor produtivo, redução da taxa de juros, entre outras tomadas por Lula quando eclodiu a crise econômica de 2008 – até 2014 o emprego e a renda alavancaram o crescimento econômico, especialmente através do impulso do crescimento do salário mínimo e da geração de empregos. Não custa lembrar que Lula nunca falou em retirada de direitos e gerou mais de 20 milhões de empregos. Temer insiste em propostas que já levaram a bancarota países da Europa, como Itália, Portugal e França, que adotaram sem sucesso medidas de arrocho salarial, previdenciário, social e retirada de direitos duramente

conquistados pelos/as trabalhadores/as do campo e da cidade, da iniciativa privada e do serviço público.

Para a classe trabalhadora há mais um agravante. Além do apoio do Congresso Nacional mais conservador já eleito desde a redemocratização do Brasil, o governo golpista atua em conluio com o também conservador Supremo Tribunal Federal, que vem pautando cada vez mais rapidamente julgamentos de questões que prejudicam os/as trabalhadores/as, como o da terceirização geral e irrestrita e do negociado sob o legislado.

O objetivo dos golpistas sempre foi interromper a revolução social iniciada em 2003, quando o governo Lula iniciou – e Dilma manteve – o pagamento de uma dívida histórica com os/as brasileiros mais carentes. A elite que se considera dona do País nunca aceitou medidas como a valorização do Salário Mínimo, a PEC das domésticas, o Prouni, o Bolsa Família, a criação de universidades federais e de escolas técnicas, alguns dos inúmeros projetos de inclusão social, de resgate da cidadania, do direito de todos e todas à educação, à saúde e a pelos menos três refeições diárias, enfim, a uma vida digna.

Todas as conquistas históricas foram rejeitadas pela elite empresarial, jurídica, midiática, parlamentar, essa minoria que ocupa a Casa Grande e sempre acreditou que a maioria dos brasileiros nasceu para viver e morrer na senzala, sem direitos, calada e servil. Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, como cidadania e dignidade da pessoa humana, nunca foram considerados, e o Golpe de Estado veio justamente para acabar com a ideia de sociedade democrática, aquela que lutamos para conquistar, e que garante vez, voz e oportunidades a todos e todas.

Somos a maioria que garante o lucro das empresas da iniciativa privada, o atendimento de qualidade do serviço público, a educação e a saúde de nosso povo. Somos homens e mulheres que têm em mãos o poder de transformar uma sociedade, de fazer uma revolução social, como fizemos nos últimos treze anos. Somos capazes de nos organizar, discutir táticas e estratégias para lutarmos contra a ação predatória dos reacionários que querem tirar nossos direitos.

E nossa tarefa nos próximos anos é organizar, preparar, manter em alerta e prontas para as manifestações nossas bases e locais de trabalho, comunidades, bairros e ruas onde moramos para a luta de classes feroz que temos pela frente.

Para a CUT, a capacidade de mobilização e luta dos sindicatos, federações e confederações filiadas será fundamental para organizar a resistência nos próximos meses. Mais uma vez, sabemos o tamanho do desafio que temos pela frente. Mas quem enfrentou a ditadura militar não teme um grupo de reacionários intolerantes, que tem ódio de pobre, de trabalhador, do cheiro do povo.

* Presidente Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

A luta pela educação pública no governo golpista

*Emir Sader**

O período político aberto com a eleição do Lula, em 2002, terminou com o golpe que derrubou a Dilma, em 2016. O Brasil passou do governo de maior representação popular, por seus programas sociais, ao governo de menor legitimidade, desde a ditadura militar, levando a cabo um programa que expressa os interesses do capital financeiro.

Passamos a viver o paradoxo de uma presidenta eleita pela maioria dos brasileiros pelo voto direto, foi derrubada sem que houvesse nenhuma caracterização de crime de responsabilidade, e substituída pelo seu vice-presidente, que passou a colocar em prática o programa da oposição, derrotado quatro vezes consecutivas. Só um golpe poderia permitir esse tipo de governo, cujo programa foi rejeitado pelo povo, inclusive na eleição mais recente.

O golpe introduziu um governo que faz um diagnóstico totalmente distanciado da realidade, concentrado em supostos gastos excessivos do governo Dilma em educação e saúde, para poder concentrar sua ação nos cortes de recursos para as políticas sociais, na privatização e no ataque a direitos dos trabalhadores. O único objetivo que ele se coloca é o duro ajuste fiscal, que passou a colocar em prática ainda no seu internato, não importando a falta de legitimidade política e de apoio popular. Vale-se da maioria parlamentar eleita com o financiamento privado de campanhas, para impor o golpe e tratar de fazer aprovar um conjunto de medidas de retrocessos dos direitos da grande maioria da população, em todos os planos.

Como é um governo que só tem compromisso com o ajuste fiscal, nem conquistará apoio popular nem resgatará o crescimento econômico. O ajuste, depois de a economia estar há três anos estagnada, só aprofunda a recessão, com as sequelas de desemprego e arrocho do poder aquisitivo dos salários. Só poderá se manter em base à blindagem que o monopólio privado da mídia lhe tratar de garantir e à repressão das manifestações de desapontamento dos amplos setores da população, afetados por suas medidas antipopulares.

O Brasil entrou assim em um período *sui generis* de sua história: uma ditadura que representa a ínfima minoria da população, assediada pela impopularidade, pelas manifestações populares e pelo fantasma de eleições, em que tem todas as possibilidades de ser derrotada. Para isso conta também com a anuência cúmplice do Judiciário, com as ações arbitrárias do MP, da PGR e da Polícia Federal, tentando impedir que o país volte a ter eleições democráticas e promover o retorno do único líder que mantém seu prestígio frente ao povo: Lula, porque representa o momento mais virtuoso da história política do país.

A educação é uma vítima privilegiada do governo golpista. É atacada de todos os lados. Pelos cortes nos recursos do pré-sal, através da privatização em curso na Petrobras. Pelo corte direto de vagas nas universidades públicas. Pela já famigerada Medida Provisória que tenta, pela via mais autoritária possível, introduzir mudanças conservadoras no ensino médio. Essas, entre outras medidas de um ministro que não tem nenhuma representatividade nem legitimidade nem diálogo para assumir o cargo que só um golpe pode tê-lo posto nesse cargo.

A reação não se fez esperar e os estudantes secundários imediatamente ocuparam mais de mil escolas em vários estados do Brasil - com seu epicentro no Paraná - acompanhados de movimentos de estudantes universitários, de professores, de servidores das escolas, de pais de alunos. Uma nova geração de estudantes, muito jovens, passou a protagonizar esse movimento formidável, com um grau de mobilização e de maturidade política surpreendentes.

A MP da reforma do ensino médio se torna assim o campo de luta em que o governo golpista pode sofrer sua primeira grande derrota. As reações da sociedade e a sensibilidade da população com os temas educacionais, além da brutalidade da medida e da repressão levada a cabo pela polícia, só fazem alastrar-se o movimento, isolar o ministro e colocar o governo numa situação muito incômoda.

Pode-se dar exatamente na educação, onde o governo golpista pretendia assestar golpes duros, a primeira grande vitória democrática contra a enxurrada de medidas regressais que o país vive nestes primeiros meses de governo golpista. Terá sido mais um momento glorioso da luta pela educação pública no Brasil

* Sociólogo e cientista político brasileiro, atualmente leciona na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Resistência ao Golpe de 2016: reflexos e reflexões sobre a educação pública e de qualidade no Brasil

*Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia**

No dia 08 de julho de 2016 participei do “Encontro Pedagógico Latino-Americano: Educação Pública, Democracia e Resistências”, em Belo Horizonte (MG). À época falava sobre o Golpe (à época ainda) em curso no Brasil contra a Presidente eleita Dilma Rousseff. Este texto retoma algumas das discussões ali feitas sobre a crise política no Brasil e seus reflexos para a educação pública. De igual modo, busco atualizar a discussão com os desdobramentos que depois vieram com a consumação do Golpe no Senado, a assunção ao poder de Michel Temer e de pautas/partidos que, há anos, perdem as eleições no Brasil e, no entanto, hoje formam o “governo”. Minha presença se deu para a divulgação do livro: *A resistência ao golpe de 2016*, organizado pela Profa. Gisele Cittadino (e outros) e que discute o momento político atual. Na minha fala no Encontro, chamei a atenção sobre as ameaças que já se avizinhavam durante o (então) governo provisório do Michel Temer. O risco de retrocesso social que já era anunciado acabou se concretizando com a EC 95, proposta pelo governo Temer e aprovada pelo Congresso.

A Constituição de 1988 traz uma série de direitos/garantias, bem como projeta objetivos de melhoria para aqueles que, a partir de 1988, atuaram no Estado em cumprimento à nova ordem constitucional. Entre estes estão a universalização do direito à educação, sua melhoria e sua qualificação contínua. Durante os anos que se seguiram foram vistos altos e baixos quanto à melhoria da educação pública. No âmbito do sistema federal de ensino, durante os anos do Governo Lula houve a expansão do número de universidades, de cursos e, logo, de vagas; aumento no número de bolsas, de pesquisa e de extensão, no Brasil e no exterior. As Universidades Federais, bem como os Institutos Federais de Ensino Superior nunca tiveram tantos incentivos. A qualidade e a quantidade de pesquisa produzida no Brasil alcançou patamares históricos nunca vistos.

Tudo isso se dava ao mesmo tempo em que se viu a diminuição da grande desigualdade de renda que sempre caracterizou nosso modelo econômico excludente; houve um maior acesso a bens de consumo – inclusive ao ensino superior privado, com financiamentos como FIES e ProUni. O Brasil se projetava para o mundo como um modelo de crescimento econômico e justiça social. A descoberta do Pré-Sal e a aprovação de que parte dos *royalties* do petróleo seria destinada à educação pareciam garantir que a era de avanços estaria garantida.

No entanto, uma série de fatores levou ao Golpe contra a Presidente Dilma. Não é possível aqui falar sobre todas as questões que levaram à atual situação – por exemplo, diga-se que em um sistema de presidencialismo de coalizão, o processo foi aprovado pela singela razão da Presidente ter perdido a maioria no Parlamento –, mas é preciso dizer claramente: tratou-se de um *Golpe Parlamentar*, já que não havia razões jurídicas para a aprovação do *impeachment* contra a Presidente¹.

Percebe-se que a intenção do Golpe não foi apenas o afastamento da Presidente e de seu partido da direção do Executivo e sim que pessoas, partidos e agendas que, seguidamente, foram vencidos em eleições do executivo federal fossem alçados ao poder. Desde que se inicia o governo “provisório” de Michel Temer o Brasil passa a ser governado por uma agenda neoliberal, privatista e excludente que havia sido rejeitada pelo povo brasileiro desde o primeiro mandato do Presidente Lula e que, sob o governo atual, se chama “ponte para o futuro” (*sic*).

Essa é uma questão que precisa ser sempre lembrada: **o Brasil é hoje uma democracia (formal) na qual seus governantes perderam as eleições** ou, pelo menos, é um país **no qual a pauta política que vem sendo implementada foi rechaçada pelo voto popular todas as vezes que foi levada a pleito na última década**. Ao contrário, é justamente porque se trata de um golpe, de uma “pausa democrática” – como sugeriu o Ex-Ministro do STF Ayres Britto² – que é possível que questões como “menos saúde e menos educação”, privatizações, entrega do pré-sal etc. têm

1 Sobre isso ver: CITTADINO, Gisele (*et al.*) (orgs.). *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016; CATTONI, Marcelo; BAHIA, Alexandre; SILVA, Diogo Bacha e. *O Impeachment e o Supremo Tribunal Federal*. Florianópolis: Empório do Direito, 2016; GUIMARÃES, Juarez (*et al.*) (orgs.). *Risco e futuro da democracia brasileira: direito e política no Brasil contemporâneo*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2016.

2 Cf. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-vive-pausa-democratica-para-freio-de-arrumacao--diz-ayres-britto,10000027535>.

conseguido ser aprovadas, já que, quando colocadas ao voto popular, tais propostas perderam. A velocidade com que a EC 95 foi aprovada – uma proposta *desconstituente* face aos princípios fundantes da ordem constitucional vigente³ – apenas pode mesmo ser explicada pelo *recesso democrático* que estamos vivendo. O Golpe acontece sustentado pelos setores mais corruptos e tradicionais da política brasileira, unidos à grande mídia e ao capital especulativo/rentista para provocar uma ruptura jurídica no Brasil e obter, já que não conseguiam pela via democrática do voto, a derrubada dos avanços conquistados na última década.

Os nomes precisam ser dados: o que vivemos é uma situação de exceção que violenta a ordem constitucional; houve um Golpe Parlamentar que tentou se legitimar com o abuso de previsões constitucionais e legais que, contudo, não satisfazem às exigências normativas sobre a caracterização do crime de responsabilidade. Como educadores, é nossa responsabilidade discutir essas questões com nossos alunos, dando os nomes reais às questões.

Tudo isso é tanto pior por se acreditar que se caminhava rumo a um país decente, com mais justiça social e inclusão. Mas, hoje, o que assistimos é uma sequência de retrocessos, vindos do Legislativo – com a citada EC 95, por exemplo – do Executivo – com a mudança abrupta de rumos sem esteio no voto popular – e do Judiciário – por exemplo, com decisões que fragilizam a presunção de inocência ou a que permite o corte de salários em greves, mesmo que legais, de servidores públicos.

As perdas que a educação já vem experimentando, com cortes que já estão ocorrendo e com a aprovação da EC 95 e as mudanças quanto à exploração do Pré-sal comprometem todos os avanços conseguidos nos últimos anos. Para além dos cortes de orçamento há outros problemas. O atual governo é sustentado por grupos conservadores que, já há algum tempo, vêm atuando para criminalizar/proibir discussões políticas e de gênero nas escolas. De um lado há uma perseguição ideológica sob o nome de “escola sem partido”: algumas posições políticas – não todas, obviamente – entrariam em um “index” de vedações. Professoras e professores não poderiam emitir opiniões sobre determinados temas quando isso for considerado

3 Cf. CATTONI, Marcelo. Breves considerações iniciais sobre a PEC n. 241 (“Novo Regime Fiscal”): o estado de exceção econômico e a subversão da Constituição democrática de 1988. *Empório do Direito*, 22.09.2016. Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/breves-consideracoes-iniciais-sobre-a-pec-n-241-novo-regime-fiscal-o-estado-de-excecao-economico-e-a-subversao-da-constituicao-democratica-de-1988-por-marcelo-andrade>.

politicamente vedado. Além de uma perseguição ideológica, há na superfície desta medida uma crença infantil de que é possível às pessoas serem “neutras” em termos de política. Ao invés de se incentivar o debate plural, proíbe-se a discussão – ou, pelo menos, algumas discussões. Outro movimento de retrocesso é a “escola sem ideologia de gênero”, pauta que proíbe que, nas escolas, se discutam questões envolvendo violência contra a mulher e contra LGBT, por exemplo. Da mesma forma que o que dissemos antes, há um grande retrocesso, no caso, ao ano de 1995, quando questões de gênero passaram a fazer parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como “tema transversal”. Ora, em um país com altíssimos índices de violência e subalternização de mulheres e LGBT, a escola é o local mais do que adequado para se promover tais debates – ou a escola é local de superação de tais problemas ou é lugar de reprodução destes, não há meio-termo. Tanto uma como outra propostas estão na agenda do Congresso Nacional em forma de projetos de lei, além de já terem sido aprovadas nos Legislativos de alguns Estados e vários Municípios, em um movimento muito rápido, ao mesmo tempo em que coordenado nacionalmente, sem encontrar a devida resistência dos meios progressistas, inclusive no meio da educação. Aqui também estão medidas que vão contra os fundamentos do Estado Democrático de Direito estatuído pela atual Constituição, como a não discriminação, o pluralismo político, a autonomia docente e os direitos a aprender, a saber, a ser e a viver juntos⁴. Por fim, através de uma Medida Provisória – isto é, sem discussão com a opinião pública ou mesmo com os setores da educação – o atual Presidente pretende aprovar uma reforma no Ensino Médio que retira da grade disciplinas como sociologia e filosofia, empobrecendo a formação dos alunos.

O que se vê é, de um lado, o estrangulamento do orçamento da educação pública e, de outro, seu empobrecimento curricular, sua redução, para a escola pública, talvez apenas à formação de mão de obra barata e técnica, sem qualquer formação transformadora e questionadora do *status quo*.

Termino por aqui chamando a atenção para a grande mobilização em escolas secundaristas e universidades públicas – até uma Universidade privada de Belo Horizonte – contra a precarização do Ensino. Greves e Ocupações em escolas e universidades vêm mostrando a resistência que a educação move como resposta aos retrocessos. O pontapé dado pelos estudantes secundaristas em escolas de São Paulo e do Paraná – e depois ao redor do país – são um alento e uma chamada de atenção

4 DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

para educadoras(es): a hora é de luta e resistência. Não se pode permitir nenhum direito a menos. Se há cortes a serem feitos, estes devem começar pelos altos salários de políticos, juízes etc. e não pelo sacrifício do futuro de milhões de estudantes. O caminho mostrado pelas ocupações estudantis nos dá um alento de que o retrocesso democrático que vivemos poderá ser breve e que logo poderemos retomar a marcha de ampliação e melhoria na educação no Brasil.

* Doutor em Direito pela UFMG. Professor Adjunto na UFOP. Coordenador do Programa de Mestrado em “Novos Direitos, Novos Sujeitos”, da UFOP. Bolsista de Produtividade do CNPq.

Ocupar e Resistir: A luta por uma educação de qualidade para todos e todas!

*Tamires Gomes Sampaio**

Este ano de 2016 foi um intenso ano de mobilização e luta dos movimentos sociais, principalmente do Movimento Estudantil, que no mês de novembro, ao chegar a mais de mil ocupações de escolas públicas e mais de 200 universidades, mostrou que os estudantes não irão aceitar o retrocesso.

O processo de impeachment contra a presidenta eleita Dilma Rousseff foi um golpe contra as transformações sociais que ocorreram no Brasil, iniciadas no governo Lula. Mais de 40 milhões de pessoas saíram da miséria, a água e a luz chegaram a lugares que não tinham saneamento básico, a juventude negra e periférica entrou nas universidades; hoje o filho do pedreiro estuda na mesma sala da filha da empresária; e a elite, que historicamente governa este país, não suporta essa nova realidade.

A educação no Brasil se transformou, a Universidade não é mais um espaço para apenas uma parcela da sociedade; graças a Lei 10.639 de 2003 é obrigatório o ensino da história afro-brasileira nas escolas; e com o ProUni e as Cotas, as universidades públicas e privadas estão se popularizando cada vez mais. Além disso, o Plano Nacional de Educação, que prevê o debate de gênero nas escolas, os 75% dos Royalties do Petróleo e os 10% do PIB para a Educação, são fruto da intensa luta dos estudantes e dos professores, que lutam por uma educação emancipadora e de qualidade para todas e todos.

Porém todas essas conquistas estão em risco, e o primeiro setor a ser atacado por esse governo golpista é o da Educação. A privatização do Pré-Sal e a EC 95, que congela os investimentos para Educação pelos próximos 20 anos são medidas que afetarão diretamente todas as políticas públicas voltadas ao ensino público e à democratização do acesso ao ensino superior. A cada dia a verdadeira face do golpe é apresentada e a intenção dos golpistas é escancarada: colocam em prática

um programa de governo que há quatro eleições presidenciais não ganha nas urnas. Mas a cada medida o governo perceberá que a população não aceitará nenhum retrocesso e não reconhecerá esse governo que não tem a legitimidade dos votos para implementar seu projeto.

A União Nacional dos Estudantes, desde 1937, luta por uma educação de qualidade para todos, por acesso, permanência e assistência estudantil e por um ensino superior que emancipe seus estudantes, que garanta o direito à organização e às lutas diárias. A UNE representa todos e todas as estudantes universitárias de nosso país e sempre esteve na linha de frente da luta em defesa da Democracia e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, não à toa uma das primeiras ações do Governo Militar de 64 foi o ataque e posteriormente a destruição da Sede das Entidades que se situava na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, e não à toa também o Congresso Nacional após o golpe contra a presidenta Dilma, tentou a instauração de uma CPI da UNE, que representa uma clara perseguição ao direito de se organizar e aos movimentos sociais.

As ocupações de escolas e universidades que acontecem ainda hoje por todo o Brasil, os diversos atos, escrachos e as manifestações demonstram que os estudantes não aceitarão nenhuma retirada de direitos e irão lutar, ocupar e resistir contra o conservadorismo golpista deste governo temeroso.

A juventude, ao lado dos trabalhadores, das mulheres, lgbs, indígenas e negros, que ocupam as ruas contra o retrocesso, que gritam golpe, que lutam em defesa da democracia, estão mostrando que somente com uma construção coletiva, baseada na diversidade que existe em nosso país, iremos construir um sistema político realmente democrático e fortalecido, que nos representará e que garantirá uma educação emancipadora.

Ocupar e resistir é a palavra de ordem que norteia os estudantes e a juventude neste momento, ocupar e resistir é a forma que os estudantes das escolas e das universidades descobriram para se fazer ouvir, para questionar não apenas a EC 95, mas a reforma do Ensino Médio, que visa retirar as matérias de Sociologia e Filosofia da grade curricular, ocupar e resistir, pois a nossa luta também nos forma e nos ensina que somos agentes transformadores, da sociedade e em nossa classe, ocupar e resistir, pois o Projeto Escola Sem Partido nada mais é do que a construção de uma escola desigual, conservadora e preconceituosa.

A luta por uma educação de qualidade para todas e todos é histórica em nosso país e somente com a unidade entre os estudantes e a classe trabalhadora conquistaremos toda a sociedade para essa luta. Por uma educação que nos ajude a questionar, e a formar a sociedade em agentes de transformação social; por uma educação emancipadora e de qualidade para todas e todos, pelo fim da desigualdade, lutamos, ocupamos e resistimos.

* 2ª Vice-presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE)

O desmonte dos serviços públicos e do Estado de bem-estar social

*Antônio Augusto de Queiroz**

O impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff não significou apenas uma mudança de titular na chefia do Poder Executivo, mas uma mudança de paradigma na relação entre o Estado e o mercado, com o retorno da agenda do Consenso de Washington, em bases fiscalistas e neoliberais, que esteve na geladeira durante os treze anos de governos do PT. Os poderes e os recursos do Estado, que antes eram majoritariamente destinados a combater desigualdades, proteger os mais necessitados e promover programas de inclusão social, se voltam agora para garantir o direito de propriedade, contratos, honrar os compromissos com os credores e contratar serviços no setor privado. Essa agenda, em bases neoliberais, passou a ser assumida, em sua plenitude, pelos três Poderes, cada um com uma dimensão do receituário neoliberal. O Poder Executivo cuida da dimensão fiscal, de um lado voltado para cortar despesas e, de outro, para obter receitas extraordinárias, sem aumento de imposto. Estão nessa classificação as emendas constitucionais da DRU -Desvinculação de Receitas da União e do novo regime fiscal, que congela os gastos públicos não financeiros por 20 anos, a PEC da Previdência, as mudanças nas regras de concessões para facilitar leilões de serviços públicos e a repatriação de capitais. O Poder Legislativo trata da chamada melhoria do ambiente de negócios, facilitando a vida da iniciativa privada, com leis como as que tratam das parcerias público-privada, que abrem o pré-sal para o capital estrangeiro, mudam os marcos regulatórios dos fundos de pensão e limitam as ações das estatais. No Senado, o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB/AL), é o principal mentor impulsionador das medidas em favor do mercado, quando lançou a chamada “Agenda Brasil” e quando instalou a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, na qual nasceram as principais proposições em tramitação na linha da melhoria do ambiente de negócios. Na Câmara dos Deputados, agora sob a presidência do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), um parlamentar de direita e ultraliberal, a agenda do ajuste fiscal ganhou prioridade, notadamente as proposições que cortam gastos com pessoal, saúde, educação

e seguridade social, bem como o enxugamento do aparelho do Estado. O Poder Judiciário, particularmente o STF, nas relações de trabalho: FGTS, legalidade das organizações sociais, desaposentação, ultratividade da norma, prevalência do negociado sobre o legislado em horas *in itinere* e quitação plena aos planos ou programas de demissão incentivada, direito de greve do servidor etc.

Esse novo padrão de relações, como se vê, pressupõe uma série de reformas e mudanças nos marcos legais, com o objetivo de rever o papel do Estado, em geral, do Estado de bem-estar social e, em particular, especialmente no campo da Seguridade Social e da Educação.

Na perspectiva do novo governo, várias medidas já foram adotadas, algumas das quais já foram transformadas em norma jurídica, outras aguardam deliberação no Congresso, conforme segue.

Entre as matérias já transformadas em norma jurídica, dentro desse escopo da agenda neoliberal, podemos mencionar:

- a. a Emenda à Constituição (E.C) nº 93/2016, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que restabeceu a Desvinculação de Receitas da União (**DRU**), ampliando de 20% para 30% das receitas, e estendendo essa possibilidade aos Estados (origem na PEC 4/2015 - CD e 31/2016 - SF);
- b. a Emenda à Constituição (E.C) nº 95/2016, do Poder Executivo, que trata do novo Regime Fiscal ou do congelamento, por 20 anos, das despesas não financeiras da União, com o objetivo de que os recursos economizados com investimentos, seguridade, educação e programas sociais sejam destinados à formação de superávit primário para pagar os juros e principal da dívida pública (origem na PEC 241/2016 - CD e 55/2016 - SF);
- c. a Lei nº 13.303/2016, da “Agenda Brasil”, dispondo sobre o Estatuto Jurídico ou a nova governança da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e de suas subsidiárias nos Três níveis de Governo, com o objetivo de afastar a influência política e sindical em sua gestão (origem no PL 4918/2016 – CD e PLS 555/2015 – SF);
- d. a Lei nº 13.334/2016, do Executivo, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, voltada para transferir à iniciativa privada atividades desenvolvidas pelo Estado (MP 727/2016);
- e. a Lei nº 13.360/2016, do Executivo, que altera várias leis relativas aos marcos regulatórios de energia elétrica no Brasil, desfazendo os marcos regulatórios elaborados nas gestões do PT na Presidência da República (MPV 736/2016); e
- f. a Lei nº 13.365/2016, de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB/SP) e ministro das Relações Exteriores do governo Temer, que entrega o nosso petróleo às multinacionais

do setor, retirando da Petrobrás a condição de operadora única do pré-sal, bem como elimina a obrigatoriedade de participação com, no mínimo, 30% nas novas descobertas do pré-sal. O próximo passo do atual governo será o fim do regime de partilha e a eliminação do conteúdo local, duas conquistas da gestão do PT em defesa do interesse nacional (origem no PLS 131/2015 – SF e PL 4567/2016 – CD).

Além das proposições já transformadas em lei, listamos os projetos e propostas de emenda à constituição aguardando deliberação conclusiva do Congresso Nacional com o objetivo de implementação da agenda neoliberal do governo Temer, cujas diretrizes foram extraídas do documento “Ponte para o Futuro”, que nada mais é do que a entrega pura e simples do patrimônio público ao setor privado, notadamente às multinacionais.

Entre as matérias de interesse do governo Michel Temer em tramitação no Congresso Nacional, podemos mencionar:

- a. a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, do Poder Executivo, que trata da reforma da Previdência, e as principais mudanças consistem na instituição da idade mínima em 65 anos, na equiparação de requisitos de idade e tempo de contribuição entre homens e mulheres e entre trabalhadores urbanos e rurais, na alteração no cálculo das aposentadorias e pensões, no fim da acumulação de aposentadorias, de pensões ou destas com aquelas, e na extinção de aposentadorias especiais, inclusive dos professores.
- b. o PLN 2/2016, do Poder Executivo, dispondo sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para 2017 – no qual o governo fez incluir no art. 3º a regra de congelamento, em termos reais, do gasto público, nas mesmas bases da E.C 94/2016. Aguarda votação conclusiva de destaques;
- c. o PLP 268/2016, de autoria do senador Waldir Raupp (PMDB-RO) e já aprovado no Senado (PLS 78/2015 – Complementar), que trata das regras de governança dos fundos de pensão, profissionalização da gestão e dos conselhos, cuja finalidade é eliminar ou reduzir a participação dos trabalhadores na diretoria e nos conselhos fiscal e deliberativo dos fundos de pensão;
- d. o PL 6621/2016, de autoria do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) já aprovado na “Agenda Brasil” do Senado Federal (PLS 52/2013), que cria nova Lei Geral das Agências Reguladoras, para retirar dos governantes eleitos o poder de definir a política de concessão, entregando à direção das agências, cujos titulares serão recrutados no mercado;
- e. o PLS 559/2013, da “Agenda Brasil”, que cria nova Lei Geral de Licitações e Contratos, cujo propósito é dificultar a aquisição de bens e serviços por entes estatais, facilitando a vida

das empresas privadas, totalmente livres de qualquer exigência para compras de bens ou serviços (aprovado no Senado e enviado à Câmara);

- f. O PLP 248/1998, do Poder Executivo, que trata da dispensa por insuficiência de desempenho. O servidor poderá ser demitido se: i) tiver duas avaliações de insuficiência em dois anos consecutivos; ou ii) tiver três avaliações insuficientes intercaladas ao longo de cinco anos.

Não bastassem as propostas já aprovadas ou sob exame do Congresso, que promovem um verdadeiro desmonte do Estado, especialmente da seguridade social, o governo está elaborando novos projetos de lei que serão enviados ao Poder Legislativo, entre os quais:

- a. uma reforma trabalhista com prevalência do negociado sobre o legislado e terceirização e pejotização.
- b. uma reforma administrativa para facilitar a implementação do ajuste fiscal e o congelamento dos gastos públicos.

As mudanças propostas, como se depreende de sua leitura, são claramente conflitantes com o princípio da vedação do retrocesso social, na medida em que promovem alterações em marcos legais, restringindo ou reduzindo o acesso a direitos ou diminuindo o valor de benefícios de natureza social, como são a Saúde, a Previdência e a Assistência Social.

Por sua vez, o Congresso Nacional, que foi eleito ainda sob a égide do financiamento empresarial de campanha, tem dado respaldo a essa agenda de retrocesso social, que em nenhum momento foi submetida ao eleitor por ocasião da campanha eleitoral.

Para ter sucesso nessa luta conjuntural, é fundamental que o movimento sindical, além de unido e mobilizado, invista na formação e qualificação de novos quadros para fazer o embate no chão da fábrica ou nos locais de trabalho e também nos espaços institucionais, especialmente no Congresso Nacional e no Poder Executivo. O protagonismo do movimento sindical na defesa dos trabalhadores estará em teste no próximo período. Temos que estar preparados.

Se não houver campanhas de esclarecimento sobre os reais propósitos dessas reformas, nem a desinterdição do debate entre os atingidos por essas reformas, para ampliar as mobilizações e a pressão sobre os parlamentares, a agenda de

retrocesso social se transformará em norma jurídica. E direito é como pasta de dente: “quando sai do tubo dificilmente volta”.

Portanto, ou a sociedade, especialmente os movimentos sociais, reage a essas investidas em bases neoliberais, promovendo campanhas de esclarecimento sobre a gravidade desses retrocessos sociais, ou as perdas serão irreparáveis.

* Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Locomotivas do crescimento econômico travadas para 2017

*Clemente Ganz Lúcio**

Difundiou-se a ideia de que, superada a crise política, a economia voltaria a crescer, devido à melhora no nível de confiança dos agentes econômicos. Esperava-se que a fada da confiança atuasse. Contudo, o trem da economia continua parado ou em marcha à ré e a crise política está longe de ser superada. Os motores das locomotivas que puxam a economia permanecem desligados e com o freio de mão, puxado. Não há fada que mova o trem!

Já são sete trimestres em recessão e o quarto trimestre de 2016 será ruim, carregando muitos problemas para 2017.

No segundo semestre, normalmente aumenta a oferta de postos de trabalho assalariados e de ocupações para trabalhadores autônomos e por conta própria. As empresas respondem à demanda de consumo das famílias, que regularmente cresce nesse período, fazendo com que aumente a produção e o emprego. Uma locomotiva ganha velocidade.

Porém, pelo segundo ano consecutivo, o comportamento do mercado de trabalho é radicalmente outro. De maneira contínua, a ocupação encolhe, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE (a Pnad Contínua). Em outubro, houve recuo de 2,6% na ocupação - em setembro, já tinha sido de 2,4%. O resultado foi influenciado pela queda das ocupações dos trabalhadores por conta própria (-3,2%), segmento que, em momentos de crise, tende a absorver parte dos trabalhadores assalariados desempregados.

A taxa de desemprego encosta em 12% e só não é maior porque não há crescimento da procura por emprego, o que indica, no contexto econômico atual, deslocamento de parte da força de trabalho para o desalento, ou seja, o trabalhador está tão desanimado diante da gravidade da situação, que passa a achar que nem vale a pena procurar emprego, porque não há!

O prolongamento do desemprego, com aumento do tempo de procura, o fim das verbas rescisórias e das parcelas do seguro-desemprego travam o orçamento familiar e provocam maior redução do consumo e aumento da inadimplência. E os bancos aproveitam: ao renegociar as dívidas dessas pessoas, jogam as taxas de juros para a estratosfera, retirando mais renda das famílias endividadas.

Os rendimentos do trabalho também têm caído, mas a queda ainda tem sido amenizada, porque a inflação tem recuado e o desemprego atinge os postos mais precários e com menores salários.

Entre 2014/2016, seis milhões de trabalhadores tornaram-se desempregados e deixaram de ter renda para consumir. Com queda do rendimento real médio e um número menor de ocupados, cai a massa salarial. Em São Paulo, por exemplo, houve redução de 20 pontos no índice da massa salarial entre 2014 e 2016 (115 para 95). Massa salarial menor e altos juros são fatores que, combinados a outros, jogam a economia em depressão, estado para o qual caminhamos.

Não devemos nos deixar enganar: as iniciativas em curso por parte do governo e dos empresários, a baixa capacidade de consumo das famílias e do setor exportador indicam que se constrói no Brasil, para 2017, um terceiro ano de crescimento negativo do PIB.

Os indicadores do mercado de trabalho antecedem o que vem pela frente. A situação acima sintetizada encontra enorme capacidade ociosa nas empresas, que, assim como as famílias, passam por situação de alto endividamento. De outro lado, União, estados e municípios passam por gravíssima crise fiscal. Toda sociedade e governos são aviltados por extorsivos juros sobre dívidas; há subtração contínua dos investimentos públicos e privados; existem restrições às exportações, entre inúmeros outros problemas. Ou seja, as locomotivas que podem e devem puxar o trem da economia para o crescimento estão travadas.

Quais são as locomotivas para tirar a economia da recessão? As empresas precisam voltar a produzir e investir, aumentando e melhorando a capacidade de produção e, para isso, é necessário haver demanda, quer dizer, certeza de que o produto ou serviço encontrará comprador. É a demanda que tira a fada do mundo fantástico e a torna real e objetiva.

Quem garante a demanda? O mercado interno e/ou as exportações, ou seja, o mercado interno de outros países. E os mercados internos (nosso e dos outros países) são formados pela capacidade de compra das famílias, determinada pelo nível do

emprego e dos salários, pelo acesso ao crédito e patamar dos juros. No nosso mercado interno, há dois anos são destruídos em média 100 mil empregos por mês no Brasil e os salários vêm sendo arrojados. Já são mais de 12 milhões de desempregados ou quase 20 milhões, se incluído o desemprego pelo trabalho precário. O medo do desemprego reduz o consumo de quem ainda tem salário, os desempregados sofrem com o endividamento e os juros extorsivos. Ao travar o consumo das famílias, bloqueiam-se quase dois terços da força da demanda interna.

As empresas reduzem a produção e consomem menos insumos. Também deixam de investir para ampliar a capacidade de produção, não demandando novas máquinas, construção ou contratações. Sem giro dinâmico nas vendas, o lucro cai, os resultados se tornam negativos e a capacidade de sustentar os empregos e pagar empréstimos diminui. As empresas atrasam pagamentos, demitem e deixam de pagar os impostos e, como as famílias, são estranguladas pelos juros bancários. A segunda locomotiva permanece desligada.

Com queda da atividade econômica, geram-se menos impostos e quem deve não tem capacidade de pagá-los. A capacidade fiscal do Estado é comprometida. Os cortes de gastos e salários agravam a queda da demanda, pois o governo reduz o consumo, a renda dos servidores públicos e das famílias, além de diminuir a demanda para as empresas. Gastando menos com educação, saúde ou transferência de renda, o governo retira um relevante recurso multiplicador do emprego e de aumento do nível de atividade econômica. O motor da terceira locomotiva trava.

O mercado externo é a quarta locomotiva e era o alento. A desvalorização cambial havia aberto a porta da exportação de manufaturados e dado melhores condições competitivas para as empresas nacionais concorrerem no país com os produtos importados. Vários setores industriais estavam lentamente ganhando tração. De maneira equivocada, a política macroeconômica novamente deixa o câmbio valorizar, fechando a pequena porta que se abria. Além disso, sobram vendedores em todos os países, à procura do mercado interno de outros, inclusive do nosso. Há poucos compradores.

Em 2016, o PIB deve cair em torno de -3,5%. Se em 2017 o crescimento for nulo, já será um resultado razoável. Desemprego aumentando em menor intensidade, salário em queda, empresas fechando e redução da receita fiscal comprometem a retomada da demanda interna.

A solução indicada pelo governo será: (a) colocar o país à venda - empresas privadas e públicas, ativos naturais e serviços públicos -, especialmente para o capital internacional, disposto a encontrar ativos baratos e com boa perspectiva de rentabilidade futura; (b) mobilizar investimento externo para construir infraestrutura econômica, (c) fazer um brutal ajuste do tamanho do Estado (d) transferindo parte dos serviços (saúde, educação, previdência etc.) para a iniciativa privada. Essas diretrizes, entre outras, já em execução, destruirão a capacidade do país de comandar, dirigir, orientar e sustentar de maneira soberana um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, condição para uma integração internacional virtuosa.

A saída é uma forte agenda de investimento público e privado em infraestrutura social e econômica, para gerar emprego e elevar a demanda para a indústria e a produção em geral; dinamizar os gastos sociais para recuperar e dinamizar a renda, elevar a massa salarial e a arrecadação tributária. São necessárias medidas que permitam que empresas e famílias renegociem as dívidas, livres dos absurdos juros cobrados pelo sistema financeiro, além de ousada mudança na política monetária e reorganização da dívida pública e dos seus mecanismos perversos de indexação e de remuneração. O equilíbrio fiscal deve ser construído no médio e longo prazo em um ambiente de crescimento. Cabe ao Estado a ousadia pela iniciativa de destravar esses motores que colocam as locomotivas em movimento.

* Diretor técnico do DIEESE.

Brasil: projeto de nação, impasses e perspectivas¹

*Janira Sodré Miranda**

Introdução

Temos acompanhado o impasse sobre a disputa para o projeto nacional, no tempo presente e nesta primeira quadra do século XXI, parte constituída e constituinte da luta por um projeto de país, enquanto classe trabalhadora.

A construção da República e da democracia brasileiras está vivendo um momento de profundos dilemas e de acirradas disputas entre os principais atores coletivos, entre os grupos de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais. Sobre tudo, temos visto um impasse entre os interesses e as causas das maiorias empobrecidas das camadas populares da classe trabalhadora e os interesses do capital industrial e, sobretudo, do capital financeiro. A expressão política dessa luta se evidenciou na articulação do impedimento da Presidenta Eleita da República com o apoio das principais federações patronais do Brasil, apoio maçico da mídia tradicional e presença nas ruas da classe média, de recorte conservador. Sua expressão social se dá na construção de um imaginário de reação aos avanços sociais e políticos, com características de fundamentalismos religiosos e políticos que são veiculados especialmente no cyber espaço e suas redes sociais.

Essa disputa tem sido predominantemente, neste ano de 2016, vencida por setores que têm reagido aos avanços recentes e às conquistas, ainda que tímidas, que a classe trabalhadora vinha acumulando nos anos recentes da vida republicana brasileira.

1 Esta análise se produziu em análise de conjuntura gravada para a CNTE em 20 de dezembro de 2016.

A grande jornada pela democratização

O intenso esforço de resistência dos segmentos progressistas no Brasil nos anos do regime militar (1964-1983), em que vivemos sob a ditadura orquestrada entre segmentos de direita civil e militar, foi oriundo da luta partidária de esquerda, dos partidos comunistas e segmentos socialistas, da esquerda católica, das ligas camponesas, do movimento eclesial de base, da luta operária dos segmentos organizados do operariado urbano, das classes médias, da luta dos estudantes, sobretudo, universitários naquele contexto. Esses setores e segmentos foram constituindo espaços de luta e de disputa pela redemocratização do país, que veio a se transformar em um movimento de pressão sobre os setores que dirigiam o Estado, até a abertura democrática, que se concretizou, mais fortemente, a partir dos anos 70 e início dos anos 80.

A aglutinação desses setores em uma proposta de partido trabalhista no Brasil deu origem ao Partido dos Trabalhadores, com forte base no ABC paulista, no setor industrial do operariado urbano, daí emergindo a figura carismática do operário Luís Inácio Lula da Silva, liderando a formação do Partido dos Trabalhadores. Nessa gênese, da abertura democrática à emergência do Partido dos Trabalhadores e, sobretudo, na candidatura de Lula na eleição à Presidente da República, no ano de 1989, podemos encontrar o início da luta político-partidária que irá confluir, culminar com a posse de Lula eleito, por eleições diretas à Presidência da República no Brasil, no ano de 2003, abrindo um período de 13 anos de presença do Partido dos Trabalhadores, dessa vertente trabalhista na Presidência do Brasil, no governo federal.

Entre 1989 e 2003, ano em que Lula tomou posse na Presidência da República para seu primeiro mandato, o Partido dos Trabalhadores, que havia sido fundado numa plataforma socialista, inclusive com questionamento de fundamento da própria proteção à propriedade privada, das terras e dos meios de produção, e sua plataforma programática, vão sofrendo transformações e passam a se adaptar a um cenário político nacional de tornar-se um partido mais palatável ao governo central. Essa migração, que foi tão bem representada pela Carta ao Povo Brasileiro, publicada pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, afirmando o respeito aos contratos estabelecidos no contexto comercial e financeiro, vai produzir na opinião pública nacional as condições para que Lula seja eleito e tome posse em janeiro de 2003, como Presidente da República.

Evidentemente que a eleição de um operário para a Presidência da República é apenas parte de uma disputa mais ampla por um projeto de Brasil e é apenas a parte

de um caminho maior de transformações que a sociedade brasileira necessitava e necessita para desconstruir os fortes padrões de desigualdade de renda, desigualdade social e desigualdade no acesso a bens materiais e imateriais na vida econômica e social do país.

Ao lado dessa luta, nós temos toda a reconstrução e o aprofundamento da democracia direta, da organização da sociedade civil e da disputa pelas plataformas a serem implantadas e implementadas pelo Estado brasileiro em vista destas transformações.

Então, nós temos de pronto e de antemão, esses dois grandes desafios no âmbito do Estado e no âmbito da sociedade civil. Temos ainda que contar com a disputa e os interesses dos atores econômicos, com os detentores do capital e com os detentores dos meios de produção, dos meios de comunicação, da terra, com os seus interesses de classe e com a sua visão de Brasil, com a herança escravocrata e colonial, que as camadas abastadas, as camadas ricas brasileiras, dominadas, sobretudo, por setores de origem europeia, os eurodescendentes e a camada branca, também pouco acostumada à convivência intercultural com segmentos populares de origem afro-brasileira e indígena, compartilhando os espaços da vida social, sobretudo, os espaços de liderança como é o caso da Universidade, do governo, do Estado, dos cargos de direção.

Essa jornada pela democratização, essa jornada pelo acesso ao campo de decisão às posições políticas de liderança são parte da história recente da vida nacional.

O governo do Partido dos Trabalhadores: 13 anos no poder ou um pouco mais de uma década de muitas concessões e alguns ganhos

As concessões feitas pelo Partido dos Trabalhadores para chegar ao governo central do Brasil, que haviam sido anunciadas na elaboração do plano de governo e na Carta ao Povo Brasileiro, se iniciam juntamente com o primeiro mandato do Presidente Lula no governo central do Brasil.

Ao tempo em que o Partido dos Trabalhadores trazia um conjunto muito claro de metas para superação da fome e da miséria no Brasil, para a superação das vulnerabilidades sociais, a que estão submetidas as maiorias empobrecidas do país, contando aí com uma plataforma que vai se consubstanciar na erradicação da miséria e da fome no Brasil e depois vai se consolidar em programas de assistência social, em políticas sociais de segurança alimentar, nutricional, como os programas Bolsa-Escola

ou programas de moradia, como o Minha Casa, Minha Vida, ao lado dessas políticas de reparação, nós começamos a observar que o governo do Partido dos Trabalhadores apenas ensaiava timidamente um esforço para reformas, anteriormente chamadas de base, que seriam necessárias para radicalizar a democracia no Brasil.

Então, temos que a reforma agrária, a reforma educacional e a reforma das comunicações no Brasil, que seriam reformas essenciais e que não foram adequadamente enfrentadas no país, permanecem um imenso desafio. E um campo de manutenção do poder de grupos detentores do monopólio dos meios e bens concretos ou simbólicos que dão acesso à cidadania e à interlocução no debate político.

No campo da reforma agrária, o governo do Partido dos Trabalhadores não ousou enfrentar os ruralistas, seus representantes no Congresso Nacional, popularmente chamada de bancada do boi, é também encarada pelo mercado como a bancada do agronegócio, fazendo a defesa dos interesses das oligarquias rurais, e dos seus interesses. O foco da produção econômica desse grupo é a exportação de *commodities* com a exportação de produção agro-industrial de grãos, leite e carne. Mantém a velha posição do Brasil no mercado internacional enquanto serviçal e fonte de produtos agropecuários. Influenciam a balança comercial, anexam territórios indígenas e quilombolas, destroem o meio ambiente instaurando monoculturas danosas para as comunidades locais, agricultura camponesa, familiar.

Esta anexação territorial capitalista no campo avança sobre os biomas tradicionais, em especial o cerrado e a Amazônia, imprimindo no campo brasileiro uma cena de trabalho escravo e de eliminação de adversários políticos por meio do desaparecimento físico e do assassinato de lideranças, que pleiteiam pelo meio ambiente, e também pelas terras indígenas e pelas terras quilombolas.

Essa disputa coloca em xeque também a própria Constituição de 1988, que é parte das conquistas democráticas recentes da história política brasileira, Constituição essa que garante ao lado do direito da propriedade privada a posse pelas comunidades tradicionais indígenas e quilombolas as terras imemorais, as terras remanescentes, as terras tradicionalmente ocupadas.

Nesse sentido, o governo do Partido dos Trabalhadores manteve aliança com setores ligados aos chamados produtores rurais, que na verdade são as oligarquias tradicionais brasileiras e de donos de latifúndios, muitas vezes improdutivos e/ou que produzem com vista à venda de *commodities* ao mercado internacional de grãos, leite, carnes, frutas e *commodities* em geral. Esse modelo de desenvolvimento pode

até ter um significado na balança comercial de exportação no Brasil, mas é resultado de um pacto de produção para o mercado externo, colocando o Brasil novamente como uma nação dependente.

O governo do Partido dos Trabalhadores não fez essa disputa adequadamente, ao contrário, no contexto do primeiro mandato do presidente Lula, sob o forte ataque de forças de direita, o governo trabalhista foi atacado pelas mídias, no chamado escândalo do Mensalão, e se defendeu compondo para sua base com os setores da chamada bancada do boi.

Uma parte da história do ataque ao governo trabalhista, nesses treze anos em que o Partido dos Trabalhadores governou o Brasil, se originou na atividade militante de segmentos das famílias detentoras do monopólio das comunicações no Brasil. A relação do Partido dos Trabalhadores com os meios de comunicação dominados pelas famílias tradicionais, também chamada de mídia tradicional, foi uma relação de patrocínio desses meios de comunicação e foi uma relação de não buscar o enfrentamento para a quebra desse monopólio, democratizando a comunicação. Medidas tímidas foram tomadas em relação às rádios e TVs públicas, sem mexer no monopólio comercial das antigas famílias e grupos sobre este setor da economia de da cultura no Brasil. Esta forma de articulação política se mostrou uma estratégia equivocada porque foi, posteriormente, sob forte ataque desses grupos tradicionais e monopolistas das comunicações no Brasil que o Partido dos Trabalhadores foi sendo demolido perante a opinião pública, o que produziu a erosão das condições de permanência da presidenta eleita para o quarto mandato do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Esse quadro veio a culminar no impeachment votado na Câmara em abril de 2016 e depois, em segunda votação em agosto de 2016 no Senado Federal, retirando sob alegações de crime de responsabilidade, a presidenta eleita com a maioria dos votos dos brasileiros. Então, setores conservadores ligados à bancada ruralista, como membros influentes do partido Democratas no Brasil, mas também órgãos de comunicação, como a Rede Globo, o Estadão e a própria Folha de São Paulo tiveram papel predominante. Vale ressaltar que o Partido dos Trabalhadores manteve contratos comerciais com esses grupos durante o período em que esteve à frente do governo federal.

Ressalte-se ainda que, dentro das políticas sociais eleitas pelo governo federal para fomentar por meio do Estado brasileiro novos padrões de relações sociais no país, uma ampliação do ensino superior no Brasil, concretizada na expansão da rede federal de universidades e institutos de educação profissional e tecnológico, com forte

incentivo para a entrada dos segmentos empobrecidos e historicamente marginalizados desses espaços, com o recorte da presença de jovens das classes populares, oriundos das escolas públicas e de comunidades negra, indígena e quilombola no Brasil para adentrar às universidades.

Verifica-se também, nesse contexto, a ampliação dos processos de universalização da educação básica no Brasil, do ensino fundamental, e o início dos debates sobre a qualificação do ensino médio brasileiro. Nesse campo das políticas sociais, com recorte para a política educacional, nós podemos verificar um trabalho mais consistente realizado pelo governo federal, bem como com o Sistema Único de Saúde, fortemente criticado por vários setores da vida nacional, mas também fortemente debatido nos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil e com a perspectiva de democratização do acesso à saúde no país. Isso só foi possível, tanto quanto na educação quanto na saúde, com a perspectiva de investimentos sólidos oriundos da extração e venda do petróleo de alta profundidade, popularmente conhecido como o petróleo do pré-sal.

Essa movimentação do PT também com investimentos dos royalties do petróleo nas políticas sociais vai fomentar grandes resistências e a ambição do capital internacional, articulado ao capital nacional, sobre a riqueza produzida a partir da perspectiva da venda do petróleo do Pré-Sal, uma das grandes descobertas da Petrobrás no contexto do governo do presidente Lula.

As políticas sociais de distribuição de renda patrocinadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores também se destacam nesta área, representando um dos programas mais visíveis e premiados de erradicação da miséria, da fome e da pobreza.

As políticas sociais serão fortemente atacadas, sob alegação da produção de superávit nas contas públicas. Essa desconstrução vai culminar com o golpe judicial, o golpe constitucional impetrado contra o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, que será destituída do governo federal no mês de agosto de 2016 e irá abrir a vaga para a presidência da República para o seu inexpressivo e imaturo vice-presidente da República, Michel Temer.

Um governo tenebroso e temerário

O novo governo é conduzido pelas forças conservadoras à direita, pelos interesses do capitalismo nacional e internacional, sobretudo de característica financeira, pelos interesses mesquinhos, clientelistas e regionalistas do seu partido, o PMDB.

Por meio de sua ambição pessoal e vaidade, o presidente Michel Temer, um presidente ilegítimo, chegará à Presidência da República amparado pelos interesses econômicos e políticos dos setores conservadores da reação. Fortemente pressionado por uma pauta de ataque às garantias individuais, às liberdades políticas, de comunicação, religiosa, e também com uma pauta de ataque aos direitos trabalhistas no Brasil. Um forte ataque à CLT, à Previdência pública e aos investimentos em educação e saúde no Brasil, com uma pauta de privatização dos serviços públicos e de enxugamento do Estado, de flexibilização de direitos trabalhistas em benefício aos interesses do capital, vulnerabilizando as negociações e o poder de compra da classe trabalhadora.

A própria constituição do ministério do governo Temer evidenciou um ministério formado por homens brancos, de classe alta e idosos. Uma adultocracia geriátrica e branca se instala no poder central, caracterizando o governo, novamente, dos segmentos da elite branca que sempre ocuparam os espaços de comando de poder brasileiro, brevemente interrompido, por esta etapa dos quase quatro mandatos do governo trabalhista - o último incompleto e interrompido pelos fatos de 2016.

Esse cenário é de um governo *tenebroso* para o povo, suas conquistas e avanços, e *temerário*, na medida em que coloca em xeque o desenvolvimento nacional, porque o Brasil não pode se desenvolver deixando suas maiorias, a classe trabalhadora, à margem da proteção do Estado, de seus direitos trabalhistas, sociais e políticos.

A caracterização desse governo nos traz um dilema de uma nação dividida, e nos traz a perspectiva de reinventar e fortalecer a luta unificada da classe trabalhadora no Brasil a partir da pluralidade das experiências, das reivindicações e das especificidades de gênero, de raça, de região, de territorialidades tradicionais para garantir seus direitos enquanto classe, fortemente atacados por esta camada dirigente, que é golpista, racista, sexista, e que nos traz o desafio de reinventar na força, na luta e na esperança para garantir os direitos e os compromissos com as causas justas e amplas, que se tornam também um imperativo ético para aprofundar e radicalizar a experiência democrática brasileira, ainda tímida e que ainda não se fez, atacada por uma camada rica que lê o Brasil na chave escravocrata. Destruir a escravidão/

servidão/sumetimento de trabalhadores e reinventar a liberdade segue sendo o desafio das camadas populares brasileiras, e essa é a nossa perspectiva para radicalizar a democracia.

* Professora da Coordenação de Filosofia e Ciências Humanas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e coordenadora do Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro (Proafro) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM

Osmar Prado

Foto: Divulgação



Osmar Prado é um ator e escritor brasileiro nascido em São Paulo. Iniciou sua carreira ainda menino, com 10 anos de idade na telenovela *David Copperfield*, da extinta TV Paulista. Com grande experiência na televisão e no teatro, com um grande número de novelas no currículo, também atuou, a partir da década de 1980, no cinema nacional. É militante do Movimento Humanos Direitos (MhuD), organização social que atua na área de defesa dos direitos humanos.

CNTE - Como o senhor está enxergando o atual momento político do país?

Osmar Prado: Depois de 20 anos de ditadura militar, não poderíamos imaginar que sofreríamos um golpe com característica tão peculiar, de efeito tão devastador, sustentado pela Mídia Conservadora, Congresso Nacional e Judiciário, irmanados em um só objetivo: derrubar a Presidenta Dilma, instaurar um governo ilegítimo, desconstruir todos os avanços conquistados a partir da redemocratização do País, consolidados pela Constituição de 88, ainda que frágil, dando início a um projeto de Nação que passaríamos a trabalhar para sua efetiva implantação.

CNTE - O que imagina ser a principal perda para o setor da educação e cultura pós-golpe? Como o senhor tem visto a resistência ao golpe no meio artístico em particular e, de uma forma mais geral, na própria sociedade?

Osmar Prado: Levando-se em conta que, uma das primeiras ações do Governo Temer foi acabar com o Minc, retrocedendo após a tomada do Capanema, e, posteriormente, a EC 95, no controle dos gastos públicos, já podemos imaginar o que será daqui para frente. O meio artístico está dividido entre os que veem em Moro o “Paladino Caçador de Corruptos”, remetendo-nos ao passado recente, quando surgiu o “Caçador de Marajás”, na figura “galante” de Collor, e os velhos militantes de sempre que acreditam em uma justiça imparcial, não seletiva, para todos, doa a quem doer, na defesa do Estado Democrático de Direito. Esse governo não se sustenta na Democracia, jamais seria eleito pelo voto direto. Estamos em um regime de exceção. O povo em sua grande maioria é controlado pela mídia. Porém, felizmente, temos a Internet e, tanto para o bem quanto para o mal, é uma tribuna livre que pode despertá-lo para a trágica realidade que está se desenhando a passos largos, demovê-lo de sua inércia, incitá-lo a tomar as ruas, neutralizando os efeitos negativos de uma política que visa, tão somente, condenar os menos favorecidos a pagar uma conta, no mais absoluto desrespeito aos 54 milhões de votos que elegeram a Presidenta Dilma.

CNTE: O senhor faz parte do Movimento Humanos Direitos (MHuD). Na sua avaliação, qual o principal impacto deste governo ilegítimo para os direitos humanos?

Osmar Prado: Essa pergunta já está respondida quando me refiro ao Estado de Exceção. Se não houver uma tomada de posição efetiva, as comportas serão abertas ao Capital Especulativo, ao Agronegócio, à tomada das Terras dos Índios, ao Trabalho Escravo, à Criminalização dos Movimentos Sociais, na “covarde” invasão da Escola Florestan Fernandes do MST, na matança de negros jovens e pobres das periferias pelos órgãos de repressão.

CNTE - E qual sua expectativa para a unificação da esquerda de modo a construir um novo projeto para o país?

Osmar Prado: Acredito que os setores progressistas amadurecerão com esse revés e, em uma atitude histórica, levando-se em conta suas diferenças programáticas e ideológicas, unir-se-ão, no sentido de reverter esse “desleal” processo em andamento, para estancar as hostes fascistas que trabalham, diga-se de passagem, com muita eficiência e aplicação para entregar, sem escrúpulos, nossas riquezas aos interesses internacionais.

ENTREVISTA COM

Cristina Pereira

Foto: Beti Niemayer



Cristina Pereira, paulistana, é uma atriz, humorista, apresentadora e diretora. Foi integrante do extinto programa de televisão TV Pirata, grande sucesso de comédia da televisão brasileira do final da década de 1980 e começo da de 1990. Militante e preocupada com as causas sociais, Cristina também é integrante do Movimento Humanos Direitos (MhuD), organização social que desenvolve atividades em prol da paz e dos direitos humanos.

CNTE - Como a senhora está enxergando o atual momento político do país?

Cristina Pereira - É bastante difícil fazer uma análise responsável sobre o momento político que estamos vivendo, após o impeachment de nossa Presidenta Dilma Rousseff. Um golpe foi arquitetado milimetricamente e desferido sobre nossas cabeças e o povo que esteve consciente, os movimentos sociais, sindicais, estudantes e os vários segmentos da sociedade que tiveram informações e formação adequadas ao momento, esse povo percebeu, lutou. E luta! Estamos diante de um tabuleiro de xadrez ao qual se precisa estar atento. A cada segundo uma peça muda de lugar. Temos um parlamento complicado, para ser elegante e não usar outro termo. Alguns votam medidas, como abuso de autoridade por parte de juízes, por exemplo, porque estão sob suspeita de corrupção e outros por lutarem por Liberdade e terem uma postura crítica sobre essa questão. A esquerda está dividida.

CNTE - O que imagina ser a principal perda para o setor da educação e cultura pós-golpe?

Cristina Pereira - Muitas serão as perdas sobre as conquistas dos últimos 12/13 anos. O cancelamento de programas de pesquisa, do Ciência Sem Fronteiras e outros. Além do mais, a ausência no currículo de matérias que não serão mais obrigatórias como Filosofia, por exemplo, é um prejuízo enorme pois como formar uma geração sem pensamento crítico, sem reflexão? E não achar isso importante? Como ter um ensino exclusivamente voltado para a área final a que o estudante, ainda tão jovem, escolheu? Por que não oferecer uma educação de qualidade, ampla e completa a que temos direito? Temos que lutar para que isso aconteça! As Secretarias de Cultura estão sendo desmanteladas! Houve avanços significativos nos programas de Arte e Cultura desenvolvidos desde 2003 no MinC, nos governos Lula e Dilma que não poderemos perder. Será um enorme e perigoso retrocesso.

CNTE - Como a senhora tem visto a resistência ao golpe no meio artístico em particular e, de uma forma mais geral, na própria sociedade?

Cristina Pereira - Acho que há uma divisão na sociedade, como todos sabem. Há também rótulos: ou sou isso ou sou aquilo. Exageros de ambas as partes, radicalismo e muito ódio, em minha opinião, da parte da direita, dos golpistas que querem assumir o poder. Nunca imaginei ter, nos dias de hoje, que pensar se posso ou não usar uma camisa vermelha para sair e correr o risco de ser xingada. A mídia teve e tem um papel importante, pois abrange todos os rincões do país e as pessoas se informam pela TV, que é claramente o quarto poder e tem uma visão neoliberal com tendência direitista. Alguns mais esclarecidos, pertencentes a movimentos de longa data, se informam pelos canais alternativos, pela mídia que corre paralela e mostra os fatos e versões que a TV oficial não mostra ou distorce. Há um conjunto enorme de informações pela internet, redes sociais e grupos de WhatsApp, apesar de que, por esses meios, correm imagens e fatos às vezes reais e às vezes falsos. Tudo se confunde e se esclarece ou não, em segundos. É vertiginosa a importância da internet e sua enorme abrangência. Ao mesmo tempo, a velocidade das informações e as súbitas mudanças no panorama político e social, e a desatenção moderna para as palavras, ninguém escuta nenhuma frase até o fim, faz com que meias verdades sejam espalhadas ou ouvidas. A classe artística, acho, tem se posicionado em grande parte contra o golpe e todas as consequências dele que estamos vivendo agora. Alguns perceberam antes, outros depois. De forma geral, acredito

que a maioria tem plena consciência de todos esses fatos e acompanha todas as versões disponíveis nos meios de comunicação, embora alguns não se manifestem publicamente e outros sejam discretos e uma minoria dá a cara a tapa, como se diz.

CNTE - Em sua opinião, o fato de a Presidenta Dilma Rousseff ser mulher contribuiu com o seu processo de impedimento? E quais as repercussões desse afastamento para a luta das mulheres daqui para frente?

Cristina Pereira - Contribuiu. O machismo contribuiu bastante para o impeachment da Presidenta. Ninguém aguentava aquela mulher forte, firme, inteligente, honesta, que não queria saber de conversa mole. No entanto, a luta das mulheres, da qual pude participar de alguns atos, continua clara, muito forte e nada poderá deter esse movimento. Teremos daqui para frente cada vez mais mulheres na política.

CNTE - A senhora tem uma forte militância junto às principais bandeiras da classe trabalhadora. Na sua avaliação, como se dará a atuação da esquerda em um futuro próximo?

Cristina Pereira - Não saberia dizer com propriedade. Acho que precisa haver, em médio prazo, uma avaliação de tudo o que houve nos últimos anos e a tão falada autocrítica da esquerda. Uma análise interna, profunda, quase um retiro espiritual, sabe? E depois com seminários e encontros com a sociedade, com a classe trabalhadora, estudantes, todos, enfim para uma reconstrução, principalmente, já que é o meu partido do coração, o PT. Acredito que isso possa acontecer, e temos que chamar os jovens porque eles nos deram uma lição em toda a sua atuação na rua e nas escolas ocupadas!

ENTREVISTA COM

Ana Júlia Ribeiro

Foto: Divulgação



Ana Júlia Ribeiro, estudante secundarista de 16 anos de Curitiba, no Paraná, transformou-se em porta-voz informal das escolas ocupadas no Brasil. Ganhou notoriedade internacional, sendo destaque de revistas, como a Forbes, e de jornais, como o El País, depois de discurso proferido no dia 26 de outubro de 2016 no plenário da Assembleia Legislativa do Estado Paraná. Convidada a falar das ocupações das escolas do Estado do Paraná, a jovem estudante emocionou o país com um discurso forte em defesa do movimento de ocupações que, em poucos dias, viralizou nas redes sociais e repercutiu em todo o país.

CNTE - Conte um pouco sobre o início da ocupação na sua escola. Como foi a mobilização inicial entre os estudantes e a reação de seus professores?

Ana Júlia - Acredito que não tem como falar do início desse movimento no Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães (CESMAG) sem descrever as atividades que realizamos antes.

No dia 5 de outubro, a escola, juntamente com alguns estudantes, se propôs a falar para os alunos em geral o que era a Medida Provisória 746 e quais seus danos à educação pública. Foi nessa conversa que surgiram os primeiros rumores de ocupar o CESMAG. No dia 9 de outubro, o CWB - Contra Temer (coletivo de resistência do Paraná contra o golpe) convocou um ato com a pauta “Contra o retrocesso na educação”. Nesse ato o CESMAG esteve presente de uma maneira significativa. Após esse

dia, tomamos uma maior consciência do que a MP significaria. No dia 11 de outubro os estudantes do CESMAG, de modo espontâneo, e em apoio ao movimento secundarista, fizeram uma paralisação estudantil. A equipe pedagógica ameaçou ligar para os responsáveis dos alunos e punir quem aderisse à paralisação. Os estudantes, indignados, pediram por assembleia, a equipe pedagógica tentou impedir que todos os alunos participassem, não permitindo os que ainda estavam em sala de aula ir ao nosso encontro. Essa tentativa falhou, já que não abrimos mão da presença de todos os estudantes do ensino médio e 9º ano do fundamental. Foi explicado em assembleia como ocorre uma ocupação e quais seriam nossas reivindicações. Também foi falado dos movimentos Ocupa Tudo e Ocupa Paraná e, democraticamente, foi decidido pela ocupação. Fizemos, ainda, no dia 13, uma nova assembleia com o intuito de confirmar o posicionamento dos estudantes, que novamente foram a favor da ocupação. Às 06h50min de sexta-feira, dia 14 de outubro, demos início à ocupação com a colaboração e trabalho em equipe dos estudantes. A princípio, não tivemos problemas com os professores ou qualquer outro funcionário que, de certa forma, estavam surpresos com a nossa organização. Deixamos aqueles que se sentiram confortáveis entrar na escola para buscar seus pertences pessoais que poderiam estar no colégio.

CNTE - Qual foi a influência das experiências dos estudantes chilenos e argentinos no movimento de ocupação das escolas aqui no Brasil? No seu caso em particular, quando você tomou conhecimento dessas experiências de fora do país?

Ana Júlia - Para ser sincera, só tive conhecimento da Rebelião dos Pinguins quando já tinha ocupado minha escola. Até então, só conhecia o movimento secundarista que ocorreu em São Paulo no final de 2015. Acredito que os secundaristas de São Paulo tenham se inspirado nos movimentos que ocorreram fora do país e assim, por consequência, nós também nos inspiramos neles.

CNTE - Descreva um pouco qual foi a sensação que você sentiu na hora daquela sua fala no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, no último dia 26 de outubro. E como foi a repercussão imediatamente depois de seu discurso, ainda dentro da Assembleia Legislativa, dos próprios deputados que a estavam ouvindo?

Ana Júlia - A sensação predominante naquele momento era o nervosismo... Tremia bastante e minha voz quase não saía.

Ainda na Assembleia, fui parabenizada por alguns deputados, que souberam reconhecer que, por representarem o Estado, também tinham sua parcela de culpa nos problemas enfrentados pela sociedade; já por outros deputados, fui desprezada.

CNTE - Como foi a repercussão do seu discurso no próprio meio estudantil? Como se deu o primeiro contato com seus colegas de ocupação logo após a sua fala na Assembleia? Você avalia que esse seu discurso ajudou nas ocupações das escolas pelo Brasil afora?

Ana Júlia - Eu considero boa e fico honrada em ter tido uma repercussão positiva no meio estudantil. Logo que cheguei da ALEP (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná), fui muito bem recepcionada por meus colegas, que não economizaram nas brincadeiras e me deram todo apoio necessário. De certa maneira, não tem como dizer que não ajudou... Bem ou mal, aquela minha fala trouxe visibilidade ao movimento estudantil.

CNTE - Em sua opinião, quais são os principais problemas da EC 95 e da MP 746 (reforma do ensino médio) para a educação brasileira nos próximos anos? E como reagir a esses efeitos?

Ana Júlia - Como você já lembrou, o limite de gastos na educação pública é um problema porque limita o retorno que essas políticas públicas trazem para a sociedade. Retorno em termos de geração de emprego e renda e também em pesquisas científicas e inovação tecnológica. O país viverá um retrocesso social porque a EC 95 vai estrangular por um longo período a educação pública. Com isso, será aberto um grande campo de exploração comercial da educação por parte da iniciativa privada, o que a grande maioria das famílias dos estudantes não tem como pagar.

Em relação à MP 746, nós, estudantes acreditamos que o problema está no notório saber, na falta de obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia (no relatório do senador Pedro Chaves, as disciplinas de Artes e Educação Física voltam a ser obrigatórias). O ensino integral também é um problema para os estudantes que precisam trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias, além do que as escolas públicas, de modo geral, não têm infraestrutura para manterem os alunos em tempo integral.

Os estudantes, dentro de suas limitações, reagem em forma de protestos e de ocupação das escolas, lutando contra grupos contrários e poderosos que acreditamos estarem sendo financiados por alguém. Também reagimos quando sofremos resistência dentro do próprio meio estudantil, onde alguns de nossos colegas ainda não se conscientizaram dos efeitos da MP 746 e da EC 95.

DESDOBRAMENTOS IMEDIATOS DO GOLPE

Perda de direitos em todas as áreas de governo

Nesta seção, faremos um breve relato de algumas áreas de governo desde que este governo ilegítimo assumiu o poder em Brasília. O que fica claro e evidente, é que a lógica do atual governo, em todas as suas áreas de atuação, obedece a um paradigma fiscal, subordinando as políticas públicas e sociais à lógica meramente da contenção de gastos. Ficará claro, também, que o atual golpe parlamentar/jurídico/midiático pelo qual passa o país veio para retirar direitos dos trabalhadores e das classes menos favorecidas no país, desmontando as grandes conquistas sociais da Constituição de 1988 que nem o Governo FHC, no auge de suas políticas neoliberais, teve coragem de fazer. Esse governo ilegítimo almeja, inclusive, diminuir as conquistas e segurança alcançadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de Getúlio Vargas, algo que nem os militares ousaram mexer. Vejamos essa breve radiografia dos mais diversos setores de governo, inspirado em material produzido pela Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia.

TRABALHO

O grande objetivo deste governo ilegítimo ao tomar posse do Palácio do Planalto, já anunciado em diversas manifestações públicas, é precarizar ainda mais os vínculos de trabalho, barateando os custos de contratação para os empregadores. Para isso, pretende modificar as formas de contratação, chegando ao cúmulo de defender, sem o menor pudor, que o trabalhador pode passar a receber por hora trabalhada, em vez do atual contrato mensal, e que o horário de intervalo para almoço é muito grande e que pode, tranquilamente, ser diminuído para apenas 15 minutos.

Em que pese essas propostas parecerem muitas vezes chacotas, elas existem e são objeto de apreciação no Congresso Nacional. A mais chocante das propostas, e que possivelmente será aprovada, é o projeto da terceirização. Essa proposta tem como objetivo estender a terceirização ao máximo quanto for possível, inclusive, nas atividades-fim das empresas. Hoje, é possível terceirizar a mão de obra apenas no que

conveniu-se chamar de atividade-meio da empresa, de modo que ficasse assegurado o compromisso de vínculo do empregador com o empregado que contrata.

O mais estarrecedor, no entanto, é o desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pretendida por este governo ilegítimo. E isso se dará com a proposta, em tramitação há anos no Congresso Nacional, de que o negociado entre as partes prevaleça sobre o legislado nas leis. Isso significa que, em qualquer negociação coletiva, se for aprovado algo que contrarie ou diminua algum direito que está em lei, a lei que hoje serve para proteger o trabalhador, lado mais fraco da relação de trabalho, de nada valerá. É a desconstrução da CLT e de toda a jurisprudência trabalhista de garantia de direitos.

Sabemos que, em uma negociação, os trabalhadores são o elo mais fraco da corrente. Sob ameaças de demissão, aceitarão tudo o que for proposto pelo patrão. Por isso é tão perigoso esse preceito que o governo ilegítimo quer fazer valer, ou seja, tudo o que for negociado entre as partes, de “livre e espontânea vontade”, valerá mais do que está escrito e consagrado nas leis.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é considerada a maior política de redistribuição de renda do país, já que sua cobertura para a população ocupada (16 a 59 anos de idade) passa dos 72% da população e para a população idosa (60 anos ou mais) chega a quase 82% da população. Mas servir ao povo parece não ser muito do interesse desse governo que se instalou no Palácio do Planalto.

A primeira grande medida desse (des)governo com a Previdência Social foi acabar com o seu Ministério e delegar ao Ministério da Fazenda as atribuições da política previdenciária, expondo de modo claro que a finalidade exclusiva da reforma da previdência por eles almejada baseia-se apenas em uma lógica fiscal, economicista e privatizante. Sob o pretexto de combater o déficit da Previdência pública brasileira, o que se pretende é a retirada de direitos de milhões de brasileiros(as), hoje garantidos constitucionalmente, e repassar esse enorme fundo público à iniciativa privada.

Se a reforma da previdência é necessária frente à conjuntura de dificuldades econômica e de crescimento demográfico brasileiro, ela jamais deve ou pode retirar direitos. Não se pode admitir que a única parte afetada por esta reforma seja a que cabe aos trabalhadores(as) que, em sua grande maioria, ganham até um salário mínimo.

As grandes empresas, por exemplo, são as maiores devedoras da Previdência, e a elas nada se propõe. É necessário uma reforma que não penalize o trabalhador(a), mas que se depare com a revisão de desoneração da folha de pagamentos, das renúncias fiscais e da cobrança da dívida ativa da Previdência. Mas nada disso faz parte das preocupações desse atual governo. A seguir listamos algumas das principais medidas já anunciadas na PEC 287/2016, que trata sobre a Reforma da Previdência, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e remetida, para discussão em Comissão Especial, para o ano de 2017:

- Idade mínima de 65 anos para aposentadoria, para homens e mulheres, sem regra de transição, para todas as categorias, inclusive professores(as) e trabalhadores/as rurais;
- Desvinculação dos benefícios do salário mínimo, o que pode levar a uma aposentadoria e pensão inferiores a um salário mínimo;
- Reduzir o valor da aposentadoria por invalidez de 100% para 51% da média das remunerações, mais 1% por ano de contribuição, excetuando o provento da aposentadoria por invalidez decorrente exclusivamente do acidente de trabalho;
- Aumento da idade e tempo de contribuição para aposentadorias especiais, de pessoas com deficiência e trabalhadores de áreas insalubres, expostos a riscos;
- Fixação da pensão por morte em 50% da remuneração, podendo reduzir a pensão para meio salário mínimo, com a desvinculação dos benefícios do salário mínimo;
- Desvinculação do Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) do salário mínimo;
- Fim da aposentadoria especial do magistério.

E, se não bastasse o fim do Ministério da Previdência e todas essas ideias mirabolantes de reforma, o INSS está a sofrer com esse atual governo um desmonte lento e gradual, com a exoneração de servidores de carreira dos seus altos cargos de comando para, voltando às velhas práticas tão usuais no Brasil de antigamente, transformá-lo em um bom cabide de emprego para os políticos e apadrinhados, que nada entendem de previdência pública.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A saúde talvez seja a área, junto com a educação, que mais sofrerá com a sanha de desmonte das políticas sociais que esse governo ilegítimo está a empreender. E isso

dá-se muito em função da capilaridade que o sistema de saúde tem em todo o território nacional.

Não por acaso o SUS, grande conquista do povo brasileiro no processo de redemocratização do país, resultado de inúmeras lutas sociais do movimento sanitário das décadas de 70 e 80 do século passado, é o único sistema público de saúde universal em um país com mais de 100 milhões de habitantes. E isso deve ser motivo de orgulho para todos os brasileiros.

A crítica que se faz comumente ao sistema refere-se mais propriamente ao pronto atendimento e à oferta de especialidades médicas. Mas o SUS, apesar disso, e deve-se ressaltar que isso ocorre muito em função do que conveniu-se chamar de externalidades (ferimentos e mortes causados por armamentos de fogo e armas brancas, além de acidentes de trânsito), é muito maior do que isso: o SUS é motivo de orgulho devido a seu sistema de vigilância sanitária; da sua cobertura em todo o território nacional de vacinas obrigatórias; em função também de sua capacidade de atendimento na média e alta complexidade, como transplante de órgãos, por exemplo. Se não fosse pelo SUS, o Brasil estaria em um patamar muito inferior em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Mas isso não é suficiente para o Governo ilegítimo que se apossou do poder no Brasil. A ameaça constante ao programa Mais Médicos só foi temporariamente desfeita em função das pressões dos municípios que iriam perder o provimento desses profissionais médicos, muitos, inclusive, governados pelo PMDB. Mas o programa Mais Médicos não é só o provimento de profissionais. Ele inclui toda uma política de formação médica no interior do país e oferta de vagas de residência para esses profissionais, isso, sim, já descontinuado pelo governo ilegítimo.

No mais, os primeiros depoimentos dos novos gestores do Ministério, cargos que pela primeira vez em muito tempo não estão sendo ocupados por médicos, e sim por administradores, demonstra bem o desmonte do SUS que eles pretendem fazer. A começar pela proposta de planos de saúde populares. Essa é uma proposta que evidencia a visão meramente mercantil da saúde. O objetivo dessa proposta, fica claro, é enfraquecer o setor público da saúde para fortalecer o setor privado, o mesmo que financiou as campanhas políticas de 2014 do atual ministro. Além do mais, não resolve o problema do atendimento.

Por fim, cabe lembrar que só neste final de ano de 2016, com o acirramento da crise no Brasil e o aumento do desemprego, mais de 1 milhão e 700 mil pessoas, conforme

dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), abandonaram seus planos de saúde por inadimplência. Todo esse contingente deverá migrar para o SUS, em um momento que o sistema público de saúde estará sendo asfixiado e contraído em função dos efeitos da EC 95, que limita os gastos com educação e saúde para os próximos 20 anos.

COMUNICAÇÃO

Essa área tão estratégica para o desenvolvimento do país, e que já sofria com uma forte interdição de debates com matizes mais democratizantes, sofre um forte baque já na reestruturação dos ministérios anunciada nos primeiros dias do Governo ilegítimo (MP 726): a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia, sob o pretexto de contenção de gastos e otimização de recursos, termina por transformar esse ministério em um órgão de função cartorial, meramente de registros.

O setor da comunicação no Brasil, sabidamente dominado por oligopólios e um setor empresarial monopolista, passa a contar com uma estrutura de governo que, ao invés de regulá-lo, será totalmente capturado por esses interesses empresariais. Ou seja, as cinco famílias brasileiras que controlam o setor de comunicação no Brasil – com suas TVs, rádios e jornais – agradecem o feito porque o projeto de políticas públicas que fomentam a pluralidade e a diversidade do setor fica enormemente comprometido com o redesenho institucional proposto pelo Governo ilegítimo. Voltaremos àquele estágio de que as grandes corporações midiáticas brasileiras andaram de mãos dadas com o clientelismo político, situação em que as concessões de rádios e TVs voltam a ser usadas como instrumento de barganha política nos Estados.

Outra área muito ameaçada nesse novo contexto político brasileiro é a Internet. Organizações da sociedade civil desse setor já se organizam na “Coalizão Direitos na Rede” para defender os princípios fundamentais que garantem o acesso universal à Internet. A universalização da Internet banda larga sofre fortíssimas ameaças quanto à sua implementação por que passa a ser, na visão do Governo ilegítimo, atribuição das empresas privadas, e não do Poder Público.

Já rodou a notícia de que a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que desde 1989 vincula-se ao Ministério de Ciência e Tecnologia, preparou um lista das 20 primeiras universidades que ficarão sem conexão à Internet em função de restrição de recursos orçamentários. Universidade sem acesso à Internet, todos sabemos, representa

uma enorme perda tanto para os professores quanto para os estudantes, especialmente porque afeta todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão para as quais as universidades são vocacionadas. E se isso acontecer, o programa de banda larga nas escolas públicas também deverá ser alvo de restrições.

CULTURA

O setor da cultura talvez tenha sido o que mais sofreu inicialmente com o Governo ilegítimo. A extinção do Ministério nos primeiros dias de governo gerou o movimento pioneiro de resistência ao golpe: a ocupação do Palácio Capanema no Rio de Janeiro inaugurou o movimento OcupaMinc, que por todo o país reverberou em outras ocupações similares. Esse movimento inicial no Rio de Janeiro, que deu lugar a diferentes manifestações artísticas e culturais de resistência em todo o território nacional, fez com que o Governo usurpador desse o seu primeiro recuo poucos dias depois do anúncio de extinção do Ministério: não haveria mais o fim do Ministério da Cultura.

Mas esse recuo do Governo não significou qualquer fortalecimento das políticas culturais do Governo. Ao contrário, o Ministério da Cultura sofreu uma verdadeira devassa, com a exoneração de centenas de servidores públicos vinculados à pasta e desestruturação de inúmeras secretarias do Ministério, pondo em risco evidente a continuidade das políticas pactuadas em um amplo processo de consulta pública. Consulta essa que elaborou, também com a participação social do setor, o Plano Nacional de Cultura, que definiu metas a serem cumpridas até o ano de 2020.

A asfixia institucional do setor representa sérios danos às políticas audiovisuais desenvolvidas até então e que teve como grande exemplo a exoneração da gestora da Cinemateca Brasileira, servidora aposentada da instituição com larga experiência em audiovisual e em gestão pública, e que não tinha nenhuma vinculação político-partidária como à época arguido pelo Governo ilegítimo, o que terminou por gerar enorme desconforto e inconformismo em representantes do setor.

Recentemente, o Ministério da Cultura também foi palco de um grande constrangimento ao governo. Quando o então Ministro Marcelo Calero anunciou sua exoneração do cargo por estar sofrendo pressões indevidas do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima – nome forte e de confiança do Presidente Temer –, mais tarde exonerado por fazer ingerência no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em uma área em que possuía um apartamento de

luxo. No lugar de Calero, o Governo anunciou no Ministério da Cultura o nome de Roberto Freire, que tinha defendido a sua extinção à época daquelas primeiras medidas do Governo ilegítimo.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi também outra vítima do golpe. A exemplo do Ministério da Cultura, o MDA também foi extinto e, inicialmente, fundido com o Ministério do Desenvolvimento Social. Para além do raciocínio simplório e assistencialista – de considerar o desenvolvimento agrário como um mero apêndice das políticas de desenvolvimento social –, a extinção do MDA impacta diretamente a vida de toda a população rural brasileira, que abarca quase 70 milhões de pessoas. A agricultura familiar, responsável por mais de 70% dos alimentos produzidos no Brasil, que emprega 77% do trabalho rural e contribui com cerca de 10% para do PIB nacional, sofre um duro revés de um governo que não esconde a sua predileção pelo agronegócio.

Pouco depois de 15 dias de anunciado o fim do Ministério, e de ficar temporariamente subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Social, o Governo ilegítimo decide criar uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Mas isso não foi o suficiente para evitar o desmonte e aparelhamento partidário do setor, caracterizado pelas seguintes medidas:

- **Paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos:** sem nenhuma justificativa plausível, foi paralisado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que cancelou o repasse de R\$ 170 milhões que deveriam ser operados pela Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB) para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Semanas depois, o dinheiro foi liberado, mas o prejuízo dos pequenos agricultores já estavam contabilizados.
- **Cancelamento do Edital Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Mais Gestão:** esse edital beneficiaria o atendimento de mais de 930 cooperativas e associações rurais, com melhoria de gestão e abertura de mercados das compras governamentais e privados, objetivando otimizar os ganhos econômicos para organizações da agricultura familiar.
- **Esvaziamento das atribuições do INCRA e nepotismo na sua direção:** com a MP 726, as atribuições do INCRA ficaram em um limbo, já que todas as atribuições de ordenamento da estrutura fundiária, da regularização de territórios quilombolas e da assistência técnica foram de lá retiradas, o que compromete, sobremaneira, sua vocação para implementar a reforma agrária no país. Além disso, em uma disputa partidária entre o PMDB e o Solidariedade, o filho do deputado federal Paulo Pereira (SD/SP), presidente da Força Sindical, central sindical

que apoiou o golpe e sempre muito próxima das posições mais à direita do espectro das forças políticas nacionais, foi nomeado Superintendente Regional de São Paulo do INCRA.

Essas medidas são apenas alguns exemplos de como esse Governo apoia somente o agronegócio no Brasil, ignorando toda a construção que prevê na agricultura familiar um importante instrumento de fomento ao direito constitucional da alimentação saudável.

DIREITO À CIDADE E À MORADIA

As políticas de acesso à moradia foram totalmente descaracterizadas neste pequeno período desse Governo. O principal programa de acesso à moradia, lançado pelo Governo Federal ainda no ano de 2009, foi o ‘Minha Casa, Minha Vida’, que acabou com um problema recorrente que se tinha no Brasil: políticas e programas dispersos, resultantes de ações isoladas de alguns municípios. O financiamento habitacional era irrisório no Brasil até o lançamento do ‘Minha Casa, Minha Vida’.

Ao ser lançado em 2009, a intenção deste programa exitoso foi acelerar o crescimento econômico, fortalecer a produção e oferecer ao país um projeto robusto de política habitacional, que não se via neste montante desde o extinto BNH. O ‘Minha Casa, Minha Vida’ já beneficiou mais de 11 milhões de pessoas desde o seu lançamento, especialmente os beneficiários da Faixa 1 do programa, que eram aqueles que tinham uma renda familiar bruta de até R\$ 1.800,00.

A primeira medida do Governo ilegítimo foi a suspensão da contratação dessa Faixa 1 do programa. Ou seja, atingiu aqueles que mais precisam de atendimento. Os mais pobres, que agora ficam fora do programa, vão deixar de gerar, nos próximos três anos, R\$ 70 bilhões no PIB. Além do mais, essa opção de retirar a oferta do programa aos que mais precisam terá desdobramentos para todo o setor de construção civil que, historicamente, é um dos que mais empregam no país. Em 2016, o PIB da construção registrou retração de 7,6% e o total de empregos com carteira assinada atingiu 2,9 milhões de trabalhadores, patamar semelhante ao do início de 2010.

Outro grande malfeito praticado por este Governo foi o de não reconhecer o Conselho das Cidades e suas instâncias de participação como parte da gestão do Ministério das Cidades. Isso demonstra claramente a aversão que esse Governo ilegítimo tem à gestão democrática das cidades, colocando sob ameaça toda a agenda

da Reforma Urbana e do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que, desde as primeiras conferências das cidades, ainda no ano de 2003, envolveu diversos segmentos do poder público e da sociedade civil.

DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

As temáticas de gênero, igualdade racial e direitos humanos perdem a importância nesse atual Governo, especialmente em termos de estrutura de governo – já que as Secretarias com status de ministério que essas áreas tinham não existem mais, na medida em que todas foram transferidas para dentro do Ministério da Justiça.

Mas não só formalmente essas temáticas perderam importância. As políticas empreendidas por essas áreas estão sendo, paulatinamente, desestruturadas. Programas de direitos humanos importantes, como os de Proteção a Vítimas e Testemunhas, Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e a Implementação do Sistema Socioeducativo padecem hoje com grave restrição orçamentária, que inviabiliza a celebração de contratos e convênios, nomeação de servidores e despesas com passagens e diárias.

No caso das políticas para as mulheres, este Governo criou um “Núcleo de proteção à Mulher” fora da estrutura da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e o vinculou à pasta da segurança pública. Dessa forma, de modo sorrateiro, esvazia uma das principais atribuições da SPM.

Quanto às políticas de Promoção da Igualdade Racial, todo o acúmulo do Estatuto da Igualdade Racial, da Lei das Cotas nas universidades, do Programa Brasil Quilombola e do Plano Nacional de Políticas para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana correm o risco de se esvaír com a incorporação da SEPPPIR à estrutura do Ministério da Justiça e da Cidadania, comandado por Alexandre Moraes, reconhecido por sua truculência e associação com as corporações policiais de São Paulo.

MEIO AMBIENTE

A área de meio ambiente do novo governo foi assumida por um ministro que, claramente, mantém vínculo com grupos econômicos e políticos que querem e promovem a redução da regulação ambiental no país. Seus planos são os de investir

pesado contra as atuais regras de licenciamento ambiental, especialmente para grandes obras públicas, além de impor limitações às ações de fiscalização promovidas pelos órgãos ambientais.

A articulação do novo grupo que assumiu a pasta de meio ambiente neste Governo ilegítimo se dá, de forma íntima, com a pauta desenrolada no âmbito do Congresso Nacional. Várias proposições legislativas que há muito tramitam na Câmara e no Senado Federal ganharam força desde o advento do atual golpe parlamentar/jurídico/midiático que tirou a presidenta Dilma de seu cargo.

Exemplos não faltam: a PEC 65/2012, que, na prática, põe fim à eficácia do licenciamento ambiental que se exige hoje; PLS 654/2015, que define prazos curtos para que o órgão ambiental emita o licenciamento de grandes obras consideradas estratégicas para o governo, sob pena de, em caso de descumprimento do prazo, ficar considerado tacitamente que o empreendimento está de acordo com o licenciamento; PL 3729/2004, que prevê a dispensa de Licenciamento Ambiental para várias atividades econômicas, como, por exemplo, as de plantações de eucalipto.

Além do mais, se não bastasse o péssimo histórico do atual ministro, já atingido pela lei da Ficha Limpa, citado na delação de Sergio Machado, no âmbito da operação Lava Jato, investigado pelo Ministério Público, acusado como interessado no suborno, cobrado por um Superintendente do IBAMA do Pará, preso em flagrante logo em seguida, o nepotismo parece ser marca da cultura política de coronel do filho do Sarney, que empregou o concunhado em um alto cargo do Serviço Florestal Brasileiro.

Mas a maior e mais perigosa característica da camarilha que assumiu as políticas públicas de meio ambiente no Brasil é a defesa e fomento à privatização dos recursos naturais em nome do lucro máximo. O maior exemplo é o interesse na entrega do Aquífero Guarani, maior reserva de água doce do mundo, compartilhada por Brasil, Paraguai e Argentina, à gestão de grandes empresas multinacionais, como a Nestlé e a Coca-Cola.

PLANEJAMENTO

As mudanças no Ministério do Planejamento, empreendidas pelo governo ilegítimo, vão muito além da mera alteração de seu nome. Convergem, sobretudo, com o ideário econômico do golpe. Eles não querem mais um Estado forte e indutor do

crescimento econômico, mas um Estado que, tão somente se preste a ser um instrumento do rentismo.

A vinculação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao novo Ministério do Planejamento não teve nada a ver com alguma proposta séria acerca do desenvolvimento brasileiro. Essa vinculação se prestou, sobretudo, a se constituir em uma estratégia para impor o controle de caixa. O BNDES, que nos últimos 13 anos promoveu as empresas brasileiras no exterior, era um poderoso instrumento de fomento e promoção do desenvolvimento nacional, especialmente pelo apoio a exportações de bens e serviços. Era um banco que financiava apenas empresas brasileiras. Isso acabou porque, agora, o interesse é entregá-lo ao financismo rentista dos que apoiaram o golpe.

Com a saída do Romero Jucá, o breve, o novo ministro interino, que está até hoje no cargo, teve seu nome envolvido na Operação Zelotes¹ e era o homem forte de Eduardo Cunha no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). E foi ele quem assinou os decretos de créditos suplementares que, mais tarde, serviriam de pretexto para a deposição da presidenta Dilma. Tudo muito ardiloso!

Mas o mais nefasto da mudança da estrutura do Ministério do Planejamento foi a dissociação feita entre a área de planejamento e a de orçamento. Com a ida da poderosa Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para a estrutura do Ministério da Fazenda, a função de planejamento do Ministério do Planejamento, que é aquela justamente que pensa e projeta o Brasil para o futuro, ficou esvaziada e sem sentido. Separar o planejamento do orçamento significa concretamente limitar a visão e atuação do Estado, deixando-o unicamente direcionado pela lógica fiscal.

Enquanto nos últimos 13 anos fomentou-se a promoção da participação social na elaboração do orçamento, através principalmente do Plano Plurianual (PPA), esse governo se esmera em destruir a capacidade do Estado em planejar o futuro do país, escorando-se em interesses inconfessáveis.

1 Operação policial deflagrada pela Polícia Federal em março de 2015 para investigar um esquema de corrupção no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF), do Ministério da Fazenda, órgão responsável para julgar recursos administrativos de autuações das grandes empresas por sonegação fiscal ou previdenciária.

RELAÇÕES EXTERIORES

A revisão da política externa brasileira e a nova forma de inserção do Brasil no cenário internacional antecipam o que está por vir nesse período do governo ilegítimo. E a indicação de José Serra para este cargo não é à toa e tampouco significa uma mera acomodação de interesses partidários. O nome adequado para promover a volta desse projeto de subordinação do país – e sua consequente realocação no cenário internacional – não poderia ter melhor indicação, já que tem ligação com as petroleiras privadas internacionais e acusado de receber propina de R\$ 23 milhões em bancos suíços.

Por diversas vezes, o novo ministro já manifestou sua oposição sistemática ao Mercosul, a despeito de todo o incremento que o comércio brasileiro teve com os países do bloco neste último período. Outra medida a ser tomada pelo Governo ilegítimo é o fechamento de várias embaixadas em países africanos e do Caribe, deixando claro que sua prioridade é a negociação direta com os Estados Unidos e Europa, revertendo o processo recente de expansão da presença brasileira naqueles países africanos e caribenhos.

E esse redirecionamento das políticas externa e comercial brasileiras se dão a despeito do enorme crescimento que as exportações brasileiras tiveram neste último período para essas regiões. Com o MERCOSUL, por exemplo, exportávamos em 2002 somente US\$ 4,1 bilhões. Já em 2013, incluindo a Venezuela no bloco, esse montante saltou para US\$ 32,4 bilhões, um crescimento, no período, de 617%, frente aos 180% do crescimento, no mesmo período, das exportações mundiais.

O mais assustador, no entanto, nesse redirecionamento da política externa brasileira, é a aproximação estratégica, cada vez maior, com os Estados Unidos e, conseqüentemente, o atendimento a seus interesses. O primeiro deles é abrir com muito mais força o comércio internacional de serviços, o setor econômico mais importante do mundo atualmente. E isso inclui serviços relativos à saúde, à educação, à cultura, ao meio ambiente, à construção civil, ao provimento de energia, a consultorias diversas, à comunicação e, sobretudo, a bancos e finanças. Até recentemente, exportávamos esse tipo de serviço por meio de grandes empresas nacionais como a Odebrecht e a Embraer. Mas o objetivo, agora, é que passemos de exportadores para importadores desses serviços.

Outro grande objetivo já manifestado em algumas ocasiões pelo próprio Serra é questionar a integração regional e seus organismos e mecanismos, como a União

de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado às Nações Unidas (ONU), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). A todo o momento, por meio de notas desrespeitosas, e contrariando a tradição diplomática do Itamaraty, Serra ofende países vizinhos e ameaça, inclusive, suspender projetos de cooperação técnica que o Brasil mantém com esses países. Fica cada vez mais evidente o diagnóstico do cantor e compositor Chico Buarque, quando afirmou que o Brasil agora quer falar grosso com a Bolívia e fino com os Estados Unidos.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

No campo da assistência social, o governo ilegítimo investe pesado na redução das políticas de combate à pobreza e ataque ao programa Bolsa Família, internacionalmente reconhecido como importante instrumento de redução da desigualdade social.

O que está em jogo são as políticas públicas de assistência social, inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional voltadas para diferentes segmentos da população em situação de vulnerabilidade social e violações de direitos. Em vez de considerar essas políticas como patamares mínimos de conquistas sociais, este governo ilegítimo sinaliza pela sua contração sob o argumento da eficiência.

Apesar do reajuste de 10% concedido aos beneficiários do programa, que sequer repôs a inflação do período, o governo ilegítimo já reduziu o número de atendidos pelo programa, sob o argumento de equilibrar as contas públicas.

Outras aberrações que caminham na contramão de todo o mundo civilizado é a política de criminalização dos usuários de drogas, ao invés de investimento nas políticas de recuperação desses usuários. Além disso, o governo ilegítimo vem anunciando que o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a pessoas com necessidades especiais e idosas, a partir de critérios de renda e sociais/ambientais, devem ser revistos e diminuídos. Chegou a propor, inclusive, a desvinculação desse benefício do salário mínimo na PEC 287 (Reforma da Previdência).

Emenda Constitucional nº 95/2016: 20 anos de retrocessos

A Emenda Constitucional nº 95/2016, aprovada no dia 13 de dezembro de 2016 e transformada em norma jurídica em 16 de dezembro do mesmo ano é a mais audaciosa e perigosa medida do governo golpista. Sua aprovação foi feita de qualquer maneira e a toque de caixa. Seu principal ponto é o congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos, o que significa que, com essa alteração do texto constitucional, os próximos 5 presidentes eleitos do Brasil estarão engessados para definir, conforme o programa de governo eleito, suas prioridades na alocação de recursos.

Mesmo em um cenário futuro de crescimento econômico, já que nenhum país passa tanto tempo em recessão, os gastos públicos continuarão congelados. Isso só muda se os futuros governantes apresentarem uma nova PEC e, conseguindo mobilizar dois terços do Congresso Nacional (o mínimo necessário para a aprovação de uma emenda constitucional), conseguirem alterar novamente a Constituição – e cumpre destacar que pouquíssimos governos conseguiram na história recente do país essa maioria tão avassaladora.

As áreas mais atingidas por esta PEC são basicamente as áreas sociais (saúde, educação e o sistema de seguridade social) e a justificativa do governo ilegítimo é o reequilíbrio das contas públicas para poder recuperar o crescimento econômico do país. Segundo o ministro Henrique Meirelles, reconhecidamente vinculado aos banqueiros, aquele que se aposentou aos 57 anos pelo Banco de Boston, a crise brasileira estaria assentada no aumento descontrolado dos gastos primários que teriam provocado a aceleração inflacionária e a elevação da dívida pública.

A receita do governo ilegítimo é simples: controlar radicalmente os gastos primários por um longo tempo, para que a inflação desacelere e a dívida diminua. Somente assim, depois de 20 anos poderíamos retomar o crescimento. Nada mais falcioso, pois não encontra nenhum respaldo na realidade, só nos modelos de planilha desses economistas de mercado. Se não, vejamos:

1. **A EC 95 não garante a retomada do crescimento econômico** - as empresas estão endividadas e há uma queda na produção e na venda em mais de 20 setores industriais. Isso tende a aumentar a quantidade de pessoas desempregadas, aumentando o círculo vicioso do desemprego que não gera consumo, que não gera produção. Sem recursos financeiros, as pessoas precisarão utilizar muito mais os setores públicos como SUS, escolas públicas etc. O congelamento no investimento dos setores públicos por 20 anos, que é o que determina a EC 95, somado ao quadro econômico recessivo, deve gerar um quadro de empobrecimento e penúria para toda a população trabalhadora.
2. **A EC 95 não preserva despesas com saúde e educação** - se hoje o orçamento não permite resolver os problemas graves da educação e saúde, com a EC 95 a situação ficará ainda pior. As crianças continuarão sem vagas na educação infantil, os professores e os funcionários da educação terão seus salários archoados, as escolas e unidades de saúde serão sucateadas. Os jovens que pretendem ingressar em uma universidade não terão mais oportunidades, pois programas como o FIES e PROUNI serão drasticamente reduzidos e as vagas nas universidades públicas serão congeladas.
3. **A EC 95 não protege os mais pobres** - a Emenda não só reduz o dinheiro disponível para as despesas básicas como também corta investimentos nos serviços públicos, que não irão melhorar pela falta de dinheiro. Além disso, na prática, ainda muito mais gente deverá ficar sem acesso à saúde e educação, entre outros serviços, já que a EC 95 impede o governo de gastar além da inflação, independentemente do crescimento do país. Isso significa que os investimentos governamentais diminuirão com o passar do tempo. A EC 95 já atropelou a lei de reajuste do salário mínimo, impedindo sua valorização real, como ocorreu nos últimos 14 anos, não permitindo ganho real para ao ano de 2017.
4. **A EC 95 não deve ser a única alternativa para a questão fiscal brasileira** - há muitas alternativas, por exemplo, o aumento dos impostos para os mais ricos (que não pagam impostos sobre mais de 60% do que ganham); o fim das desonerações e o combate à sonegação fiscal; e a diminuição dos juros da dívida. Com juros elevados, os empresários preferem investir em “papéis” que não geram produção, não criam empregos e, simplesmente, sobrecarregam o orçamento do país.
5. **A EC 95 não atinge o problema da dívida pública** - não há nada de errado no fato de um país contrair dívidas para garantir o conjunto de suas obrigações com a população, como saúde e educação. O problema é quando a dívida não para de crescer por conta de altos juros pagos por este país. O principal problema da dívida brasileira não diz respeito a supostas despesas excessivas com os serviços públicos, mas ao pagamento dos maiores juros no planeta pela dívida contraída e nunca auditada. O pagamento de juros significou mais de 500 BILHÕES em 2015. No mesmo ano, o orçamento federal para a educação foi de apenas 98 BILHÕES. Nesse sentido, a EC 95 quer assegurar recursos para pagar esses juros cortando ainda mais os serviços essenciais para a população brasileira. É necessário fazer a auditoria da dívida pública já!
6. **A EC 95 também não é necessária no combate à inflação** - a inflação do país está diminuindo e se estabelecendo dentro da meta, em função da queda no consumo das famílias. A indústria está com capacidade ociosa, produzindo menos do que é capaz, sem gerar

empregos. Por outro lado, o governo federal mantém a taxa de juros elevadas o que beneficia os banqueiros e os especuladores do mercado financeiro.

7. **A EC 95 não garante maior eficiência na gestão do dinheiro público** - uma norma que limita as despesas públicas não vai resolver os conflitos atuais e sim perpetuá-los. Já que vai reduzir o dinheiro disponível para a assistência a quem mais precisa, reduzindo programas como o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família.
8. **Nenhum país do mundo seguiu esse receituário e tampouco obteve sucesso com esse tipo de política de contenção** - nenhum país aplica uma regra tão danosa para os trabalhadores como esta da EC 95 por 20 anos. Pelo contrário, alguns países fizeram o movimento inverso do que o governo ilegítimo vem fazendo, ao aumentar os investimentos em áreas fundamentais para a sobrevivência da população.
9. **A EC 95 não aumenta a transparência das despesas públicas** - nada na Emenda assegura transparência nos gastos públicos e ela tampouco se justificaria por tal razão. Um governo golpista nunca será transparente, basta ver que neste governo está (ou esteve) Geddel, Serra, Jucá, e é apoiado por Renan, Sarney, Aécio e outros envolvidos em corrupção e nunca condenados. Há diversas outras formas de exercer e controlar o orçamento público.
10. **A EC 95 não retira o orçamento da mão dos políticos corruptos** - o fato de os recursos serem menores para áreas importantes como saúde, educação e saneamento básico, ou programas sociais como o Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, não impedirá os deputados e senadores de continuar aprovando emendas parlamentares. Emendas com objetivos eleitoreiros e que permitem ao governo federal utilizá-las para atender os interesses de grandes empresários, latifundiários e banqueiros.

E a educação? A quantas anda?

A educação, um dos maiores orçamentos da Esplanada dos Ministérios, vem sendo um dos alvos preferenciais de ataque deste governo ilegítimo. Além de nos tirarem o poder soberano do voto, os golpistas estão destruindo os direitos à educação de nossas crianças, jovens e adultos. O primeiro anúncio do governo nesse campo foi o corte de receitas das universidades.

Ato contínuo a esse anúncio, a bandeira histórica de princípios de uma educação pública, gratuita, de boa qualidade e socialmente referenciada começou a ser minada, de modo muito contundente, a partir da composição do Ministério da Educação. Para dentro do Ministério foram trazidos nomes para compor a nova equipe intimamente ligados à educação privada, desde grupos vinculados ao comércio de materiais didáticos, aulas e currículos (que são vendidos aos municípios) até setores empresariais proprietários de instituições privadas de ensino, especialmente os grupos que atuam no nível superior, ainda o maior filão desse mercado.

Essa nova composição ministerial iniciou o desmonte de várias das políticas educacionais, inicialmente, exonerando vários responsáveis pela elaboração e implementação das políticas, como ocorreu com os membros do Conselho e do Fórum Nacional da Educação. O objetivo era esvaziar, de modo deliberado, as ações vinculadas ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, pactuado com vários representantes da sociedade civil organizada. Em outra via de ataque, o governo golpista retirou as verbas já empenhadas para a execução de programas como o FIES, o PROUNI e o PRONATEC, impedindo, assim, o acesso de jovens e adultos a programas de qualificação profissional, escolarização e formação universitária. E esse ataque volta-se, especialmente, aos jovens mais pobres da sociedade.

Se não bastasse o ataque a esses programas, no mês de dezembro de 2016, o MEC anunciou que congelará a oferta de vagas nas universidades públicas federais por um período de 2 anos, interrompendo uma trajetória de expansão do número de vagas que vinha desde o ano de 2005.

Mais especificamente no campo da educação superior, as primeiras medidas do governo Temer foram o anúncio do fim do Programa Ciência Sem Fronteiras para estudantes de graduação, restringindo a possibilidade de intercâmbios culturais e

acadêmicos à fatia da sociedade que pode se autofinanciar. A outra ação foi a redução drástica da oferta de bolsas de mestrado e doutorado, oferecidas por meio das agências de fomento como a CAPES e o CNPq, afetando, inclusive, estudantes que ainda estavam fora do país desenvolvendo suas pesquisas.

Mas o golpe sistêmico na educação pública brasileira, tanto a de nível básico quanto a de nível superior, tem sido empreendido no âmbito do Congresso Nacional, por meio da apresentação de proposições legislativas por parlamentares da base aliada do golpe. São basicamente três projetos que objetivam minar a concepção de educação pública no país.

O primeiro projeto foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241/2016, que deu origem à EC 95. Essa mudança consitucional interferirá estruturalmente em todo o sistema público de ensino brasileiro, congelando os gastos públicos direcionados à educação, por um período de 20 anos a partir de 2017. Essa Emenda mereceu um tópico especial nesta publicação, mas dá pra adiantar que, um congelamento de tamanha magnitude, com esse período tão longo, impedirá o financiamento de novas políticas educacionais, a ampliação ou até mesmo a manutenção de várias das políticas existentes.

Um segundo ataque frontal à educação, e pode mesmo ser dito que trata-se de um sequestro do futuro das políticas educacionais brasileiras, é a privatização do Pré-Sal e o fim do Regime de Partilha, que retira a obrigatoriedade da Petrobrás na exploração de petróleo das bacias do Pré-Sal e resgata o regime de concessão de FHC. A privatização do Pré-Sal já se consolidou com a lei proposta pelo senador licenciado José Serra (Lei 13.365/2016). O fim da partilha está proposto no PL 6.726/2013, do atual ministro da Educação (sic).

Esses projetos atacam diretamente a parte do financiamento do setor da educação pública brasileira. Comprometem, de modo direto e acintoso, o próprio cumprimento do Plano Nacional de Educação, na medida em que não será mais possível atingir as metas pactuadas, sem políticas e sem orçamento, e tampouco atingir os 10% do PIB em investimento na educação. Com o objetivo de asfixiar o financiamento da educação pública brasileira, esses projetos tendem, em curto prazo, colapsar o sistema público de educação, fomentando, assim, o crescimento do setor privado de educação no país.

Outro projeto não atua diretamente na parte do financiamento da educação, em que pese ter a mesma importância no processo de desmonte da educação pública.

Trata-se da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que reforma o ensino médio no Brasil, já concluída na Câmara dos Deputados e encaminhada para apreciação do Senado Federal.

Essa reforma do ensino médio também mereceu, nesta publicação, um capítulo à parte, tamanho seu impacto. Paralelo às mudanças no arcabouço de financiamento da educação, a MP tem como objetivo alterar a própria concepção político-pedagógica da educação pública no país. Ela altera currículos, carga horária, extingue disciplinas, antes obrigatórias, prevê contratação de professores sem concurso, a entrada definitiva das Organizações Sociais privadas na educação básica, enfim, as alterações sugeridas pelo governo golpista no ensino médio brasileiro também são grandes e miram, assim como em tudo o que é proposto, a asfixia do que é público e na ampliação do que pode ser privado.

Cumprir destacar também que essa nova conformação institucional do Ministério da Educação, com indicações de vários representantes do setor privado da educação para postos de chefia na estrutura do Ministério, criou um clima de caça às bruxas e de forte perseguição de quem coordenava os programas e as políticas públicas, além do esvaziamento dos espaços de participação social.

O Fórum Nacional de Educação (FNE), como já mencionado, sofre um forte revés. A desqualificação do espaço feito pela atual gestão do MEC teve como consequência, inclusive, no mês de dezembro de 2016, a divulgação de uma Carta Aberta elaborada pelo atual coordenador do FNE, professor Heleno Araújo Filho, em que denuncia o descaso do MEC com a gestão participativa e com o próprio Plano Nacional de Educação, botando em risco a realização da próxima Conferência Nacional de Educação (CONAE), prevista para 2018.

Da mesma forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE) também sofre com a indicação de nomes vinculados ao setor privado da educação, especialmente aqueles ligados ao ensino superior. Foram destituídos pelo governo golpista conselheiros/as ligados/as aos movimentos sociais dos/as trabalhadores/as da educação e das universidades públicas.

Até no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao MEC e responsável, entre outras atribuições, pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), foram retirados técnicos experientes de sua elaboração para não “contaminar” as provas com questões relativas à temáticas sociais, como violência contra a mulher e questões raciais. Até então,

os itens das provas eram selecionados por profissionais capacitados e selecionados por chamadas públicas, abertas a toda a sociedade e por servidores concursados, sem nenhuma vinculação partidária. Agora, substituídos por uma equipe convocada por razões políticas pelo governo ilegítimo.

Enfim, trata-se de perdas de espaços de participação social na construção de políticas públicas que foram duramente conquistadas durante os últimos anos. Uma perseguição vil e baixa!

MP 746: retrocessos no ensino médio

A CNTE, em diversos momentos, já tornou pública a sua posição sobre a MP 746, que objetiva reformar o ensino médio no Brasil e, sempre atenta aos interesses dos trabalhadores em educação brasileiros, destacou que a elaboração dessa proposta de reforma nunca dialogou com nenhum segmento ligado à educação pública.

Nesse sentido, além do impacto nefasto que a proposta guarda em si, em seu próprio mérito, a todo o sistema brasileiro da educação básica pública, a falta de debate com os atores vinculados à educação deixa a proposta ainda mais fragilizada.

O principal componente deste projeto, não explícito, é o de pavimentar, tacitamente, o processo de privatização da educação básica brasileira, a começar pela possibilidade aberta na MP de contratar professores sem concurso público, somente pelo seu “notório saber”, e permitir a inserção das Organizações Sociais na prestação do serviço público de educação.

Abaixo, seguem alguns pontos relativos a essa proposta que tem total oposição da CNTE.

Sobre o aspecto formal:

1. A reforma possui vício insanável de origem, que é a ausência de debate social em torno de suas propostas, muitas das quais inéditas no cenário educacional.
2. O prazo de tramitação de uma Medida Provisória é incompatível com o tamanho da demanda socioeducacional compreendida na MP.
3. A MP 746 sequestra o debate parlamentar sobre a reforma do ensino médio que vinha sendo feito através do PL 6.840/13.
4. Diante das afrontas à Constituição Federal, a CNTE ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF (ADI nº 5604), a qual conta com parecer favorável da Procuradoria Geral da República.

Sobre o conteúdo:

1. A reforma do ensino médio possui caráter eminentemente fiscal. Opta por reduzir disciplinas e também a carga horária das demais matérias de conhecimento geral que comporão a Base Nacional Comum Curricular das escolas públicas. Dessa forma, contrata-se menos profissionais e disponibiliza-se menos insumos.

2. O efeito mais evidente da reforma será a criação de um fosso entre a educação ofertada para as classes mais abastadas e os pobres. O Brasil está prestes a consagrar uma segregação socioeducacional totalmente extemporânea para o século 21, confinando a educação dos filhos da classe trabalhadora à educação profissional restritiva de conhecimentos.
3. A MP 746 sugere ainda um cenário de retrocesso descomunal na oferta pública do ensino médio brasileiro, retornando a situações de quatro ou cinco décadas atrás. Isso porque os sistemas de ensino não serão obrigados a ofertar todas as áreas de conhecimento específico, e haverá muitos municípios onde os estudantes terão de deixar suas cidades para cursarem áreas de seu interesse em outras localidades - se houver disponibilidade!
4. A reforma também não dialoga com o ensino superior. Ao invés de garantir acesso aos cursos tecnológicos e universitários, a MP sugere ao estudante cursar mais de uma área específica no ensino médio.
5. A ajuda financeira anunciada para os sistemas de ensino tem prazo de validade de 4 anos e nenhuma garantia legal de ocorrer, pois estará sujeita às condições do ajuste fiscal. O § 2º do art. 6º da MP 746 diz que “A transferência de recursos será realizada anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro de Estado da Educação”.
6. As escolas públicas continuarão sem os recursos necessários para ampliar a jornada de 4 para 7 horas diárias, pois o correto seria investir na regulamentação do Custo Aluno Qualidade (estratégia 20.6 do Plano Nacional de Educação).
7. Sobre as disciplinas, a divisão das partes de conhecimento (geral e específica) - não obstante amparar-se numa dicotomia pouco produtiva e até então superada pela oferta concomitante do ensino médio com a educação técnico-profissional, onde o estudante tem acesso à formação técnica e humanística -, propõe uma divisão de carga horária bastante contestável. Num primeiro momento, onde a carga horária se manterá em 2.400 horas no total, as partes geral e específica ficarão ambas comprometidas. Depois, caso a jornada seja estendida para 4.200 horas, a parte geral continuará prejudicada, pois sua carga de trabalho se manterá em 1.200 horas, ou seja, menos de 1/3 do total da jornada escolar no ensino médio integral.
8. Não há base teórica para se retirar filosofia, sociologia, artes e educação física do currículo do ensino médio. Todas são disciplinas importantes para a formação pessoal e cidadã dos estudantes, e o correto é mantê-las na parte geral de conhecimentos, podendo algumas serem aprofundadas em áreas específicas.
9. O mesmo vale para a revogação da Lei 11.161, que trata do ensino da língua espanhola. Como desconsiderar uma língua presente em todos os povos de fronteira do Brasil e que é crucial para a integração de nosso país ao continente sul-americano?
10. A MP esvazia o papel do Conselho Nacional de Educação, remetendo ao MEC e os sistemas de ensino estaduais a regulamentação do ensino médio. E isso põe por terra o esforço de uma década de se institucionalizar o Sistema Nacional de Educação.
11. A formação e a valorização dos profissionais da educação são relegadas a segundo plano. A MP flexibiliza a habilitação profissional dos trabalhadores em educação - conquista da

Constituição Cidadã de 1988 e da LDB de 1996 - admitindo-se contratar profissionais com notório saber, de qualquer área, para ministrar aulas aos estudantes secundaristas, o que é um crime sob o aspecto pedagógico.

Em suma, a MP 746, já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e remetida para discussão em Comissão Especial para o ano de 2017, está estreitamente alinhada com a nova Emenda Constitucional nº 95/2016 e afetar a população, em especial, as metas do Plano Nacional de Educação, sobretudo as que visam ampliar o financiamento e expandir as matrículas escolares com qualidade.

A CONSTRUÇÃO
FALACIOSA DO GOLPE,
SUAS CONSEQUÊNCIAS
POLÍTICAS E A
RESISTÊNCIA SOCIAL

Linha do tempo do golpe

Esta seção tem como objetivo traçar, de modo cronológico, toda a evolução do golpe institucional, travestido de um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade, impetrado contra a Presidenta eleita Dilma Rousseff. Aqui será traçado todo esse processo desde a apresentação inicial do pedido de *impeachment* na Câmara dos Deputados pelos autores Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. O primeiro é um jurista e político brasileiro, que havia sido muito próximo do Partido dos Trabalhadores (PT), já que foi um dos seus fundadores e chegou a ser vice-prefeito da cidade de São Paulo na gestão da prefeita Marta Suplicy. Hoje, depois de alcançado seu objetivo no golpe parlamentar e ter sofrido inúmeras críticas de seu envolvimento em todo esse processo, inclusive da própria família, defende o afastamento do presidente golpista Michel Temer. Já Miguel Reale Júnior é um jurista, político e professor universitário, sempre muito próximo do campo da direita brasileira, militante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), chegou a ser secretário de Segurança Pública do governo de André Franco Montoro, secretário de Administração e Modernização do Serviço Público do governo Mário Covas e ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse primeiro pedido recebeu a “orientação” do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), de ser refeito porque não apontava explicitamente o crime de responsabilidade que deveria ser julgado para dar prosseguimento à tramitação do pedido no âmbito daquela casa parlamentar. Em um jogo combinado com o Tribunal de Contas da União (TCU), que pautou o crime de “pedaladas fiscais”, esse crime que, além de nunca ter sido aplicado em gestões de presidentes anteriores e nas atuais gestões estaduais e municipais, de modo absolutamente casuístico deixou de existir logo depois de aprovado o *impeachment*, em votação de um projeto de lei na Câmara. O pedido de *impeachment* foi reapresentado na Câmara, pouco mais de um mês depois do primeiro, agora com a entrada de uma terceira proponente: a professora universitária Janaína Paschoal, até então uma eminente desconhecida e que, tempos depois, ainda durante o processo de *impeachment* tramitando no Congresso, descobriu-se que ela havia sido paga pela Liderança do PSDB na Câmara para fazer um estudo sobre a viabilidade de um processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff.

Segue abaixo a evolução cronológica, reproduzida de material feito pela Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia, de todo esse ardid feito contra a vontade popular, que resultou no afastamento de Presidenta eleita e, o pior, sem crime de responsabilidade que pudesse ser a ela imputado.

17 de setembro de 2015 – Os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior entregam um primeiro pedido de impeachment.

07 de outubro de 2015 – O TCU rejeita as contas da Presidenta Dilma Rousseff, pautando as “pedaladas fiscais”.

21 de outubro de 2015 – Os jurista Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal entregam um novo pedido de impeachment que considera as “pedaladas fiscais” como motivos para a saída da Presidenta Dilma. O pedido anterior foi criticado por apontar fatos de período anterior ao mandato atual da Presidenta, não podendo ela sofrer sanções no mandato atual pelo mandato anterior. Nesse outro pedido, os juristas incluem decretos presidenciais de 2015, que demonstrariam que nesse ano também houve “pedaladas fiscais”.

2 de dezembro de 2015, 14:30h – No Conselho de Ética da Câmara, Sibá Machado (PT/AC) anuncia que a bancada do PT irá votar a favor da admissibilidade do processo que pede a cassação do mandato de Eduardo Cunha (PMDB/RJ).

2 de dezembro, 18:40h – O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), acolhe o pedido de impeachment da Presidenta Dilma, protocolado na Câmara dos Deputados em outubro, pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

3 de dezembro de 2015 – Em plenário, o então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB/RJ) lê sua decisão de acatar o pedido de impeachment da Presidenta Dilma.

8 de dezembro de 2015 – São definidos os primeiros membros para compor a Comissão Especial que analisa o pedido de impeachment. Apesar de cada partido e bloco parlamentar ter indicado nomes proporcionalmente à bancada para comporem a Comissão, Cunha decidiu por chapas alternativas e uma escolha da comissão por meio do voto secreto. A chapa eleita era composta apenas por deputados da oposição.

17 de dezembro de 2015 – A partir de uma ação do PCdoB, o STF anula a chapa eleita para formar a Comissão Especial, proíbe chapas avulsas na eleição da comissão,

ordena que a votação seja aberta, além de definir os ritos do impeachment, dando mais poder ao Senado.

17 de março de 2016 – A Câmara elege uma nova Comissão Especial para analisar o processo de impeachment, por meio de votação aberta, formada por indicados dos líderes das bancadas. Nesse mesmo dia, a Presidenta Dilma é notificada sobre o processo, iniciando o prazo de 10 sessões do plenário da Câmara para a apresentação de sua defesa.

30 de março de 2016 – A Comissão Especial, que analisa o processo de impeachment, ouve os autores do pedido analisado.

31 de março de 2016 – O Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e o professor de direito tributário da UERJ, Ricardo Lodi Ribeiro, são ouvidos pela comissão, reforçando, em seus depoimentos, que as ações do governo não constituíram crime de responsabilidade.

4 de abril de 2016 – A defesa da Presidenta Dilma é entregue pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo que, além de sustentar o argumento que a Presidenta não cometeu crime de responsabilidade, aponta erros conceituais básicos no pedido dos juristas.

6 de abril de 2016 – O deputado Jovair Arantes (PTB/GO), relator da comissão, lê seu parecer favorável à abertura do processo de impeachment.

11 de abril de 2016 – A Comissão Especial analisa e aprova o pedido de impeachment por 38 votos favoráveis e 27 contra.

17 de abril de 2016 – A continuidade do processo de impeachment é aprovada no plenário da Câmara dos Deputados por 367 votos favoráveis, 137 contrários, 7 ausências e 2 faltas.

26 de abril de 2016 – O Senado elege 21 parlamentares e 21 suplentes que analisarão o pedido de afastamento da Presidenta Dilma. Desses eleitos, mais de um terço respondem a inquéritos no STF.

28 de abril de 2016 – Os juristas Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior são ouvidos pela Comissão Especial do Senado sobre o pedido de impeachment que protocolaram.

29 de abril de 2016 – O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, é ouvido pela Comissão Especial do Senado, dizendo que não houve nenhum “atentado à Constituição” para justificar o afastamento da Presidenta.

4 de maio de 2016 – O senador Antônio Anastasia (PSDB/MG) dá parecer favorável ao afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.

5 de maio de 2016 – Os ministros do STF aprovam o afastamento de Eduardo Cunha do exercício do seu mandato como deputado federal, por unanimidade.

6 de maio de 2016 – O parecer de Anastasia é aprovado pela Comissão Especial do Senado por 15 votos a 5, havendo uma abstenção, do senador Raimundo Lira (PMDB/PB), presidente do colegiado.

11 de maio de 2016 – Senadores votam a favor da admissibilidade do impeachment, o que incorre no afastamento da Presidenta Dilma Rousseff por 180 dias, enquanto é julgada por crime de responsabilidade. Foram 55 votos a favor e 22 contra a admissibilidade do processo de impeachment. Michel Temer (PMDB) assume o cargo interinamente.

1º de junho de 2016 – Cardozo entrega as 570 páginas da defesa da Presidenta Dilma no Senado. A defesa era constituída de gravações com conversas entre Sergio Machado (então presidente da Transpetro, processadora brasileira de gás natural, vinculada à Petrobrás) e Romero Jucá (PMDB/RR) que falavam da motivação do processo de impeachment ser o fim da Operação Lava Jato, além de diversos argumentos que demonstravam que as pedaladas não eram crimes de responsabilidade e que o processo de impeachment possuía “flagrantes de nulidades e óbvio cerceamento de direito de defesa”.

8 de junho de 2016 – Testemunhas da acusação foram ouvidas na Comissão Especial do Senado.

13 de junho de 2016 – As oitivas continuaram, sendo quatro testemunhas a menos quando a própria acusação decide abrir mão dessas testemunhas, alegando quererem evitar o prolongamento excessivo dos trabalhos da Comissão.

27 de junho de 2016 – Técnicos do Senado elaboraram uma perícia que aponta a existência de provas de que a Presidenta Dilma havia editado créditos suplementares sem a autorização do Congresso. No entanto, não foram identificadas as “pedaladas fiscais”.

6 de julho de 2016 – Leitura da carta de Dilma ao Senado por José Eduardo Cardozo.

12 de julho de 2016 – A acusação faz as suas alegações finais.

28 de julho de 2016 – Cardozo entrega as alegações finais de Dilma: documento com 524 páginas, que repete os argumentos de que não houve crime de responsabilidade fiscal, afirma que a abertura do processo de impeachment teria sido uma represália do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, devido ao fato de o PT ter decidido não apoiá-lo no processo de cassação de seu mandato no Conselho de Ética, além de alegar que a edição de decretos complementares é prática recorrente entre os Presidentes da República e não possui irregularidades.

2 de agosto de 2016 – Anastasia apresenta um parecer favorável ao impeachment da Presidenta Dilma.

3 de agosto de 2016 – A comissão volta a se reunir, desta vez para discutir o relatório. Foi uma sessão tumultuada, com os senadores contra e a favor do impeachment esgrimindo argumentos em torno do parecer do relator.

5 de agosto de 2016 – O senador Antônio Anastasia (PSDB/MG) lê o relatório no plenário do Senado.

9 de agosto de 2016 – Sob o comando do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, o Senado começa a discussão e votação do relatório, novamente por maioria simples (neste caso, 41).

31 de agosto de 2016 – Depois de 8 meses e 23 dias do início da tramitação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, o Senado Federal faz a votação final do julgamento político da Presidenta eleita Dilma Rousseff, condenando-a ao afastamento definitivo da Presidência da República e consolidando o golpe parlamentar.

Golpe gera golpe: a escalada autoritária no Brasil e os indícios da ampliação do estado de exceção

Desde antes da consolidação do golpe no Brasil, quando à Presidenta Dilma foi imposto um *impeachment* sem crime de responsabilidade, em um arдил construído com o que há de pior na política brasileira, já ficavam evidentes no país alguns indícios de que estávamos caminhando para um estado policial e com tendência ao aumento da repressão. Em nome do combate à corrupção, a partir de uma narrativa novelizada feita com a participação mais do que especial da grande mídia, a Operação Lava Jato começa a se revelar algo diferente do que se imaginava inicialmente, como algo importante para o Brasil, levando à prisão, pela primeira vez em nossa história, grandes empresários e endinheirados, os famosos corruptores na cadeia imensa da corrupção.

A Operação Lava Jato, que já contava com a devida autonomia e com os instrumentos de combate à corrupção aprimorados, como a famosa lei de delação premiada, proposta e promulgada pela Presidenta Dilma, mostra-se, ao longo do tempo, como algo parcial e com o objetivo de criminalizar apenas um lado do jogo político brasileiro.

A condução coercitiva do ex-presidente Lula para prestar esclarecimentos e a prisão do ex-ministro Guido Mantega dentro de um hospital, quando acompanhava a mulher em um tratamento de câncer para, logo em seguida, ser revogada, foi o estopim para todos perceberem que o objetivo daquela operação judicial tinha alvo certo. Em que pese todas as denúncias contra políticos de outros partidos que não o PT, muito mais graves e recheadas de provas materiais, a Operação Lava Jato só se prestava a prender políticos de um partido só. E isso sempre feito com o devido estardalhaço da mídia.

Quando começaram a chegar em outros nomes, notadamente os caciques do PMDB e do PSDB que promoveram o golpe, as prisões eram feitas de forma tardia e sem alarde, a ponto de o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ter sido preso sem nenhuma imagem televisiva ou fotográfica da imprensa brasileira.

Logo apareceram, algum tempo depois, fotografias desse momento e, a olhos nus, o país inteiro percebeu o tratamento diferenciado: Eduardo Cunha não estava algemado, como vários outros o foram quando presos nesse *modus operandi* da Lava Jato.

A partir da delação de Marcelo Odebrecht, dono da empreiteira de mesmo nome, tudo mudou. Essa delação só foi divulgada porque não foi realizada sob as ordens da República de Curitiba. O pai de Marcelo, o patriarca da família e da empresa, Emílio Odebrecht, firmou a delação premiada com as autoridades dos Estados Unidos e da Suíça, portanto, fora do controle daqueles que vazam delações apenas quando lhes é conveniente e de seu interesse. Ele, inclusive, esperou a definição da pena de Marcelo, seu filho, para firmar esse acordo de delação, autorizando todos os executivos presos a fazerem a delação também. Essa delação escancarou todo o esquema de propina paga aos políticos do PMDB, PSDB, DEM e PP, velhos conhecidos da empresa quando já faziam isso desde sempre.

Quando atingiu os políticos do PSDB, em especial, começou-se toda sorte de tentativas para lhes escapar de quaisquer condenações. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), chegou a falar que, com esse tipo de vazamento, era possível e provável que se anulasse toda essa delação premiada. O próprio juiz Sergio Moro, herói para muitos durante algum tempo, foi encontrado em eventos públicos com toda a cúpula do PSDB e descobriu-se, pouco tempo depois, que ele havia firmado termos de colaboração com o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Além de evidenciar os interesse daquele país no golpe – especialmente no que se refere ao Pré-Sal brasileiro -, juntou-se a peça e todos entenderam o porquê das viagens frequentes que esse juiz faz aos Estados Unidos desde 2013. Acadêmicos do direito começaram a suspeitar de crimes de traição ao país, cometido por esse juiz de primeira instância, primeiro em firmar acordos de delação sem o conhecimento e anuência do Ministério da Justiça. Em segundo, por repassar informações sigilosas e estratégicas da Petrobrás a empresas concorrentes a ela no mercado de petróleo estadunidense.

Depois de divulgados os termos da delação de executivos da Odebrecht, apontando claramente para os maiores caciques do tucanato brasileiro, em especial para o ex-candidato derrotado à presidência da República, Aécio Neves, para o chanceler brasileiro do governo golpista, José Serra, e para o governador “santo” de São Paulo, Geraldo Alckmin, o juiz Moro, que prometeu entrar na cruzada anticorrupção e

salvar o Brasil dessa praga, anuncia que vai se licenciar para estudar durante um ano nos Estados Unidos (???)

Assim, fica cada vez mais claro que essa República de Curitiba não tinha interesse em acabar com a corrupção no Brasil, mas de atingir, sob esse mote, apenas um partido. Mesmo que o preço para essa aventura fosse condenar a democracia no Brasil, suas grandes empresas, com negócios no mundo inteiro, atingir a economia nacional em seu coração e jogar milhões de brasileiros no desemprego. Aliás, os estudiosos da economia já apontaram que o prejuízo causado pela Lava Jato na economia brasileira é muito maior do que o dinheiro recuperado por ela, por meio de acordos de cooperação internacional.

Esse descontrole da Justiça brasileira, que começou a cometer inúmeras irregularidades em nome de um propósito positivo, ficou mais forte depois do processo de *impeachment* da presidenta Dilma. Quando não se respeita o principal preceito de qualquer democracia (o respeito ao voto popular), tudo fica possível de ser transgredido. Ninguém respeita mais nada e nem ninguém. E assim, dessa forma, as arbitrariedades vão se multiplicando no país, acentuando esse diagnóstico de que estamos vivendo, sim, em um Estado de Exceção e com uma perigosa escalada da repressão e violência policial.

Abaixo, destacamos alguns exemplos de abusos cometidos por governos, polícias e Judiciário.

Polícia invade escola do MST

A polícia Civil de São Paulo invadiu a escola Florestan Fernandes, centro de formação e educação popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Guararema, no começo do mês de novembro de 2016. A ação tinha como objetivo prender integrantes do MST acusados de crimes. O governo do Estado de São Paulo tentou justificar a ação dizendo que os presentes “tentaram desarmar os agentes”, o que foi prontamente desmentido por imagens feitas por câmeras de segurança da própria escola e por Gilmar Mauro, liderança do MST, que estava na escola no momento da invasão.

Juiz autoriza técnicas de tortura contra estudantes

Em decisão do dia 30 de outubro de 2016, um juiz da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal autorizou que a PM utilizasse técnicas de tortura para forçar a desocupação do Centro de Ensino Médio Asa Branca (Cemab), em Taguatinga, no Distrito Federal, até então ocupado por estudantes em protesto. O juiz sugeriu, no texto de sua sentença, o uso de “instrumentos sonoros contínuos” a fim de impedir o sono dos estudantes e, dessa forma, obrigá-los a desocupar a escola, o que terminou acontecendo dois dias depois.

Ator é preso por criticar a PM em peça

O ator Caio Martinez Pacheco foi preso na apresentação do espetáculo Blitz – O Império que Nunca Dorme, da Trupe Olho da Rua. Sua peça foi interrompida pela Polícia Militar na tarde do dia 30 de outubro de 2016, em uma praça de Santos, no litoral de São Paulo. A PM se sentiu ofendida pela peça, que faz críticas ao Estado, e o prendeu por desrespeito aos símbolos nacionais, além de desobediência e resistência. Os policiais também intimidaram parte do público que filmava a ação. A companhia de teatro do ator pensa em recorrer dessa arbitrariedade ao Ministério Público.

STF reduz direito de greve de servidores

Desde a promulgação da Constituição de 1988, quando foi garantido o direito de greve ao servidor público, deixando para depois que a norma infraconstitucional regulamentasse a negociação coletiva no setor, o Supremo Tribunal Federal (STF) nunca havia tomado uma decisão tão contrária aos direitos dessa parcela da sociedade. De modo inédito no Brasil, o STF decidiu validar o corte de ponto dos servidores públicos que decidirem entrar em greve o que, na prática, acaba com o direito à greve do servidor público.

Promotor manda algemar estudantes

Em Miracema do Tocantins (TO), um promotor mandou algemar dois estudantes durante a desocupação de uma escola pela Polícia Militar. Ele disse que havia recebido a informação de que, entre os estudantes, havia militantes do MST, da CUT e do

PT. Diante da falta de acordo entre o juiz e os estudantes, ele determinou que os estudantes fossem algemados para garantir a segurança de todos, inclusive dos militares envolvidos na ação. O juiz ainda disse que a escola não é espaço para fazer política.

Ipea intimida pesquisadores

Uma pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) pediu exoneração de seu cargo de confiança quando da divulgação de uma nota técnica divulgada em setembro de 2016. O documento concluía, entre outras coisas, que a aprovação da PEC 241 (PEC 55 no Senado) poderia vir a gerar uma perda de 743 bilhões de reais para a saúde em 20 anos, o que contrariou o presidente do Ipea, Ernesto Lozardo, que usou o os meios disponíveis da instituição para questionar publicamente o estudo.

Justiça anula júris do Carandiru

Os desembargadores da 4ª Câmara Criminal do Tribunal do Júri do TJ-SP, no dia 27 de setembro de 2016, anularam os quatro julgamentos que condenaram 74 policiais militares pelo massacre do Carandiru, que terminou com a morte de 111 presos no dia 2 de outubro de 1992. Disseram não haver elementos que comprovem quais foram os crimes cometidos pelos agentes, e novos julgamentos deverão ser realizados. Um dos desembargadores chegou a pedir a absolvição dos réus, afirmando que não houve massacre e sim legítima defesa dos policiais em ação. Para manter as condenações, agora só cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça.

Lava Jato não precisa seguir regras

Em resposta a um dos pedidos de abertura de processo disciplinar do juiz Sergio Moro, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu que a Operação Lava Jato não precisa seguir as regras dos processos comuns, já que as ações da Lava Jato, por trazerem problemas inéditos, é exigido a eles também soluções inéditas. A representação, assinada por 19 advogados, contestava a captação, o uso e a divulgação ilegais de conversas telefônicas entre a então presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, em março de 2016. Na prática, o TRF entende que a Lava Jato não precisa cumprir as determinações legais e os ritos processuais comuns a todas

as operações judiciais, na medida em que a nobreza de seu objetivo – combate à corrupção – permite o uso de quaisquer meios para alcançá-lo.

Capitão do Exército é infiltrado em grupo de manifestantes

Descobriu-se que a prisão de 18 adultos e 8 adolescentes no dia 5 de setembro de 2016, antes do início de um protesto contra Temer em São Paulo, foi resultado de um delator infiltrado em um grupo de manifestantes contrários a Michel Temer. O capitão do Exército Willian Pina Botelho usou um nome falso (Balta) para se infiltrar no movimento, e a partir de sua ação, esses jovens foram presos. O comandante-geral do Exército, general Eduardo da Costa Villas Bôas, afirmou ao *El País* que a operação foi feita de modo integrado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o que foi negado pelo seu Governador, Geraldo Alckmin.

Jovens criticam a PM nas redes sociais e acabam detidos

O Código Penal brasileiro de 1940 está sendo usado para prender jovens no Brasil nos tempo de hoje. Sob o pretexto de criticar a Polícia Militar, jovens estão sendo presos pelo crime de desacato simplesmente por postar críticas à Polícia Militar nas redes sociais. Em junho de 2016 foram registrados ao menos três casos de detenção por suposto desacato. No Ceará, um adolescente de 17 anos foi levado à delegacia para prestar esclarecimentos em depoimento, sem a presença de um responsável. Em Rio Claro (SP), uma jovem foi detida enquanto trabalhava em um shopping. Em Pedregulho, também no interior de São Paulo, a PM algemou e prendeu um jogador de basquete de 19 anos.

A reação ao golpe contra a Presidenta Dilma e suas inúmeras manifestações a favor da democracia

Desde que a Presidenta Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República, sob o pretexto de uma pretensa legalidade, consubstanciado naquele *impeachment* sem crime de responsabilidade, a sociedade brasileira e mundial reagiu de modo intenso.

Essas manifestações, que tiveram início ainda antes da votação do *impeachment* na Câmara e que ganharam volume especial no período de interinidade do presidente ilegítimo, chegaram a reunir mais gente do que aquelas promovidas pela direita brasileira, sempre insufladas pela intensa cobertura midiática. Essa reação da população tomou o país de norte a sul e não se restringiu às milhares de manifestações de rua, pequenas ou grandes, nos grandes centros urbanos ou nas cidades mais pequeninas deste país.

A reação ao golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff mobilizou o pronunciamento de várias entidades representativas da sociedade brasileira e mundial. Por meio de manifestos, moções, notas públicas e declarações, a rejeição ao golpe foi enorme!! Por trás da elaboração desses manifestos, há pessoas e personalidades de todas as classes sociais e de todas as grandes regiões do Brasil. Vários movimentos, organizações e entidades sociais, culturais, acadêmicas, religiosas, sindicais e políticas se manifestaram de modo contundente contra o atual estado da arte que prevalece hoje no país. Esse conjunto grande e representativo da sociedade brasileira evidenciou que a maior parte da população foi e continua a ser contrária ao golpe. Somente grupos minoritários, de uma elite política e empresarial inconformada com as 4 derrotas sucessivas nas urnas, se colocam como defensores desse governo ilegítimo.

Apesar da enorme blindagem midiática e institucional construída, de modo deliberado, pelos agentes golpistas como estratégia de ação, parte significativa e representativa da sociedade brasileira e da comunidade internacional não se deixou levar pelo discurso farsesco dominante. Ao contrário, esses segmentos representativos da

sociedade brasileira demonstraram uma enorme capacidade de diagnóstico e discernimento acerca do momento trágico pelo qual passa o Brasil.

E cumpre destacar que a força e a representatividade desses movimentos de resistência deram-se, em grande medida, por sua diversidade e pluralidade de atores e posições políticas. Desde aqueles que defendem com muita convicção os legados dos governos dos presidentes Lula e Dilma e do Partido dos Trabalhadores, até os que lhes fazem oposição - no Congresso, em fóruns, no interior de movimentos sociais e entidades representativas, na Academia etc., passando por aqueles que lhes são críticos e que os referendaram como possibilidade eleitoral factível em meio à disputa política com outros projetos competitivos e conservadores. Enfim, esse grupo contrário ao golpe imposto à Presidenta Dilma Rousseff reúne uma diversidade de pessoas e organizações que, em comum, têm a pauta da defesa intransigente da democracia.

Abaixo listamos, por grupos, as principais entidades e organizações que se manifestaram, em algum momento, contrários ao golpe vivido pelo Brasil e em favor do restabelecimento democrático em nosso país, em sistematização feita pela Fundação Perseu Abramo.

Cidadania ativa, movimento cultural, artístico, intelectual e demais coletivos contra o golpe:

Movimentos sociais das periferias; assessorias técnicas em habitação de interesse social; frente antifascista pelas liberdades democráticas; movimento popular da economia solidária; rede em defesa da humanidade; médicos pela democracia; médicos e médicas populares; trabalhadoras, trabalhadores e estudantes de enfermagem; assistentes sociais pela democracia; psicodramistas a favor da democracia; jornalistas brasileiros em defesa da democracia e dos direitos sociais; fórum nacional pela democratização da comunicação; blogs, selos e artistas contra o golpe; representantes do setor de tecnologia da informação; associação mundial de rádios comunitárias; cultura pela democracia; psicanalistas a favor da democracia; comissão nacional dos pontos de cultura; arte pela democracia na periferia; coletivo de profissionais do cinema; coletivo de profissionais do teatro; escritoras, escritores e artistas pela democracia; carta do hip hop brasileiro à democracia do Brasil; sambistas contra o golpe; profissionais da música unidos na luta pela democracia; intelectuais, artistas e advogados gaúchos; coletivo democracia corinthiana; manifesto ambientalista a

favor da democracia; profissionais do rural pela democracia; articulação nacional de agroecologia; manifesto *slow food*; *chefs* de cozinha contra o golpe.

Movimentos sociais e entidades religiosas contra o golpe:

Frente Brasil Popular (FBP); Frente Povo Sem Medo (FPSM); Fórum 21; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Associação Brasileira de ONGs (ABONG); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Oxfam Brasil; Instituto Pólis em defesa da democracia e do direito à cidade; Instituto Paulo Freire; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Manifesto de Entidades Nacionais de Educação (Abdc, Anfope, Anpae, Anped, Cedes, Fórum-dir); Fórum de Educação Popular (FREPOP); Manifesto dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil; Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Entidades do Movimento Negro (Rede Quilombação [Raiz Movimento Cidadanista]; Mulheres Negras pela Democracia e Contra o Golpe); Marcha Mundial das Mulheres; Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Movimento de Mulheres Camponesas; Movimento LGBT Unificado; Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos; Central de Movimentos Populares; Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis; Povos do Campo (Teia dos Povos); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM); Povos de Terreiro; Povos e Comunidades Tradicionais do Sul do Brasil; Manifesto de Evangélicos pelo Estado de Direito; Igreja Presbiteriana Unida do Brasil; Muçulmanas e Muçulmanos contra o golpe.

Organizações sindicais, associações, conselhos, conferências e classe política contra o golpe:

Governadores do Nordeste; Prefeitos de Capitais contra o Golpe; Líderes Partidários e Dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Progressista (PP), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Militância do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Nota Oficial do Partido

Democrático Trabalhista (PDT) sobre o pedido de Impeachment; Nota do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) - a saída é pela esquerda; Nota da Fundação Lauro Campos (PSOL); Comissão Política do PCdoB; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF); Federação Única dos Petroleiros (FUP); Líderes de Sindicatos de Metalúrgicos, Químicos, Bancários, Comerciantes e Trabalhadores em Geral; Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE); Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP); União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES); Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Conselho Nacional de Educação (CNE); Fórum Nacional de Educação (FNE); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Conselho Federal de Psicologia; Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conferência Nacional de Direitos Humanos; Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Conselho Federal de Economia; Associação dos Docentes da Unicamp (ADUNICAMP); Associação de Docentes da UFRGS; Associação Brasileira de Antropologia; Associação de Linguística Aplicada do Brasil; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Mundo acadêmico e meio jurídico contra o golpe:

Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Conselho Universitário da Universidade Federal do ABC (UFABC); Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Associação dos Docentes da USP; Manifesto dos Docentes do IFCH-Unicamp contra o golpe e o governo ilegítimo de Temer; Alunos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (IEL/Unicamp); Comunidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG); Manifesto dos Professores de Antropologia da UNB em defesa da democracia e da cidadania; Professores e

Professoras da UFBA em defesa da democracia e contra o golpe; Manifesto dos Professores Universitários do Vale do São Francisco em defesa da democracia e contra o golpe; Professores e Servidores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Professores, Educadores, Estudantes e Pesquisadores de Caruaru em Defesa do Restabelecimento do Estado de Direito; Comitê das Humanidades do Amazonas; Comunidade Acadêmica da Universidade Federal de Rondônia; Ato pela Democracia da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Núcleos Temáticos de Estudos e Pesquisas da UFAL - Campus Sertão (Alagoas); Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC); Colegiado do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral; Comunidade Acadêmica das Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul; Professores da Universidade Federal de Santa Maria (RS); Coletivo de Estudantes da Universidade Mackenzie pela Democracia; Coletivo de Professores da Universidade Metodista em Defesa das Instituições Democráticas; Centro Acadêmico 22 de Agosto (Direito/PUC-SP); Conselho de Gestão e Políticas da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Minas); Comunidade Acadêmica da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Rio); Pesquisadores e Estudantes Brasileiros no Exterior; Professores Constitucionalistas; Carta Aberta dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB); Coletivo de Professores da Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Comunidade Acadêmica da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Manifesto de Constituintes à Nação; Juristas em Defesa da Constituição e do Estado de Direito; Juristas, Advogados e Ex-Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Associação Juizes para a Democracia; Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Coletivo de Juizes Trabalhistas; Promotores e Procuradores do Ministério Público (MP), do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT); Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADep); Associação de Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia; Advogados e Advogadas em Defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito e da Justiça Social; Carta de Curitiba em Defesa da Democracia; Federação Nacional dos Estudantes de Direito.

Servidores públicos pela democracia e contra o golpe:

Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia; Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União; Membros do Ministério Público; Manifesto das Defensoras e Defensores Públicos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito; Manifesto do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas; Policiais Antifascismo pela Legalidade Democrática; Trabalhadores do Banco Central contra o golpe; Auditores Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil; Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE; Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT); Federação Nacional de Assistentes Sociais; Manifesto do Conselho Deliberativo da Fiocruz em defesa da democracia e do estado de direito; Coletivo de Analistas Técnicos de Políticas Sociais em defesa da democracia; Federação de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES); Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (CONFETAM/CUT).

Manifestações estrangeiras contra o golpe:

Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos; ONU Mulheres; Secretaria-Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL/ONU); Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA); Secretaria-Geral da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); Declaração do Comitê Diretivo e da Secretaria-Executiva do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); Manifesto do GT de Integração Regional e Unidade Latinoamericana e Caribenha do CLACSO; Fórum Universitário do Mercado Comum do Sul (Mercosul); Federação Sindical Mundial; Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe; Association for Progressive Communications (APC); Entidades de Comunicação Latino-Americanas; Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA); El Frente Amplio del Perú; Comunicado de La República Bolivariana de Venezuela; Las Mujeres de Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca; Ministério das Relações Exteriores de Cuba; Movimiento Cubano por la Paz y la Soberanía de los Pueblos; Intelectuais e Políticos Britânicos (In Defense of the Democratic Rule of Law in Brazil); Intelectuais e Políticos Franceses (Manifeste - Mouvement Démocratique du 18 Mars); Partido

Comunista Francês; Partido Comunista da Itália; Comunicado do Podemos (Espanha); Partido Operário de Unidade Socialista (POUS/Portugal); A Social democracia Alemã; Manifest of Brazilians in the Netherlands Struggling for Democracy and Against the Coup D'état; Pesquisadores Estrangeiros; Carta de Membros do Congresso dos Estados Unidos da América (EUA).

As ocupações

Além das gigantescas manifestações de rua e do posicionamento dessas inúmeras entidades, organizações e coletivos contrários ao golpe, o Brasil vivenciou neste período um movimento inédito na longa história de lutas sociais que temos.

Em novembro de 2015, contra a reestruturação do sistema educacional estadual, cerca de 200 escolas paulistas foram tomadas pelos estudantes. Naquele ano de 2015, a luta era contra uma medida do governo estadual de fechar mais de 100 escolas e remanejar 311 mil estudantes e 74 mil professores. Esse movimento foi tão surpreendente e contundente que o governo estadual, pressionado, voltou atrás e suspendeu a organização do sistema proposta.

No início do ano de 2016, estudantes secundaristas de São Paulo, uma parte expressiva vinculada às Escolas Técnicas (ETECs), começaram um movimento de ocupações das escolas muito em função das questões relacionadas às responsabilidades do governo estadual, como o fornecimento da merenda escolar. Isso tudo no bojo das acusações impetradas, à época, contra o governo estadual de São Paulo, envolvido no que ficou conhecido como Máfia da Merenda.

Esse movimento se espalha pelo Brasil, inicialmente, a partir dos Estados de São Paulo e do Paraná, esse último sendo o estado da Federação com o maior número de escolas ocupadas. Durante o decorrer do ano, e como forma de protesto contra as medidas do governo ilegítimo de Temer, que congelam os gastos com educação e propõem reformar a estrutura do ensino médio brasileiro, os estudantes secundaristas chegam a ocupar, no ápice do movimento, em 22 estados, 1.168 escolas.

No âmbito das universidades, as ocupações atingiram um patamar vigoroso de 168 campi universitários ocupados, em todas as regiões do país, naquela que já é considerada pelo próprio movimento estudantil a maior mobilização de jovens em toda a história do país. No rastro das manifestações contra as medidas deste governo ilegítimo, a juventude brasileira, a mesma que conquistou o direito de estudar nestas

universidades, muito em função das políticas de acesso fomentadas pelos últimos 13 anos de governos do PT e da própria política de ampliação de vagas no ensino superior público no país, não deu arrego na luta contra o golpe.

O movimento de ocupações das escolas públicas tornou-se, assim, uma das principais resistências ao projeto de poder não eleito desse governo ilegítimo. E isso tudo deu-se com a absoluta ausência de repercussão na grande mídia brasileira e muita – mas muita mesmo – repressão. As polícias militares nos Estados agiram como verdadeiras polícias políticas e, a todo o momento, objetivaram criminalizar esse movimento. Nesse quesito, contou e conta com o apoio da grande imprensa que, sem poder mais encobrir esse movimento extenso, passou a fazer a sua cobertura daquela forma clássica: jovens baderneiros e arruaceiros destroem as escolas, impedem o sagrado direito de ir e vir dos outros estudantes, prejudicam aqueles que querem estudar, e por aí vai... Não faltam argumentos maldosos e falsos para desqualificar a ação daqueles que lutam por direitos.

Repercussão internacional do golpe – ou de como só a grande mídia brasileira não o viu

Em todo o processo de impedimento da Presidenta Dilma, já era comum ouvir em certos meios mais instruídos que, para saber o que de fato estava a ocorrer no Brasil, o melhor era se informar por meio dos jornais estrangeiros. Essa constatação acusava, claramente, a cobertura jornalística enviesada que a grande mídia brasileira assumiu em todo esse processo.

Essa grande mídia, acostumada a formar opinião e a pautar os temas do seu interesse, dominada por cinco conglomerados econômicos no Brasil representada por cinco famílias abastadas, deixou de informar e passou a deformar os fatos. O histórico da imprensa no Brasil já trazia o fato ocorrido nas eleições de 1989, as primeiras depois de um longo período de ditadura militar no país e que marcaram o período de redemocratização. Àquela época, a manipulação grotesca do último debate entre os presidentiáveis feita na edição do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, exatamente às vésperas do segundo turno entre os candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, escancarou ao mundo o *modus operandi* da imprensa nacional.

Em uma época em que não existia a *Internet*, a repercussão em todo o mundo foi tão grande que até a própria BBC, canal inglês de TV, produziu um premiadíssimo documentário que, só no Brasil, em função de uma liminar judicial que perdurou durante anos, não foi repercutido. O documentário de 1993 intitulado “*Brasil: além do cidadão Kane*”, que fazia alusão ao personagem de Orson Welles, escancarou ao mundo as práticas correntes da família Marinho (Organizações Globo), que vieram a se reproduzir no país mais de 20 anos depois, nesse fatídico ano de 2016.

No mundo inteiro, importantes e insuspeitos veículos da imprensa internacional viram no processo de impedimento da Presidenta Dilma um verdadeiro golpe, ao contrário da nossa imprensa local que repercutia somente a visão de seus defensores, que abusavam dos pretensos argumentos de legalidade para fazer o *impeachment* sem crime de responsabilidade. E não se pode acusar esses veículos de imprensa de serem meios de

comunicação de esquerda ou algo que o valha, já que muitos dos abaixo citados são veículos de imprensa claramente de matiz liberal. Vejamos como se deu a repercussão dos principais meios de comunicação no mundo, a partir de informações colhidas da revista Carta Capital:

- *New York Times* – o jornal estadunidense não usou a palavra golpe, mas referiu-se ao *impeachment*, em forte editorial, como um mecanismo com frágeis bases jurídicas, articulado por políticos corruptos, para derrubar uma presidente que não havia cometido crimes.
- *The Guardian* – o jornal britânico repercutiu o impedimento da Presidenta Dilma como sendo uma articulação da centro-direita do país chegar ao governo depois de 13 anos sem conseguir ganhar uma eleição, além de ressaltar em sua cobertura as acusações contra o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.
- *Tagesspiegel* – o jornal alemão chegou a dizer que o impedimento da Presidenta Dilma foi resultado das ações das “*élites econômicas, o conglomerado Globo e a classe alta branca*” e usou a expressão “*golpe frio*” para designar o *impeachment*.
- *Zeit* – o jornal alemão, de forte inclinação liberal e de centro-direita, chamou a deposição da Presidenta Dilma de “*o complô de Brasília*”.
- *El País* – o principal jornal espanhol chegou a afirmar em editorial que a Presidenta Dilma teria sido deposta por um processo irregular.
- *Washington Post* – o jornal dos Estados Unidos chamou a atenção de que o processo de impedimento da Presidenta era algo extremamente frágil e preocupante diante do passado político brasileiro, recheado de golpes.
- *The Wall Street Journal* – outro jornal dos Estados Unidos destacou as suspeitas de corrupção contra vários parlamentares à frente do *impeachment*.
- *Der Spiegel* – a revista alemã descreveu o processo de votação do *impeachment* como a “insurreiçã dos hipócritas”.
- *El Espectador* – o jornal colombiano ressaltou a falta de argumentos dos deputados durante a votação, apontando que falas de cunho religioso e contra o comunismo foram feitas de modo absolutamente descontextualizado.
- *La Nación* – o jornal argentino afirmou que a crise brasileira está longe de acabar e ressaltou que sobre o possível novo eventual mandatário (à época), referindo ao então vice-presidente Michel Temer, pairam fortes suspeições de corrupção.
- *Al Jazeera* – a emissora de TV do Catar, que a todo o momento usava a expressão golpe para designar o que estava a ocorrer no Brasil, questionou a própria mídia brasileira, induzindo a discussão sobre o cenário de concentração dos meios de comunicação no Brasil.
- *The Intercept* – a publicação *on-line* dos Estados Unidos também tem colocado em xeque a mídia nacional, ressaltando o papel da imprensa brasileira na construção de um discurso conservador contra a corrupção e claramente a favor do impedimento da Presidenta Dilma, sem ouvir e expor o contraditório.

COMPARATIVO ENTRE
AS AGENDAS DOS
GOVERNOS LULA E
DILMA E A DO GOLPE

Os avanços dos governos Lula e Dilma para o Brasil

Esta seção pretende qualificar o debate político que se dá hoje no Brasil, de modo a municiar a todos/as com dados sobre a situação do país deixada pelos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República. Os números abaixo evidenciam a situação em que o Brasil se encontrava em 2002/2003, depois de terminados os oito anos de governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e como ficou o país depois de 13 anos dos governos dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Esse comparativo, além de qualificar o debate público para o enfrentamento dos dias de hoje, permite o registro de uma experiência de governo que assumiu um projeto de poder voltado para o desenvolvimento nacional e para a inclusão de grande parcela da população mais pobre. E é justamente esse projeto de país que está sendo agora sabotado pelas elites políticas e econômicas brasileiras que, não conseguindo obter êxito nas urnas, parte para o golpe como forma de recolocar o país no cenário do neoliberalismo.

A desigualdade de renda que vinha, ano a ano, sendo mitigada através de um conjunto de políticas públicas redistributivas, implementadas neste último período no Brasil, sofre agora uma séria ameaça. Trata-se, como é sabido, de uma disputa feroz do dinheiro disponível no país: em vez de alocar e aumentar os recursos para as áreas sociais, o objetivo do golpe institucional é empoderar, ainda mais, o capital financeiro, aqui dentro do país e/ou fora dele.

Todas as ações desse governo ilegítimo voltam-se, ao fim e ao cabo, ao cumprimento de tal objetivo: a reforma da previdência proposta não é nada além do que reforçar o caixa dos fundos de previdência complementar privada do país; o teto de gastos e a imposição de limites para o aumento de recursos da saúde, educação e previdência públicas para os próximos 20 anos nada mais é do que o robustecimento do pagamento dos juros da dívida, que já abocanham mais de 53% do montante global do Orçamento da União; a reforma do ensino médio, proposta pela MP 746/2016, também não esconde os objetivos do governo em privatizar a educação

básica pública do país, aumentado a participação do ensino privado no mercado de educação brasileiro. E exemplos não faltam...

Para os usurpadores do poder, não interessa um país forte para os brasileiros. E tampouco brasileiros com direitos. O que interessa é somente a possibilidade de aumentar os seus lucros onde for possível fazê-lo.

Abaixo, seguem alguns dados comparados desses dois momentos da história política recente do país, a partir de informações do Departamento de Polícia Federal, Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Mundial, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação (MEC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Dados comparados agregados - Governo FHC e Governos do PT

-----	Governo FHC	Governos do PT (até 2014)
Empregos Gerados	627 mil p/ano	1,79 milhões p/ano
Média de Lucro da Petrobras	4,2 bilhões de reais p/ano	25,6 bilhões de reais p/ano
Falências Requeridas em Média p/ano	25.587	5.795
Inflação Anual Média	9,1%	5,8%
Criação de Universidades Federais	0	18
Criação de Escolas Técnicas	0	422
Desigualdade Social	Queda de 2,2%	Queda de 11,4%
Produtividade	Aumento de 0,3%	Aumento de 13,2%
Operações da Polícia Federal	48	1.273 (15 mil presos)

Indicadores econômicos - 2002 - 2013

-----	2002	2013
Lucro do BNDES	550 milhões de reais	8,15 bilhões de reais
Lucro do Banco do Brasil	2 bilhões de reais	15,8 bilhões de reais
Lucro da Caixa Econômica Federal	1,1 bilhões de reais	6,7 bilhões de reais
Produto Interno Bruto	1,48 trilhões de reais	4,84 trilhões de reais
PIB per capita	7,6 mil reais	24,1 mil reais
Dívida Líquida do setor público	60% do PIB	34% do PIB
Produção de veículos	1,8 milhões	3,7 milhões
Safra Agrícola	97 milhões de toneladas	188 milhões de toneladas
Investimento Estrangeiro Direto	16,6 bilhões de dólares	64 bilhões de dólares
Reservas Internacionais	37 bilhões de dólares	375,8 bilhões de dólares
Índice Bovespa	11.268 pontos	51.507 pontos
Passagens Aéreas Vendidas	33 milhões	100 milhões
Exportações	60,3 bilhões de reais	242 bilhões de reais
Gastos Públicos em Saúde	28 bilhões	106 bilhões
Gastos Públicos em Educação	17 bilhões	94 bilhões
Risco Brasil	1.446 pontos	224 pontos

QUAL FOI O LEGADO DOS GOVERNOS DO PT - NÚMEROS, DADOS E FATOS

O legado do PT, nos 13 anos completos de 2003 a 2015, é numericamente incontestável de qualquer forma que se olhe pra ele. Apenas para ficar nos grandes feitos, o Brasil com Lula e Dilma:

1. O Brasil saiu da 13ª economia mundial e passou para a 7ª maior economia do mundo.
2. O Brasil deixou de pedir dinheiro emprestado ao FMI e passou a ser seu credor, entrando para um seletor grupo de países em todo o mundo, o que significa que, enfim, o Brasil conquistou a sua autonomia na gestão econômica.

3. O Brasil saiu do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU).
4. Nesse período de 12 anos, 36 milhões de pessoas foram retiradas da condição de pobreza extrema.
5. Nesse período, também, o país introduziu mais de 40 milhões no mercado de consumo.
6. O Brasil criou mais de 20 milhões de novos postos de trabalho formais (25 vezes maior do que o governo anterior).
7. Foram abertas e inauguradas, nesse período, 18 novas universidades em todo o Brasil, contra nenhuma no governo anterior, e isso dobrou o número de estudantes universitários no país.
8. O gasto em Educação passou de 18 bilhões em 2002 para 115 bilhões em 2014, o que significou um crescimento da parcela educação no PIB significativo, saltando de 2,5% para 4,5%.
9. O PIB real do país, que representa todas as riquezas geradas em todos os setores da economia, cresceu 45% desde 2002.
10. A inflação média do governo Lula ficou em 7,5% e de Dilma, 6,1%, contra uma taxa média de inflação de 12,5% do governo anterior.
11. O salário mínimo cresceu 262% em 12 anos, com uma alta real de 75%, quando descontada a inflação do mesmo período.
12. A renda dos 10% mais pobres cresceu mais de 100% nesse período, graças aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Quanto aos números econômicos, referentes ao ano de 2015, a economia brasileira pode ser descrita pelos seguintes dados comparados:

1. As reservas internacionais líquidas do Brasil são hoje de US\$ 377 bilhões (eram de apenas US\$ 16 bilhões em 2002). Elas superam, com folga, toda a dívida externa do país, que é de US\$ 333,6 bilhões, sendo que apenas 30% desse montante representa uma dívida de curto prazo.
2. O Brasil é credor do FMI e tem autonomia para gerir a sua gestão econômica sem a interferência externa de ninguém - o Brasil é credor externo líquido em US\$ 42,7 bilhões.
3. A dívida pública líquida representa cerca de 36% do PIB e a bruta, 66% do PIB (no ano de 2002, a dívida líquida era de 60% do PIB).
4. Os investimentos externos produtivos (IED) no Brasil foram de US\$ 75 bilhões em 2015, sendo equivalentes a 4,5% do total do PIB, o que representava um alto nível de confiança do mundo em investir no país.
5. O PIB per capita fechou o ano de 2015 em US\$ 8.670 (era de US\$ 2.800 em 2002).
6. A taxa de inflação está caindo e deverá fechar o ano, segundo o Banco Central, perto do teto da meta em 2016, ficando próxima de 6,5% no acumulado do ano. Todos os indicadores apontam, para 2017, uma previsão de alta na taxa de inflação.

7. O salário mínimo fechou o ano de 2015 em de 824 reais, equivalente a cerca de 368 dólares (era de apenas 158 dólares em 2002).
8. O déficit externo, em transações correntes, fechou em 3,32% do PIB (caiu dos 4,31% de 2014) e continua caindo.
9. O superávit comercial foi de US\$ 19,7 bilhões em 2015, já acumulou US\$ 32,4 bilhões de janeiro a agosto de 2016, sendo que estimativas apontam que o mesmo poderá chegar a US\$ 50 bilhões até o fim de 2016.
10. O desemprego foi apurado em uma taxa de 4,3% em 2014 e, já para final do ano de 2015, com as políticas restritivas deste governo ilegítimo, essa taxa está estimada em fechar em 8,5%.

Este é, em linhas gerais, o legado dos 13 anos da experiência do PT no governo federal. Não há como negar os avanços pelos quais o país passou nesse período. E o Brasil mudou para melhor. É numericamente incontestável. Já faz parte da História. Não foi à toa que esse projeto ganhou no voto 4 eleições consecutivas. Houve muitos erros, mas no principal, o país cresceu distribuindo renda e garantindo direitos. E hoje? O que justifica essa gana de retirar direitos da classe trabalhadora?

PRINCIPAIS RETROCESSOS DO GOVERNO TEMER

1. Primeiro governo sem mulheres desde a ditadura.
2. Extinto o Ministério de Ciência e Tecnologia (agregou-se ao de telecomunicações).
3. Previdência Social deixa de ser ministério e sua principal parte migra para o Ministério da Fazenda.
4. Enfraquecimento e desmonte do INSS.
5. Extinta a Controladoria Geral da União.
6. O Itamaraty, na figura de seu chanceler José Serra racha com os parceiros do Mercosul e da África.
7. Ministro da Saúde quer igrejas no debate sobre aborto.
8. Governo acaba com subsídios à baixa renda no Minha Casa, Minha Vida.
9. Ministro Torquato Jardim, da Transparência, diz aos servidores: quem não se identifica ideologicamente deve sair.
10. R\$ 58 bilhões em reajustes e criação de 14.419 novos cargos.
11. Ministro do Planejamento diz que não haverá concursos até 2018.

12. Revisão da demarcação de terras indígenas e desapropriações.
13. Mudanças no programa de saúde indígena.
14. Temer suspende negociação para receber refugiados sírios.
15. Sucateamento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
16. Políticas sobre drogas serão conduzidas por coronel.
17. Interrupção das bolsas do programa Ciência Sem Fronteiras no exterior.
18. Aprovada a pulverização de agrotóxicos por aviões em áreas urbanas.
19. Desmonte do Conselho Nacional de Educação.
20. General que apoia ditadura indicado para presidir a Funai.
21. Alteradas as regras do pré-sal, pondo fim ao Regime de Partilha que garantiria recursos para educação.
22. Governo deixa de exigir pesquisa de antecedentes criminais para nomeação em cargos comissionados.
23. Escola sem Partido – Lei da Mordada.
24. Estudantes de graduação estão fora do Programa Ciências Sem Fronteiras.
25. Demissões em massa na cultura e na saúde.
26. Exonerações em massa na área social.
27. Agora é o governo que decide se candidato que se diz negro em concurso é mesmo negro.
28. Governo tirou distribuição de renda das metas do orçamento.
29. Venda de um importante ativo de patrimônio: a participação no bloco exploratório de Carcará.
30. Aumento para ministros do STF.
31. Serra nomeia policial envolvido no massacre do Carandiru no Itamaraty.
32. Governo cria grupo de trabalho para implementar plano de saúde. “popular” que retira recursos do SUS.
33. CNPq corta 20% das bolsas de iniciação científica.
34. Temer corta 45% dos recursos de investimento das universidades.
35. Ministério do Esporte suspende edital que garantia investimentos em modalidades olímpicas depois da Rio 2016.
36. Bolsas de produtividade do CNPq devem ser reduzidas de 20% a 30% em 2017.
37. Bolsistas da CAPES no exterior não têm mais a obrigação de voltar ao país.
38. Não foi realizada a compra de livros didáticos para o EJA que se inicia em janeiro de 2017.

39. Ministério da educação propõe congelar número de vagas no ensino superior público.
40. Estimativa de que 80% dos auxílios-doença e aposentadorias por invalidez serão cancelados.
41. Banco do Brasil executa plano de demissões voluntárias com meta de 18 mil funcionários.
42. Veto de recursos para crianças com deficiência do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
43. Suspensa a renovação de contratos do programa farmácia popular.
44. Fim da diretoria de políticas para mulheres rurais, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.
45. Fim da pensão integral por morte.
46. Fim das bolsas de residência médica até 2017.
47. Corte da verba destinada à reforma agrária.
48. Reforma do ensino médio via medida provisória, sem discussão com a sociedade.
49. Proposta de mudança na lei de venda de terras a estrangeiros.
50. Retirada de recursos para a educação infantil (creches).
51. Corte na banda larga de 6 mil unidades básicas de saúde.
52. Fim da regra da menor tarifa em concessões de rodovias.
53. Itamaraty extingue departamento de combate à fome.
54. Orçamento da Funai é o menor em 10 anos.
55. Discute-se a revogação da portaria sobre trabalho escravo.
56. Revogação do sistema de avaliação da educação básica do MEC.
57. Simpatizantes da ditadura nomeados para a comissão de anistia.
58. Proposta de reforma previdenciária com aumento da idade mínima de aposentadoria.
59. Proposta de congelamento dos investimentos públicos por 20 anos.
60. Fim do regime especial de aposentadoria dos professores.
61. Substituição de software livre por empresarial (pago) em todas as esferas do governo.

GOVERNO GOLPISTA QUER CORTAR GASTOS COM OS TRABALHADORES MAS AUMENTA PARA OS RICOS E PARA A MÁQUINA PÚBLICA

1. Número de cargos comissionados aumenta em 1,4 mil em três meses, período em que o governo golpista ficou na interinidade, esperando a consumação do golpe.

2. Gastos com cartão corporativo em quatro meses de governo golpista superam todo o 1º semestre de 2016.
3. Governo aumenta gastos com publicidade.
4. TV pública voltará a comprar conteúdo da Rede Globo.
5. Governo trocará software livre por R\$ 500 mi em produtos Microsoft.
6. Sancionado reajuste de até 41% para Judiciário.
7. Sancionado aumento de 47,3% para PF e PRE.
8. Bolsa empresário (programas que oferecem subsídios financeiros e desoneração tributária) de R\$ 224 bilhões é mantida sem cortes.
9. Ministros ignoram normas e fazem 238 viagens pela FAB sem prestação de contas em apenas 5 meses.
10. Senado gastou R\$ 283 mil por reforma no gabinete do líder do governo, Romero Jucá.
11. Governo gastou R\$ 500 mil em show de samba.
12. Governo gasta ao menos R\$ 50 mil em jantar pró-PEC do Teto (PEC 241 na Câmara e PEC 55 no Senado, hoje já aprovada como Emenda Constitucional nº 95/2016).

ANEXO

Votação do *impeachment* no plenário da Câmara dos Deputados e Senado Federal

Este anexo pretende deixar registrado como se comportaram os parlamentares neste processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff nas votações definitivas que ocorreram tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

O sistema político brasileiro reserva dois momentos de deliberação no processo de tomada de decisão no âmbito parlamentar. O Brasil adotou o sistema bicameral (duas Câmaras), pelo qual uma das Casas Legislativas inicia o processo legislativo e a outra o revisa, sendo que ambas devem se manifestar sobre a elaboração das leis, excetuadas as matérias privativas de cada Casa.

No caso do processo de impedimento de um presidente da República, faz-se necessário o seu início no âmbito da Câmara dos Deputados e, depois de lá admitido, passa-se ao Senado Federal a mesma matéria para lá também ser apreciado.

O julgamento da Presidenta Dilma Rousseff, que a vitimou com um *impeachment* sem crime de responsabilidade, evidenciou um complô parlamentar que tirou da presidência da República uma mulher reconhecidamente séria e ilibada para, junto ao poder, colocar um grupo de políticos que notoriamente tem alto envolvimento com casos repercutidos de corrupção. Todo esse complô parlamentar sangrou de morte a democracia brasileira, consolidando o que veio a ser nacional e internacionalmente reconhecido como um golpe parlamentar, com forte apoio da mídia e do poder judiciário brasileiros.

Aqui estarão listados os votos de todos os parlamentares que, na ocasião da votação do *impeachment*, participaram desse momento vergonhoso da democracia brasileira, a partir de informações colhidas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Todos os que, covardemente, apearam da presidência da República a soberania do voto popular. Esses parlamentares não podem ser esquecidos. Não merecem estar na vida pública brasileira porque traíram a soberania do povo manifestada pelo voto. Por outro lado, também constarão os nomes dos parlamentares que honraram sua missão de resguardar a democracia.

Que essa sistematização sirva de instrumento para cobranças permanentes da sociedade brasileira quanto ao posicionamento de seus representantes eleitos para o parlamento.

Plenário Câmara dos Deputados

ACRE			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Alan Rick	PRB	A favor	Jornalista e apresentador de TV, faz parte da bancada evangélica.
 Angelim	PT	Contra	Professor universitário e economista
 César Messias	PSB	Contra	Pecuarista, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 Flaviano Melo	PMDB	A favor	Engenheiro civil, faz parte da bancada ruralista.
 Jéssica Sales	PMDB	A favor	Médica, faz parte da bancada feminina.
 Leo de Brito	PT	Contra	Advogado
 Rocha	PSDB	A favor	Policia Militar
 Sibá Machado	PT	Contra	Geógrafo, faz parte da bancada sindical.

ALAGOAS			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Arthur Lira	PP	A favor	Empresário, agropecuarista e bacharel em direito, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 Cícero Almeida	PMDB	A favor	Empresário, locutor e comentarista de rádio e TV, faz parte da bancada empresarial.
 Givaldo Carimbão	PHS	Contra	Comerciante e gráfico, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 JHC	PSB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e da bancada evangélica.
 Marx Beltrão	PMDB	A favor	Advogado
 Maurício Quintella Lessa	PR	A favor	Servidor Público
 Paulão	PT	Contra	Eletrotécnico, faz parte da bancada sindical.
 Pedro Vilela	PSDB	A favor	Advogado, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 Ronaldo Lessa	PDT	Contra	Engenheiro

AMAPÁ			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 André Abdon	PP	A favor	Político e engenheiro, faz parte da bancada evangélica.
 Cabuçu Borges	PMDB	A favor	Empresário, locutor, radialista e comentarista de rádio e TV, faz parte da bancada empresarial.
 Janete Capiberibe	PSB	Contra	Tradutora de francês e português, ajudante de assistente social e professora de biologia, faz parte da bancada feminina.
 Jozi Araújo	PTN	Contra	Empresária, faz parte da bancada empresarial e feminina.
 Marcos Reategui	PSD	A favor	Delegado da Polícia Federal
 Professora Marcivania	PCdoB	Contra	Professora de ensino médio, faz parte da bancada feminina.
 Roberto Góes	PDT	Contra	Administrador
 Vinicius Gurgel	PR	Abstenção	Contador

AMAZONAS			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Alfredo Nascimento	PR	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	A favor	Político
 Átila Lins	PSD	A favor	Servidor público, advogado e bacharel em economia
 Conceição Sampaio	PP	A favor	Radialista, faz parte da bancada feminina.
 Hissa Abrahão	PDT	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Marcos Rotta	PMDB	A favor	Apresentador de TV e jornalista
 Pauderney Avelino	DEM	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Silas Câmara	PRB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.

BAHIA			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Afonso Florence	PT	Contra	Professor de história e servidor público, faz parte da bancada sindical.
 Alice Portugal	PCdoB	Contra	Farmacêutica bioquímica e química industrial, faz parte da bancada sindical e feminina.
 Antonio Brito	PSD	Contra	Administrador de empresa
 Antonio Imbassahy	PSDB	A favor	Engenheiro eletricitista, faz parte da bancada ruralista.
 Arthur Oliveira Maia	PPS	A favor	Advogado, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 Bebeto	PSB	Contra	Almoxarife e estudante de História, faz parte da bancada sindical.
 Benito Gama	PTB	A favor	Economista, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 Cacá Leão	PP	Abstenção	Administrador
 Claudio Cajado	DEM	A favor	Advogado, faz parte da bancada empresarial e ruralista.

 Daniel Almeida	PCdoB	Contra	Industriário, faz parte da bancada sindical.
 Davidson Magalhães	PCdoB	Contra	Professor universitário e economista
 Elmar Nascimento	DEM	A favor	Advogado
 Erivelton Santana	PEN	A favor	Auxiliar de administração, faz parte da bancada evangélica.
 Félix Mendonça Jr.	PDT	Contra	Administrador de empresas, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
 Fernando Torres	PSD	Contra	Empresário
 Irmão Lazaro	PSC	A favor	Músico, faz parte da bancada evangélica.
 João Carlos Bacelar Batista	PTN	Contra	Empresário e bacharel em administração, faz parte da bancada empresarial.
 João Carlos Bacelar	PR	Contra	Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial e ruralista.



João Gualberto

PSDB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Jorge Solla

PT

Contra

Médico



José Carlos Aleluia

DEM

A favor

Engenheiro elétrico, faz parte da bancada empresarial.



José Carlos Araújo

PR

Contra

Administrador, faz parte da bancada ruralista.



José Nunes

PSD

Contra

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



José Rocha

PR

Contra

Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial e ruralista.



Jutahy Junior

PSDB

A favor

Advogado, faz parte da bancada empresarial.



Lucio Vieira Lima

PMDB

A favor

Pecuarista, cacauicultor e engenheiro agrônomo, faz parte da bancada empresarial e ruralista.



Luiz Caetano

PT

Contra

Farmacêutico

 Márcio Marinho	PRB	A favor	Radialista, faz parte da bancada evangélica.
 Mário Negromonte Jr.	PP	Abstenção	Advogado
 Moema Gramacho	PT	Contra	Bióloga, faz parte da bancada sindical e feminina.
 Paulo Azi	DEM	A favor	Administrador de empresas e engenheiro civil, faz parte da bancada ruralista.
 Paulo Magalhães	PSD	Contra	Administrador de empresas, faz parte da bancada empresarial e ruralista
 Roberto Britto	PP	Contra	Professor universitário, faz parte da bancada empresarial e rural.
 Ronaldo Carletto	PP	Contra	Empresário, faz parte da bancada empresarial e rural.
 Sérgio Brito	PSD	Contra	Empresário, servidor público e administrador de empresas, faz parte da bancada ruralista, empresarial e evangélica.
 Tia Eron	PRB	A favor	Técnica em administração, faz parte da bancada evangélica e feminina.



Uldurico Junior

PV A favor Agricultor



Valmir Assunção

PT Contra Agricultor, faz parte da bancada sindical.



Waldenor Pereira

PT Contra Economista, um dos grandes defensores da educação pública.

CEARÁ

Deputado	Partido	Voto	Profissão
----------	---------	------	-----------



Adail Carneiro

PP A favor Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Aníbal Gomes

PMDB Ausente Empresário e cirurgião dentista, faz parte da bancada empresarial e ruralista.



Ariosto Holanda

PDT Contra Engenheiro civil e professor universitário



Arnon Bezerra

PTB Contra Empresário e médico, faz parte da bancada ruralista.



Cabo Sabino

PR A favor Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores, faz parte da bancada sindical.



Chico Lopes

PCdoB Contra Professor e auditor fiscal, faz parte da bancada sindical.

	PSB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
Danilo Forte			
	PSD	Contra	Estudante universitário
Domingos Neto			
	SD	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
Genecias Noronha			
	PR	Abstenção	Fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, faz parte da bancada feminina.
Gorete Pereira			
	PT	Contra	Advogado e engenheiro civil
José Airton Cirilo			
	PT	Contra	Advogado
José Guimarães			
	PDT	Contra	Engenheiro
Leônidas Cristino			
	PT	Contra	Professora de ensino superior e jornalista, faz parte da bancada feminina. Uma das grandes defensoras da educação pública.
Luizianne Lins			
	PP	Contra	Empresário industrial, faz parte da bancada empresarial.
Macedo			



Moroni Torgan

DEM

A favor

Policial aposentado



Moses Rodrigues

PMDB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial. Muito próximo do setor privado da educação.



Odorico Monteiro

PROS

Contra

Médico e professor universitário



Raimundo Gomes de Matos

PSDB

A favor

Médico



Ronaldo Martins

PRB

A favor

Radialista, músico, compositor e cantor, faz parte da bancada evangélica.



Vicente Arruda

PDT

Contra

Advogado, jornalista e cientista político



Vitor Valim

PMDB

A favor

Jornalista e redator

DISTRITO FEDERAL



Augusto Carvalho

SD

A favor

Bancário e sociólogo, faz parte da bancada sindical.



Alberto Fraga

DEM

A favor

Policia militar, faz parte da bancada ruralista e da segurança.

	PT	Contra	Bancária, faz parte da bancada sindical e feminina.
Erika Kokay			
	PSDB	A favor	Empresário, contador e professor, faz parte da bancada empresarial. Muito próximo do setor privado da educação.
Izalci			
	PR	A favor	Policial civil, faz parte da bancada da segurança.
Laerte Bessa			
	PSD	A favor	Advogado
Rogério Rosso			
	PROS	A favor	Advogado, faz parte da bancada evangélica.
Ronaldo Fonseca			
	PP	A favor	Empresário e servidor público, faz parte da bancada empresarial.
Rôney Nemer			
ESPÍRITO SANTO			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
	SD	A favor	Empresário e médico, faz parte da bancada ruralista, empresarial e evangélica.
Carlos Manato			
	PHS	A favor	Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial.
Dr. Jorge Silva			
	PV	A favor	Técnico em agronomia e agrimensura
Evair de Melo			



Givaldo Vieira

PT

Contra

Advogado



Helder Salomão

PT

Contra

Professor de ensino superior



Lelo Coimbra

PMDB

A favor

Médico



Marcus Vicente

PP

A favor

Representante comercial



Max Filho

PSDB

A favor

Servidor público federal, faz parte da bancada sindical e evangélica.



Paulo Foletto

PSB

A favor

Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial e ruralista.



Sergio Vidigal

PDT

A favor

Médico, faz parte da bancada evangélica.

GOIÁS

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Alexandre Baldy

PTN

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Célio Silveira

PSDB

A favor

Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial.

 Daniel Vilela	PMDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Delegado Waldir	PR	A favor	Policial civil, faz parte da bancada sindical.
 Fábio Sousa	PSDB	A favor	Bacharel em gestão pública e teologia, faz parte da bancada evangélica.
 Flávia Morais	PDT	A favor	Professora de educação física, faz parte da bancada feminina.
 Giuseppe Vecci	PSDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Heuler Cruvinel	PSD	A favor	Empresário e agrônomo, faz parte da bancada ruralista.
 João Campos	PRB	A favor	Delegado de polícia, faz parte da bancada sindical e evangélica.
 Jovair Arantes	PTB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Lucas Vergilio	SD	A favor	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores



Magda Mofatto

PR

A favor

Empresária, faz parte da bancada ruralista, empresarial e feminina.



Marcos Abrão

PPS

A favor

Economista, faz parte da bancada empresarial.



Pedro Chaves

PMDB

A favor

Engenheiro civil



Roberto Balestra

PP

A favor

Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Rubens Otoni

PT

Contra

Professor universitário, consultor jurídico e consultor de empresas



Thiago Peixoto

PSD

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.

MARANHÃO

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Alberto Filho

PMDB

A favor

Bacharel em direito



Aluisio Mendes

PTN

Contra

Servidor Público Federal



André Fufuca

PP

A favor

Estudante de medicina

	PRB	A favor	Servidor público e bacharel em direito, faz parte da bancada evangélica.
<p>Cleber Verde</p>			
	PPS	A favor	Jornalista e comunicadora, faz parte da bancada evangélica e feminista.
<p>Eliziane Gama</p>			
	PMDB	A favor	Administrador
<p>Hildo Rocha</p>			
	PSDB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
<p>João Castelo</p>			
	PMDB	Contra	Psicólogo
<p>João Marcelo Souza</p>			
	PSB	A favor	Engenheiro civil
<p>José Reinaldo</p>			
	PEN	Contra	Advogado
<p>Junior Marreca</p>			
	DEM	A favor	Médico, faz parte da bancada ruralista.
<p>Juscelino Filho</p>			
	PTB	Contra	Bancário e engenheiro civil, faz parte da bancada ruralista.
<p>Pedro Fernandes</p>			



Rubens Pereira Júnior

PCdoB

Contra

Advogado



Sarney Filho

PV

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial. Ligado à bancada dos meios de comunicação.



Victor Mendes

PSD

A favor

Advogado



Waldir Maranhão

PP

Contra

Médico veterinário



Weverton Rocha

PDT

Contra

Administrador público



Zé Carlos

PT

Contra

Engenheiro civil, faz parte da bancada ruralista.

MATO GROSSO

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Adilton Sachetti

PSB

A favor

Produtor agropecuário, faz parte da bancada empresarial.



Carlos Bezerra

PMDB

A favor

Industrial, advogado, professor e empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Fabio Garcia

PSB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.

 José Augusto Curvo	PSD	A favor	Médico
 Nilson Leitão	PSDB	A favor	Técnico em contabilidade, faz parte da bancada empresarial.
 Professor Victório Galli	PSC	A favor	Professor de ensino superior, faz parte da bancada evangélica.
 Sâguas Moraes	PT	Contra	Médico
 Valtenir Pereira	PMDB	Contra	Defensor público e professor universitário, faz parte da bancada ruralista.
MATO GROSSO DO SUL			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Carlos Marun	PMDB	A favor	Advogado e engenheiro civil
 Dagoberto	PDT	Contra	Advogado
 Elizeu Dionizio	PSDB	A favor	Advogado



Geraldo Resende

PSDB

A favor

Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial.



Mandetta

DEM

A favor

Empresário e médico, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Tereza Cristina

PSB

A favor

Empresária e engenheira agrônoma, faz parte da bancada ruralista, empresarial e feminina.



Vander Loubet

PT

Contra

Bancário e funcionário público, faz parte da bancada sindical e ruralista.



Zeca do PT

PT

Contra

Bancário, faz parte da bancada sindical.

MINAS GERAIS

Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Adelmo Carneiro Leão	PT	Contra	Professor universitário, médico e pesquisador, faz parte da bancada ruralista e sindical.
 Aelton Freitas	PR	Contra	Empresário, produtor rural e engenheiro agrônomo, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Bilac Pinto	PR	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada ruralista e empresarial.

 Bonifácio de Andrada	PSDB	A favor	Advogado e professor universitário, faz parte da bancada ruralista.
 Brunny	PR	Contra	Empresária, faz parte da bancada empresarial e feminina.
 Caio Narcio	PSDB	A favor	Bacharel em ciências sociais
 Carlos Melles	DEM	A favor	Empresário e engenheiro agrônomo, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Dâmina Pereira	PSL	A favor	Empresária, faz parte da bancada empresarial e feminina.
 Delegado Edson Moreira	PR	A favor	Delegado da Polícia Civil
 Diego Andrade	PSD	A favor	Empresário e administrador de empresas, faz parte da bancada empresarial.
 Dimas Fabiano	PP	A favor	Empresário e bacharel em direito, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Domingos Sávio	PSDB	A favor	Empresário e médico veterinário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Eduardo Barbosa

PSDB

A favor

Médico



Eros Biondini

PROS

A favor

Médico veterinário e músico



Fábio Ramalho

PMDB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Franklin Lima

PP

A favor

Pastor evangélico



Gabriel Guimarães

PT

Contra

Advogado



George Hilton

PROS

Contra

Apresentador de televisão, radialista, teólogo e animador, faz parte da bancada evangélica.



Jaime Martins

PSD

A favor

Empresário, engenheiro e advogado, faz parte da bancada empresarial.



Jô Moraes

PCdoB

Contra

Servidora pública federal, faz parte da bancada feminina.



Júlio Delgado

PSB

A favor

Advogado e consultor

	SD	A favor	Apresentador de TV e jornalista
Laudívio Carvalho			
	PT	Contra	Advogado, faz parte da bancada sindical.
Leonardo Monteiro			
	PMDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista, empresarial e evangélica.
Leonardo Quintão			
	PRB	A favor	Radialista e comunicador, faz parte da bancada evangélica.
Lincoln Portela			
	PTdoB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Luis Tibé			
	PP	A favor	Empresário e engenheiro mecânico, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Luiz Fernando Faria			
	PR	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Marcelo Álvaro Antônio			
	PHS	A favor	Jornalista, faz parte da bancada empresarial.
Marcelo Aro			
	PSD	A favor	Empresário, médico e professor, faz parte da bancada ruralista e empresarial. Muito próximo do setor privado da educação.
Marcos Montes			



Marcus Pestana

PSDB

A favor

Economista e professor universitário



Margarida Salomão

PT

Contra

Professora universitária e escritora, faz parte da bancada feminina.



Mário Heringer

PDT

A favor

Médico, faz parte da bancada empresarial.



Mauro Lopes

PMDB

A favor

Empresário e bacharel em direito, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Miguel Corrêa

PT

Contra

Empresário, professor e comunicador, faz parte da bancada empresarial.



Misael Varella

DEM

A favor

Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Newton Cardoso Jr

PMDB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Odelmo Leão

PP

A favor

Pecuarista, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Padre João

PT

Contra

Sacerdote católico, faz parte da bancada sindical.

	PT	Contra	Servidor público estadual, faz parte da bancada sindical.
Patrus Ananias			
	PSDB	A favor	Advogado
Paulo Abi-Ackel			
	PSD	A favor	Médica, faz parte da bancada empresarial e feminina.
Raquel Muniz			
	PT	Contra	Economista
Reginaldo Lopes			
	PP	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Renzo Braz			
	PSDB	A favor	Empresário, advogado e administrador de empresas, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Rodrigo de Castro			
	PMDB	A favor	Advogado, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Rodrigo Pacheco			
	PMDB	A favor	Médico e professor universitário, faz parte da bancada ruralista.
Saraiva Felipe			
	PSD	A favor	Administrador de empresas, faz parte da bancada evangélica.
Stefano Aguiar			



Subtenente
Gonzaga

PDT

A favor

Subtenente da Polícia Militar



Tenente Lúcio

PSB

A favor

Oficial da reserva do exército



Toninho Pinheiro

PP

A favor

Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Weliton Prado

PMB

A favor

Bacharel em filosofia



Zé Silva

SD

A favor

Agricultor, agrônomo e extensionista rural

PARÁ

Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Arnaldo Jordy	PPS	A favor	Político
 Beto Faro	PT	Contra	Agricultor familiar, faz parte da bancada sindical.
 Beto Salame	PP	Abstenção	Advogado

 Delegado Éder Mauro	PSD	A favor	Delegado da Polícia Civil
 Edmilson Rodrigues	PSOL	Contra	Arquiteto e professor, um dos grandes defensores da educação pública.
 Elcione Barbalho	PMDB	Contra	Empresária, faz parte da bancada empresarial e feminina. Ligada à bancada dos meios de comunicação.
 Francisco Chapadinha	PTN	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Hélio Leite	DEM	A favor	Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Joaquim Passarinho	PSD	A favor	Arquiteto
 José Priante	PMDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Josué Bengtson	PTB	A favor	Pastor evangélico, faz parte da bancada evangélica e ruralista.
 Júlia Marinho	PSC	A favor	Pedagoga, faz parte da bancada evangélica e feminina.



Lúcio Vale

PR

Contra

Administrador de empresas



Nilson Pinto

PSDB

A favor

Professor, faz parte da bancada empresarial.



Simone Morgado

PMDB

Contra

Economista e auditora fiscal, faz parte da bancada feminina.



Wladimir Costa

SD

A favor

Radialista e comentarista de TV



Zé Geraldo

PT

Contra

Agricultor, faz parte da bancada sindical.

PARAÍBA

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Aguinaldo Ribeiro

PP

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.



Benjamin Maranhão

SD

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Damião Feliciano

PDT

Contra

Empresário, médico e radialista, faz parte da bancada empresarial.



Efraim Filho

DEM

A favor

Advogado, faz parte da bancada ruralista.

 Hugo Motta	PMDB	A favor	Médico
 Luiz Couto	PT	Contra	Professor universitário e sacerdote
 Manoel Junior	PMDB	A favor	Médico
 Pedro Cunha Lima	PSDB	A favor	Advogado
 Rômulo Gouveia	PSD	A favor	Servidor público estadual e administrador
 Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	A favor	Advogado
 Wellington Roberto	PR	Contra	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Wilson Filho	PTB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
PARANÁ			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Alex Canziani	PTB	A favor	Registrador de imóveis

 Alfredo Kaefer	PSL	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Aliel Machado	REDE	Contra	Estudante universitário
 Assis do Couto	PDT	Contra	Agricultor familiar, faz parte da bancada sindical.
 Christiane de Souza Yared	PR	A favor	Empresária e pastora, faz parte da bancada empresarial, evangélica e feminina.
 Diego Garcia	PHS	A favor	Vendedor do comércio varejista e atacadista
 Dilceu Sperafico	PP	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Enio Verrí	PT	Contra	Economista e professor universitário
 Evandro Roman	PSD	A favor	Professor, faz parte da bancada empresarial.
 Fernando Francischini	SD	A favor	Empresário e delegado da Polícia Federal, faz parte da bancada empresarial e evangélica.

	PR	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Giacomo			
	PMDB	A favor	Contador
Hermes Parcianello			
	PMDB	A favor	Empresário e bacharel em ciências físicas e naturais, faz parte da bancada empresarial.
João Arruda			
	PV	A favor	Engenheira, faz parte da bancada empresarial e feminina.
Leandre			
	PSB	A favor	Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial.
Leopoldo Meyer			
	PSB	A favor	Médico
Luciano Ducci			
	PSDB	A favor	Economista e professor, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Luiz Carlos Hauly			
	PR	A favor	Comerciante e agricultor, faz parte da bancada empresarial.
Luiz Nishimori			
	PP	A favor	Empresário, médico e advogado, faz parte da bancada empresarial.
Marcelo Belinati			

 Nelson Meurer	PP	A favor	Empresário e agropecuarista, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Nelson Padovani	PSDB	A favor	Empresário
 Osmar Serraglio	PMDB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Paulo Martins	PSDB	A favor	Jornalista
 Ricardo Barros	PP	A favor	Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada ruralista e empresarial, muito ligado também à bancada dos meios de comunicação.
 Rubens Bueno	PPS	A favor	Professor, faz parte da bancada ruralista.
 Sandro Alex	PSD	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Sergio Souza	PMDB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Takayama	PSC	A favor	Empresário, professor e ministro evangélico, faz parte da bancada empresarial e evangélica.

 Toninho Wandscheer	PROS	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
 Zeca Dirceu	PT	Contra	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
PERNAMBUCO			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Adalberto Cavalcanti	PTB	Contra	Servidor público estadual
 Anderson Ferreira	PR	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
 André de Paula	PSD	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Augusto Coutinho	SD	A favor	Engenheiro civil
 Betinho Gomes	PSDB	A favor	Engenheiro agrônomo
 Bruno Araújo	PSDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Daniel Coelho	PSDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Danilo Cabral

PSB

A favor

Advogado



Eduardo da Fonte

PP

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Fernando Coelho
Filho

PSB

A favor

Administrador de empresas, faz parte da bancada ruralista.



Gonzaga Patriota

PSB

A favor

Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Jarbas
Vasconcelos

PMDB

A favor

Bacharel em direito



João Fernando
Coutinho

PSB

A favor

Político



Jorge Côrte Real

PTB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Kaio Maniçoba

PMDB

A favor

Advogado



Luciana Santos

PCdoB

Contra

Engenheira elétrica, faz parte da bancada feminina.

	PSB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Marinaldo Rosendo			
	DEM	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Mendonça Filho			
	PHS	A favor	Comunicador de rádio e comerciante, faz parte da bancada evangélica.
Pastor Eurico			
	PTN	Contra	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Ricardo Tebaldo			
	PR	Abstenção	Médico
Sebastião Oliveira			
	PTdoB	Contra	Empresário, faz parte da bancada empresarial. Muito próximo do setor privado da educação.
Silvio Costa			
	PSB	A favor	Procurador da Fazenda
Tadeu Alencar			
	PDT	Contra	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Wolney Queiroz			
	PTB	Contra	Médico
Zeca Cavalcanti			

PIAÚ			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Assis Carvalho	PT	Contra	Servidor público federal, faz parte da bancada sindical.
 Átila Lira	PSB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Capitão Fábio Abreu	PTB	Contra	PoliciaI militar
 Heráclito Fortes	PSB	A favor	Servidor público aposentado
 Iracema Portella	PP	A favor	Empresária, faz parte da bancada empresarial e feminina.
 Júlio Cesar	PSD	A favor	Empresário, professor, advogado e produtor rural, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Marcelo Castro	PMDB	Contra	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Paes Landim	PTB	Contra	Professor e advogado, muito próximo do setor privado da educação.
 Rejane Dias	PT	Contra	Administradora, faz parte da bancada evangélica e feminina.

	PSB	A favor	Odontólogo e professor universitário
Rodrigo Martins			
RIO DE JANEIRO			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
	REDE	Contra	Advogado e professor universitário. Um dos grandes defensores da educação pública.
Alessandro Molon			
	PMDB	A favor	Médico
Alexandre Serfiotis			
	PR	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Alexandre Valle			
	PMDB	A favor	Produtor agropecuário, faz parte da bancada ruralista, empresarial e evangélica.
Altineu Côrtes			
	PSC	A favor	Empresário, engenheiro, economista e professor, faz parte da bancada empresarial e evangélica. Muito próximo do setor privado da educação e dos meios de comunicação.
Arolde de Oliveira			
	SD	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
Aureo			
	PT	Contra	Assistente social, faz parte da bancada sindical, evangélica e feminina.
Benedita da Silva			
	PTdoB	A favor	Bombeiro militar, faz parte da bancada evangélica.
Cabo Daciolo			

 Celso Pansera	PMDB	Contra	Empresário e professor universitário, faz parte da bancada empresarial.
 Chico Alencar	PSOL	Contra	Professor de ensino superior e escritor, faz parte da bancada sindical. Um dos grandes defensores da educação pública.
 Chico D'Angelo	PT	Contra	Médico
 Clarissa Garotinho	PR	Ausente	Jornalista, faz parte da bancada evangélica e feminina.
 Cristiane Brasil	PTB	A favor	Advogada, faz parte da bancada feminina.
 Deley	PTB	A favor	Atleta profissional
 Dr. João	PR	A favor	Médico
 Eduardo Cunha	PMDB	A favor	Empresário e economista, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
 Ezequiel Teixeira	PTN	A favor	Advogado, faz parte da bancada empresarial e evangélica.

 Felipe Bornier	PROS	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Fernando Jordão	PMDB	A favor	Empresário e engenheiro elétrico, faz parte da bancada empresarial.
 Francisco Floriano	DEM	A favor	Apresentador de televisão, locutor, publicitário e representante comercial, faz parte da bancada evangélica.
 Glauber Braga	PSOL	Contra	Advogado, um dos grandes defensores da educação pública.
 Hugo Leal	PSB	A favor	Advogado e empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Indio da Costa	PSD	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Jair Bolsonaro	PSC	A favor	Militar da reserva, faz parte da bancada da segurança.
 Jandira Feghali	PCdoB	Contra	Médica e musicista, faz parte da bancada sindical e feminina.
 Jean Wyllys	PSOL	Contra	Jornalista e redator

 Julio Lopes	PP	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial. Muito próximo do setor privado da educação.
 Leonardo Picciani	PMDB	Contra	Empresário, agropecuarista e bacharel em direito, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Luiz Carlos Ramos	PTN	A favor	Político e representante comercial
 Luiz Sérgio	PT	Contra	Delineador naval, faz parte da bancada sindical.
 Marcelo Matos	PHS	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Marco Antônio Cabral	PMDB	A favor	Estudante
 Marcos Soares	DEM	A favor	Advogado e especialista em teologia prática, faz parte da bancada evangélica.
 Miro Teixeira	REDE	A favor	Jornalista e advogado, ligado à bancada dos meios de comunicação.
 Otavio Leite	PSDB	A favor	Advogado e professor universitário

 Paulo Feijó	PR	A favor	Engenheiro mecânico
--	----	---------	---------------------

 Pedro Paulo	PMDB	A favor	Economista
--	------	---------	------------

 Roberto Sales	PRB	A favor	Administrador, faz parte da bancada evangélica.
--	-----	---------	---

 Rodrigo Maia	DEM	A favor	Bancário
---	-----	---------	----------

 Rosângela Gomes	PRB	A favor	Bacharel em direito, faz parte da bancada evangélica e feminina.
--	-----	---------	--

 Sergio Zveiter	PMDB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
---	------	---------	--

 Simão Sessim	PP	A favor	Advogado e professor
--	----	---------	----------------------

 Soraya Santos	PMDB	A favor	Advogada, faz parte da bancada feminina.
--	------	---------	--

 Sóstenes Cavalcante	DEM	A favor	Sacerdote, faz parte da bancada evangélica.
--	-----	---------	---



Wadih Damous

PT Contra Advogado



Washington Reis

PMDB A favor Empresário e economista, faz parte da bancada empresarial e evangélica.

RIO GRANDE DO NORTE

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Antônio Jácome

PTN A favor Médico e pastor, faz parte da bancada evangélica.



Beto Rosado

PP A favor Empresário e agrônomo, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Fábio Faria

PSD A favor Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Felipe Maia

DEM A favor Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.



Rafael Motta

PSB A favor Graduando em engenharia de produção



Rogério Marinho

PSDB A favor Economista e professor, faz parte da bancada sindical.



Walter Alves

PMDB A favor Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Zenaide Maia

PR

Contra

Médica e servidora pública aposentada

RIO GRANDE DO SUL

Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Afonso Hamm	PP	A favor	Empresário e engenheiro agrônomo, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Afonso Motta	PDT	Contra	Advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Alceu Moreira	PMDB	A favor	Comerciante
 Bohn Gass	PT	Contra	Agricultor e professor de história, faz parte da bancada sindical.
 Carlos Gomes	PRB	A favor	Pastor e aposentado, faz parte da bancada evangélica.
 Covatti Filho	PP	A favor	Engenheiro eletrônico, empresário e radialista
 Danlei de Deus Hinterholz	PSD	A favor	Empresário e atleta profissional de futebol, faz parte da bancada empresarial.
 Darcísio Perondi	PMDB	A favor	Médico

 Giovanni Cherini	PDT	A favor	Tecnólogo em cooperativismo, faz parte da bancada sindical.
 Heitor Schuch	PSB	A favor	Agricultor, faz parte da bancada sindical.
 Henrique Fontana	PT	Contra	Médico e administrador de empresas
 Jerônimo Goergen	PP	A favor	Advogado
 João Derly	REDE	A favor	Atleta profissional
 José Fogaça	PMDB	A favor	Advogado e professor
 José Otávio Germano	PP	A favor	Advogado
 Jose Stédile	PSB	A favor	Metalúrgico e administrador público, faz parte da bancada sindical.
 Luis Carlos Heinze	PP	A favor	Empresário, engenheiro agrônomo e produtor rural, faz parte da bancada ruralista e empresarial.

	PTB	A favor	Empresário, arquiteto e corretor de imóveis, faz parte da bancada empresarial.
Luiz Carlos Busato			
	PT	Contra	Metalúrgico, faz parte da bancada sindical.
Marco Maia			
	PT	Contra	Agricultor, faz parte da bancada sindical.
Marcon			
	PT	Contra	Professora, faz parte da bancada sindical e feminina.
Maria do Rosário			
	PMDB	A favor	Representante comercial
Mauro Pereira			
	PSDB	A favor	Advogado, faz parte da bancada ruralista.
Nelson Marchezan Junior			
	DEM	A favor	Empresário e médico veterinário, faz parte da bancada ruralista, empresarial e evangélica.
Onyx Lorenzoni			
	PMDB	A favor	Médico, faz parte da bancada ruralista.
Osmar Terra			
	PT	Contra	Jornalista e técnico agrícola
Paulo Pimenta			



Pepe Vargas

PT

Contra

Médico, faz parte da bancada sindical.



Pompeo de Mattos

PDT

Abstenção

Bancário e economiário



Renato Molling

PP

A favor

Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Ronaldo Nogueira

PTB

A favor

Administrador de empresas, faz parte da bancada evangélica.



Sérgio Moraes

PTB

A favor

Comerciante

RONDÔNIA

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Expedito Netto

PSD

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Lindomar Garçon

PRB

A favor

Comerciante, faz parte da bancada ruralista e evangélica.



Lucio Mosquini

PMDB

A favor

Empresário e engenheiro eletricitista, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Luiz Cláudio

PR

A favor

Técnico em agropecuária, faz parte da bancada ruralista.

	DEM	A favor	Jornalista e advogado, faz parte da bancada evangélica.
<hr/>			
	PSDB	A favor	Médica e musicista, faz parte da bancada feminina.
<hr/>			
	PMDB	A favor	Psicóloga, técnica em assuntos educacionais, professora e servidora pública, faz parte da bancada feminina e ruralista.
<hr/>			
	PTB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
<hr/>			
RORAIMA			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
	DEM	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
<hr/>			
	PHS	A favor	Servidor público federal, faz parte da bancada evangélica.
<hr/>			
	PR	Contra	Servidor público
<hr/>			
	PP	A favor	Médico
<hr/>			
	PRB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
<hr/>			



Maria Helena

PSB

A favor

Advogada e professora, faz parte da bancada empresarial e feminina.



Remídio Monai

PR

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Shéridan

PSDB

A favor

Psicóloga, faz parte da bancada ruralista e feminina.

SANTA CATARINA

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Carmen Zanotto

PPS

A favor

Enfermeira, faz parte da bancada feminina.



Celso Maldaner

PMDB

A favor

Empresário e economista, faz parte da bancada empresarial.



Cesar Souza

PSD

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Décio Lima

PT

Contra

Advogado, faz parte da bancada sindical.



Esperidião Amin

PP

A favor

Empresário, administrador, advogado e professor universitário, faz parte da bancada empresarial e ruralista.



Geovania de Sá

PSDB

A favor

Administradora, faz parte da bancada evangélica e feminina.

 João Paulo Kleinübing	PSD	A favor	Administrador
--	-----	---------	---------------

 João Rodrigues	PSD	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
---	-----	---------	---

 Jorge Boeira	PP	A favor	Empresário e engenheiro mecânico, faz parte da bancada empresarial.
---	----	---------	---

 Jorginho Mello	PR	A favor	Empresário, advogado e bancário, faz parte da bancada empresarial.
---	----	---------	--

 Marco Tebaldi	PSDB	A favor	Empresário, engenheiro e funcionário público, faz parte da bancada empresarial.
--	------	---------	---

 Mauro Mariani	PMDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
--	------	---------	---

 Pedro Uczai	PT	Contra	Professor universitário, faz parte da bancada ruralista.
---	----	--------	--

 Rogério Peninha Mendonça	PMDB	A favor	Agrônomo, faz parte da bancada ruralista.
---	------	---------	---

 Ronaldo Benedet	PMDB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
--	------	---------	--



Valdir Colatto

PMDB

A favor

Empresário e engenheiro agrônomo, faz parte da bancada ruralista e empresarial.

SÃO PAULO

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Alex Manente

PPS

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Alexandre Leite

DEM

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Ana Perugini

PT

Contra

Advogada, faz parte da bancada feminina.



Andres Sanchez

PT

Contra

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Antonio Bulhões

PRB

A favor

Empresário, apresentador de televisão, administrador, teólogo e bispo evangélico, faz parte da bancada empresarial e evangélica.



Arlindo Chinaglia

PT

Contra

Médico, faz parte da bancada sindical.



Arnaldo Faria de Sá

PTB

A favor

Advogado, contabilista, radialista e professor



Arnaldo Jardim

PPS

A favor

Engenheiro civil e professor

	PMDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
<p>Baleia Rossi</p>			
	PRB	A favor	Empresário, radialista e engenheiro eletrônico, faz parte da bancada empresarial.
<p>Beto Mansur</p>			
	PSDB	A favor	Empresária e bacharel em direito, faz parte da bancada empresarial, evangélica e feminina.
<p>Bruna Furlan</p>			
	PSDB	A favor	Advogado e economista
<p>Bruno Covas</p>			
	PR	A favor	Policial militar
<p>Capitão Augusto</p>			
	PSDB	A favor	Promotor de justiça
<p>Carlos Sampaio</p>			
	PT	Contra	Economista
<p>Carlos Zarattini</p>			
	PRB	A favor	Empresário, jornalista e bacharel em direito, faz parte da bancada empresarial.
<p>Celso Russomanno</p>			
	PTN	A favor	Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial.
<p>Dr. Sinval Malheiros</p>			

	PSDB	A favor	Empresário, agricultor, pecuarista e engenheiro agrônomo, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Duarte Nogueira			
	PMDB	A favor	Advogado e professor, faz parte da bancada evangélica e ruralista.
Edinho Araújo			
	PSC	A favor	Escrivão da Polícia Federal, faz parte da bancada evangélica.
Eduardo Bolsonaro			
	PSDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Eduardo Cury			
	DEM	A favor	Empresário e radialista, faz parte da bancada empresarial e ruralista.
Eli Corrêa Filho			
	PV	A favor	Advogado
Evandro Gussi			
	PP	A favor	Advogado
Fausto Pinato			
	PSB	A favor	Empresário, cantor, escritor e apresentador de TV, faz parte da bancada empresarial.
Flavinho			
	PSDB	A favor	Sociólogo e servidor público
Floriano Pesaro			

 Gilberto Nascimento	PSC	A favor	Delegado de polícia, advogado e teólogo, faz parte da bancada evangélica.
 Goulart	PSD	A favor	Administrador de empresa
 Guilherme Mussi	PP	A favor	Empresário e administrador de empresa, faz parte da bancada empresarial.
 Herculano Passos	PSD	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
 Ivan Valente	PSOL	Contra	Professor de matemática e engenheiro mecânico, faz parte da bancada sindical. Um dos grandes defensores da educação pública.
 Jefferson Campos	PSD	A favor	Pastor, advogado, tecnólogo, radialista e bacharel em teologia, faz parte da bancada evangélica.
 João Paulo Papa	PSDB	A favor	Engenheiro e professor
 Jorge Tadeu Mudalen	DEM	A favor	Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
 José Mentor	PT	Contra	Advogado



Keiko Ota

PSB

A favor

Empresária e escritora, faz parte da bancada empresarial e feminina.



Luiz Lauro Filho

PSB

A favor

Publicitário, faz parte da bancada evangélica.



Luiza Erundina

PSOL

Contra

Assistente social, faz parte da bancada feminina.



Major Olimpio

SD

A favor

Major da Polícia Militar e bacharel em ciências jurídicas



Mara Gabrilli

PSDB

A favor

Empresária, publicitária e psicóloga, faz parte da bancada empresarial e feminina.



Marcelo Squassoni

PRB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Marcio Alvino

PR

A favor

Empresário e administrador, faz parte da bancada empresarial.



Miguel Haddad

PSDB

A favor

Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



Miguel Lombardi

PR

A favor

Corretor de imóveis, seguros, títulos e valores

	PR	A favor	Empresário e economista, faz parte da bancada empresarial.
Milton Monti			
	DEM	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
Missionário José Olímpio			
	PTB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Nelson Marquezelli			
	PT	Contra	Administrador
Nilto Tatto			
	PCdoB	Contra	Graduado em direito e Ciências Sociais
Orlando Silva			
	PR	A favor	Ministro do evangelho
Paulo Freire			
	PP	A favor	Industrial e engenheiro civil
Paulo Maluf			
	SD	A favor	Metalúrgico, faz parte da bancada sindical.
Paulo Pereira da Silva			
	PT	Contra	Advogado
Paulo Teixeira			

 Pr. Marco Feliciano	PSC	A favor	Empresário, conferencista e pastor evangélico, faz parte da bancada empresarial e evangélica.
 Renata Abreu	PTN	A favor	Empresária, faz parte da bancada empresarial e feminina.
 Ricardo Izar	PP	A favor	Empresário e economista, faz parte da bancada empresarial.
 Ricardo Tripoli	PSDB	A favor	Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Roberto Alves	PRB	A favor	Metalúrgico, faz parte da bancada sindical e evangélica.
 Roberto de Lucena	PV	A favor	Pastor evangélico, conferencista e escritor, faz parte da bancada sindical e evangélica.
 Rodrigo Garcia	DEM	A favor	Empresário, corretor de imóveis e advogado, faz parte da bancada empresarial.
 Samuel Moreira	PSDB	A favor	Engenheiro civil
 Sérgio Reis	PRB	A favor	Cantor e compositor, faz parte da bancada ruralista.

 Silvio Torres	PSDB	A favor	Empresário e jornalista, faz parte da bancada empresarial.
 Tiririca	PR	A favor	Humorista
 Valmir Prascidelli	PT	Contra	Bacharel em direito, faz parte da bancada sindical.
 Vanderlei Macris	PSDB	A favor	Advogado e microempresário, faz parte da bancada empresarial.
 Vicente Candido	PT	Contra	Advogado e comerciante
 Vicentinho	PT	Contra	Metalúrgico e bacharel em direito, faz parte da bancada sindical.
 Vinicius Carvalho	PRB	A favor	Advogado, faz parte da bancada evangélica.
 Vitor Lippi	PSDB	A favor	Empresário e médico, faz parte da bancada empresarial.
SERGIPE			
Deputado	Partido	Voto	Profissão
 Adelson Barreto	PR	A favor	Jornalista e redator



Andre Moura

PSC A favor Administrador



Fábio Mitidieri

PSD Contra Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Fabio Reis

PMDB A favor Empresário, faz parte da bancada empresarial.



João Daniel

PT Contra Político, faz parte da bancada sindical.



Jony Marcos

PRB A favor Pastor evangélico, faz parte da bancada evangélica.



Laercio Oliveira

SD A favor Empresário e administrador de empresas, faz parte da bancada empresarial e evangélica.



Valadares Filho

PSB A favor Administrador de empresas

TOCANTINS

Deputado

Partido

Voto

Profissão



Carlos Henrique Gagum

PTN A favor Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



César Halum

PRB A favor Médico veterinário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.

 Dulce Miranda	PMDB	A favor	Dona de casa, faz parte da bancada empresarial e feminina.
 Irajá Abreu	PSD	Contra	Empresário e produtor rural, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Josi Nunes	PMDB	A favor	Professora, faz parte da bancada feminina.
 Lázaro Botelho	PP	A favor	Empresário e pecuarista, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
 Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	A favor	Empresária e professora universitária, faz parte da bancada empresarial e feminina. Muito próxima do setor privado da educação.
 Vicentinho Júnior	PR	Contra	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.

Plenário Senado Federal

ACRE			
Senador	Partido	Voto	Profissão
 Gladson Cameli	PP	A favor	Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial.
 Jorge Viana	PT	Contra	Empresário e engenheiro, faz parte da bancada empresarial.



Sérgio Petecão

PSD

A favor

Empresário e técnico em contabilidade, faz parte da bancada empresarial.

ALAGOAS

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Benedito de Lira

PP

A favor

Advogado, faz parte da bancada ruralista.



Fernando Collor

PTC

A favor

Empresário, economista e jornalista, faz parte da bancada empresarial. Muito ligado à bancada dos meios de comunicação.



Renan Calheiros

PMDB

A favor

Advogado e produtor rural, faz parte da bancada ruralista e empresarial.

AMAPÁ

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Davi Alcolumbre

DEM

A favor

Comerciante



João Capiberibe

PSB

Contra

Zootecnista



Randolfe Rodrigues

REDE

Contra

Professor e historiador, faz parte da bancada sindical.

AMAZONAS

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Eduardo Braga

PMDB

A favor

Empresário e engenheiro, faz parte da bancada empresarial.



Omar Aziz

PSD A favor Engenheiro civil



Vanessa Grazziotin

PCdoB Contra Farmacêutica e professora, faz parte da bancada sindical e feminina.

BAHIA

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Lídice da Mata

PSB Contra Economista, faz parte da bancada feminina.



Otto Alencar

PSD Contra Médico, faz parte da bancada ruralista.



Roberto Muniz

PP Contra Engenheiro

CEARÁ

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Eunício Oliveira

PMDB A favor Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.



José Pimentel

PT Contra Bancário e advogado, faz parte da bancada sindical.



Tasso Jereissati

PSDB A favor Empresário, faz parte da bancada empresarial, muito ligado à bancada dos meios de comunicação.

DISTRITO FEDERAL			
Senador	Partido	Voto	Profissão



Cristovam Buarque

PPS

A favor

Professor universitário e economista.



Hélio José

PMDB

A favor

Servidor público federal, faz parte da bancada sindical.



Reguffe

S/Partido

A favor

Economista e jornalista

ESPÍRITO SANTO			
Senador	Partido	Voto	Profissão



Magno Malta

PR

A favor

Servidor público Federal, músico e Pastor batista, faz parte da bancada evangélica.



Ricardo Ferraço

PSDB

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



Rose de Freitas

PMDB

A favor

Radialista, professora e jornalista, faz parte da bancada feminina.

GOIÁS			
Senador	Partido	Voto	Profissão



Lúcia Vânia

PSB

A favor

Jornalista e professora, faz parte da bancada feminina e ruralista.



Ronaldo Caiado

DEM

A favor

Médico, professor e produtor rural, faz parte da bancada ruralista.



Wilder Moraes

PP

A favor

Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial e ruralista.

MARANHÃO

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Edison Lobão

PMDB

A favor

Jornalista, muito ligado à bancada dos meios de comunicação.



João Alberto Souza

PMDB

A favor

Economista



Roberto Rocha

PSB

A favor

Administrador

MINAS GERAIS

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Aécio Neves

PSDB

A favor

Economista



Antonio Anastasia

PSDB

A favor

Professor e advogado



Zeze Perrella

PTB

A favor

Empresário

MATO GROSSO

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Cidinho Santos

PR

A favor

Empresário, faz parte da bancada empresarial.



José Medeiros

PSD

A favor

Policia rodoviário federal



Wellington Fagundes

PR

A favor

Médico veterinário, faz parte da bancada empresarial e ruralista.

MATO GROSSO DO SUL



Pedro Chaves dos Santos

PSC

A favor

Empresário



Simone Tebet

PMDB

A favor

Advogada e professora, faz parte da bancada feminina e ruralista.



Waldemir Moka

PMDB

A favor

Médico e professor

PARÁ



Flexa Ribeiro

PSDB

A favor

Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial.



Jader Barbalho

PMDB

A favor

Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.



Paulo Rocha

PT

Contra

Gráfico e aposentado, faz parte da bancada sindical.

PARAÍBA			
Senador	Partido	Voto	Profissão
	PSDB	A favor	Advogado
Cássio Cunha Lima			
	PMDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
José Maranhão			
	PMDB	A favor	Empresário e economista, faz parte da bancada empresarial.
Raimundo Lira			
PERNAMBUCO			
Senador	Partido	Voto	Profissão
	PTB	Contra	Administrador de empresas, industrial, advogado, faz parte da bancada empresarial.
Armando Monteiro			
	PSB	A favor	Administrador, faz parte da bancada empresarial.
Fernando Bezerra Coelho			
	PT	Contra	Médico
Humberto Costa			
PARANÁ			
Senador	Partido	Voto	Profissão
	PV	A favor	Radialista, agricultor e professor, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Alvaro Dias			
	PT	Contra	Advogada, faz parte da bancada feminina.
Gleisi Hoffmann			



Roberto Requião

PMDB Contra Advogado

PIAÚ

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Ciro Nogueira

PP A favor Empresário e advogado, faz parte da bancada empresarial.



Elmano Férrer

PTB Contra Advogado e agrônomo, faz parte da bancada ruralista.



Regina Sousa

PT Contra Bancária, faz parte da bancada sindical e feminina.

RIO DE JANEIRO

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Eduardo Lopes

PRB A favor Radialista



Lindbergh Farias

PT Contra Político



Romário

PSB A favor Empresário, faz parte da bancada empresarial.

RIO GRANDE DO NORTE

Senador	Partido	Voto	Profissão
---------	---------	------	-----------



Fátima Bezerra

PT Contra Pedagoga, faz parte da bancada sindical e feminina. Uma das grandes defensoras da educação pública.

	PMDB	A favor	Jornalista e advogado
Garibaldi Alves Filho			

	DEM	A favor	Empresário e engenheiro civil, faz parte da bancada empresarial.
José Agripino			

RIO GRANDE DO SUL

Senador	Partido	Voto	Profissão
	PP	A favor	Jornalista, faz parte da bancada feminina.
Ana Amélia			

	PDT	A favor	Jornalista e advogado
Lasier Martins			

	PT	Contra	Metalúrgico, faz parte da bancada sindical.
Paulo Paim			

RONDÔNIA

Senador	Partido	Voto	Profissão
	PDT	A favor	Empresário, faz parte da bancada ruralista e empresarial.
Acir Gurgacz			

	PP	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Ivo Cassol			

	PMDB	A favor	Administrador de empresas
Valdir Raupp			

RORAIMA			
Senador	Partido	Voto	Profissão
 Angela Portela	PT	Contra	Professora, faz parte da bancada feminina.
 Romero Jucá	PMDB	A favor	Economista, muito ligado à bancada dos meios de comunicação.
 Telmário Mota	PDT	A favor	Contador, faz parte da bancada ruralista.

SANTA CATARINA			
Senador	Partido	Voto	Profissão
 Dalirio Beber	PSDB	A favor	Advogado
 Dário Berger	PMDB	A favor	Administrador, faz parte da bancada empresarial.
 Paulo Bauer	PSDB	A favor	Contador e administrador

SÃO PAULO			
Senador	Partido	Voto	Profissão
 Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	A favor	Advogado
 José Anibal	PSDB	A favor	Economista

	PMDB	A favor	Psicóloga e apresentadora de TV, faz parte da bancada feminina.
Marta Suplicy			
SERGIPE			
Senador	Partido	Voto	Profissão
	PSB	A favor	Advogado e químico
Antonio Carlos Valadares			
	PSC	A favor	Médico e advogado
Eduardo Amorim			
	DEM	A favor	Empresária e advogada, faz parte da bancada empresarial e feminina.
Maria do Carmo Alves			
TOCANTINS			
Senador	Partido	Voto	Profissão
	PSDB	A favor	Empresário, faz parte da bancada empresarial.
Ataídes Oliveira			
	PMDB	Contra	Empresária rural e psicóloga, faz parte da bancada ruralista, empresarial e feminina.
Kátia Abreu			
	PR	A favor	Pecuarista e piloto comercial, faz parte da bancada ruralista.
Vicentinho Alves			

GLOSSÁRIO

ABC paulista	Região tradicionalmente industrial do Estado de São Paulo, parte da região metropolitana da cidade de São Paulo
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural, programa social do governo federal
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC/LOAS	Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CARF	Conselho de Administração de Recursos Fiscais
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CD	Câmara dos Deputados
CEMAB	Centro de Ensino Médio Asa Branca, de Brasília, DF
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESMAG	Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, de Curitiba, Paraná
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAB	Companhia Brasileira de Abastecimento
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CWB	Coletivo de resistência do Paraná contra o golpe
DEM	Partido Democratas
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EC	Emenda à Constituição
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio

ETECs	Escolas Técnicas
FAB	Força Aérea Brasileira
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimentos Externos Produtivos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA/IBGE	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDA	Movimento de Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MhuD	Movimento Humanos Direitos
Minc	Ministério da Cultura
MP	Ministério Público
MP	Medida Provisória
MPV	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OcupaMinC	Movimento nacional de ocupação das sedes ligadas ao Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Trabalhista

PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEN	Partido Ecológico Nacional
PF	Polícia Federal
PGR	Procuradoria Geral da República
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PLN	Projeto de Lei da Câmara
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLS	Projeto de Lei do Senado
PM	Polícia Militar
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios do IBGE
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
REDE	Partido Rede Sustentabilidade
SD	Partido Solidariedade

SEPPIR	Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SF	Senado Federal
SOF	Secretária de Orçamento Federal
SPM	Secretária de Políticas para Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
TRF	Tribunal Regional Federal
TV	Televisão
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNE	União Nacional dos Estudantes



Esta publicação tem como objetivo deixar registrado para a história o posicionamento fortemente contrário da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação ao golpe parlamentar/jurídico/midiático sofrido pelo Brasil no ano de 2016. Sistematiza e compila vários elementos desse que foi o mais recente ataque à democracia e aos direitos do povo brasileiro. Mostra também a resistência incansável empreendida por toda a sociedade brasileira, e também pelos educadores e educadoras desse país. A foto acima rememora o dia 12 de abril de 2016, em um dos últimos atos a favor da democracia no Palácio do Planalto, com todo o setor da educação brasileira e a Presidenta legítima Dilma Rousseff.

CNE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação *Brasil*
® www.cnte.org.br

Filiada à



